

PARTE III

SOCIEDADE

A ARMADILHA DA POBREZA E AS POLÍTICAS DE PROTECÇÃO SOCIAL EM MOÇAMBIQUE: PROGRESSOS E DESAFIOS

Constantino Marrengula, Moisés Siúta e Yuna Tembo

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda o tema da armadilha da pobreza em Moçambique, explorando os progressos alcançados na política e nos programas de protecção social e destacando os desafios permanentes que precisam ser enfrentados para que os programas de protecção social contribuam para o alcance do objectivo de aliviar a pobreza absoluta da população, conforme estabelece a Lei n.º 4/2007 que define as bases e organiza o sistema de protecção social em Moçambique. “Armadilha da pobreza” refere-se a factores que perpetuam a vulnerabilidade dos indivíduos e comunidades, tornando difícil a quebra do ciclo de privação e precariedade em que se encontram (Giesbert & Schindler, 2012; Marinho, Linhares & Campelo, 2011).

A definição da armadilha da pobreza também se associa à da pobreza absoluta, ou seja, a incapacidade de a pessoa humana aceder a um conjunto de bens e serviços mínimos necessários para ter uma vida decente de acordo com os padrões da sociedade (Governo de Moçambique, 2006). A pobreza é, principalmente, medida com base no: (i) rendimento; (ii) consumo; (iii) acesso a bens duráveis; e no (iv) acesso a serviços básicos. De acordo com o Banco Mundial (2023), o número de pessoas pobres em Moçambique tinha estagnado em volta de 13 milhões, no período 2008/2009-2014/2015, e subiu para 18 milhões em 2019/2020.

A protecção social, por sua vez, é definida neste artigo como um conjunto de mecanismos, iniciativas e programas destinados a garantir uma vida humana digna, libertando os cidadãos de dois medos cruciais no ciclo de vida humana, especificamente, i) o medo da privação de meios de subsistência (e.g.: alimentação e emprego) accidental, crónica ou estrutural e ii) medo de agressão física e/ou psicológica (Siúta, 2019).

O contexto de Moçambique e a sua posição em comparação com outros países revelam a importância da definição de protecção social adoptada ao destacar elementos que relacionam a qualidade de vida e os meios que os indivíduos de uma sociedade possuem para a sua sobrevivência. Alguns dados disponíveis permitem ilustrar esta definição. Por um lado, Moçambique ocupa a posição 183 no índice de desenvolvimento humano, num total de 193 países (UNDP, 2024) e ocupa a posição 118 no índice de paz global, num total de 163 países (IEP, 2023). A esperança

média de vida à nascença de um moçambicano é de 59,6 anos, enquanto a esperança média mundial é de 72 anos. Estes são indicadores importantes da qualidade de vida da população, pois o índice de desenvolvimento humano e o índice de paz, bem como a esperança de vida da população, são números que expressam resumidamente um conjunto de factores qualitativos que influenciam a subsistência dos indivíduos, tais como, o acesso a serviços de saúde, saneamento, educação, a frequência da violência, criminalidade e poluição da região onde um grupo de indivíduos vive. Em segundo lugar, o rendimento *per capita* de um moçambicano é de \$1219 em paridade de poder de compra quando o rendimento médio do Mundo é de \$17 254. Por outras palavras, a média de rendimento *per capita* do Mundo é 14 vezes mais alta que a de Moçambique. Isto significa que, em média, um moçambicano possui um poder de compra equivalente a apenas 7 % da média mundial.

No artigo, ao relacionar o conceito da armadilha da pobreza com a abordagem de protecção social em Moçambique, os autores fazem-no considerando duas dimensões principais, nomeadamente a protecção social ampla e a protecção social restrita. Segundo Francisco (2011a), a protecção social ampla refere-se ao conjunto de aspectos, directa ou indirectamente ligados aos direitos de cidadania, que dependem do quadro institucional (político e jurídico) da sociedade. Em contrapartida, a protecção social restrita refere-se a um conjunto de direitos parciais, ou mesmo privilégios, concedidos a grupos sociais ou profissionais específicos, com o objectivo de prevenir, mitigar e gerir os efeitos negativos causados por situações de vulnerabilidade, riscos e/ou perturbações na segurança humana. Assim, a análise dos progressos alcançados na política e nos programas de protecção social em Moçambique deve ser mais abrangente do que os limites que a legislação e a literatura, no geral, que aborda a protecção social em Moçambique, tendem a sugerir intuitivamente usando expressões como “assistência social” e “segurança social” (Tivane *et al.*, 2022; Pais, 2010; Cunha & Orton, 2011a; GdM, 2015a; Artur, 2017; AR, 2007). Portanto, no sentido mais amplo, as políticas e os programas de protecção social são impregnados nas políticas sociais e económicas em que se assentam o sistema e os mecanismos de protecção social.

O objectivo geral deste artigo é explorar os progressos alcançados nas políticas e nos programas de protecção social restrita e ampla, destacando simultaneamente os desafios actuais que precisam de ser enfrentados. Especificamente, o artigo visa i) discutir a abordagem de protecção social dominante em Moçambique destacando os principais programas e políticas do sector, ii) apresentar a evolução dos indicadores de protecção social restrita e ampla, iii) enquadrar as políticas e os programas de protecção social no contexto do debate sobre a armadilha da pobreza e iv) extrair implicações de política a partir das evidências que o quadro conceptual e os indicadores de protecção social permitem obter.

No que diz respeito à metodologia, o artigo combina uma abordagem teórica e empírica. Sobre a teoria, sem aprofundar extensivamente devido ao espaço limitado, o artigo recorre às teorias

de bem-estar social e da pobreza intergeracional para relacionar os conceitos da armadilha da pobreza e da protecção social (Anand & Sen, 2000; Piketty, 2000). Quanto às fontes de dados e informações qualitativas e quantitativas para a sua elaboração, recorre principalmente a fontes secundárias, nomeadamente artigos de pesquisa, relatórios e legislação oficial.

O tema deste artigo não se encontra isolado nesta secção “Sociedade” do livro *Desafios para Moçambique*. Em primeiro lugar, o artigo estabelece ligação com e entre os artigos que apresentam temas que se enquadram no debate sobre a protecção social em Moçambique. Por exemplo, o segundo e o terceiro artigos abordam o papel da mulher em contexto de conflito e violência armada baseado no caso específico da província de Cabo Delgado. O quarto artigo da secção aborda os desafios colocados pelos reassentamentos das comunidades nas zonas de exploração das areias pesadas, em Chibuto, província de Gaza. Em resumo, a inobservância dos planos de reassentamento e fraco envolvimento das comunidades locais, privilegiando os interesses das mineradoras, é vista como contribuindo para a destruição dos meios de subsistências das comunidades nas zonas de origem sem as capacitar para garantir a sua sobrevivência nas zonas de chegada. Por fim, o quinto artigo discute as fragilidades dos corredores de desenvolvimento e crescimento agrícola adoptados pelo Governo moçambicano para promover o desenvolvimento económico e o bem-estar das comunidades locais nas regiões onde são implementados. Considerando o corredor de Nacala, o autor ilustra como as infra-estruturas de transporte e a nova configuração dos corredores continua a alimentar o modelo colonial mais virado para o escoamento de produtos do que para o benefício do campesinato e das comunidades locais. Neste contexto, tanto a violência armada de Cabo Delgado, como o incumprimento dos planos de reassentamentos aumentam a vulnerabilidade de milhões de moçambicanos, destroem as bases económicas (por exemplo, as fontes de rendimento e subsistência) da protecção social e colocam pressão sobre os programas de assistência social que dependem do financiamento ao Orçamento do Estado.

O artigo está organizado em cinco secções, incluindo esta secção introdutória. A segunda secção apresenta o quadro conceptual de análise da armadilha da pobreza e da protecção social em Moçambique. A terceira e quarta secções apresentam a evolução dos indicadores de protecção social restrita e ampla, respectivamente. Por fim, a quinta secção apresenta as conclusões e implicações.

QUADRO CONCEPTUAL: ARMADILHA DA POBREZA E PROTECÇÃO SOCIAL

Resumidamente, o quadro conceptual aplicado neste artigo relaciona dois conceitos fundamentais: “armadilha da pobreza” e “protecção social”. A definição geral foi apresentada na secção anterior. Porém, estabelecer a ligação entre estes conceitos é fundamental para

mostrar a relevância da protecção social enquadrada na economia nacional e para explicitar os objectivos geral e específicos deste artigo.

A literatura permite distinguir duas abordagens da relação entre a armadilha da pobreza e a protecção social. A primeira abordagem fundamenta a protecção social numa perspectiva assistencialista, fornecendo bases para um conjunto de intervenções de carácter social, como as transferências monetárias e em espécie para famílias caracterizadas, sob certos pressupostos (e.g.: desemprego, deficiência, idade), como pobres e vulneráveis. Neste caso, as intervenções de protecção social são apresentadas como soluções para libertar agregados familiares e indivíduos da armadilha da pobreza. O principal argumento é de que, em países em via de desenvolvimento, agregados familiares pobres lidam com várias privações, como rendimento baixo, má qualidade de saúde, baixos níveis de educação, condições de habitação inadequadas e acesso insuficiente a outros serviços essenciais, como água potável e saneamento. Além disso, muitas dessas famílias têm dificuldades de acesso a crédito, o que as impede de investir no desenvolvimento humano de si próprias e das gerações mais novas, mesmo quando tais investimentos poderiam trazer grandes retornos. Nestas circunstâncias, a pobreza perpetua-se de uma geração para outra e, portanto, as famílias enquadram-se num contexto da armadilha da pobreza (Araujo, Bosch & Schady, 2017; Devereux, 2002).

A segunda perspectiva relaciona a armadilha da pobreza e a protecção social num cenário de causalidade reversa. Em geral, a causalidade reversa refere-se à inversão da direcção na relação causa-efeito ou, por outras palavras, quando não há clareza entre o que é a *causa* e o que é o *efeito* de acordo com o que é esperado de certas intervenções (Leszczensky & Wolbring, 2022; Bavishi, Slade & Levy, 2016). Porém, neste contexto, refere-se a situações em que os mecanismos de protecção social, particularmente os programas e as políticas adoptados a favor das famílias pobres e vulneráveis, acabam por ter um efeito perverso, i) favorecendo agregados familiares mais ricos em detrimento dos mais pobres, ou ii) fragilizando a estrutura económica em que os mecanismos de protecção social se baseiam. A literatura menciona alguns destes casos. Por exemplo, na dimensão restrita da protecção social, Chen *et al.* (2017) destacam dois grandes problemas: primeiro, em casos de “desvio de fundos” onde as transferências do Governo central, sem supervisão rigorosa, acabam por servir outros interesses em vez de ajudar os mais pobres; no segundo caso, verifica-se um “erro de direccionamento” devido aos critérios estabelecidos na definição dos agregados pobres que acabam por induzir à selecção de pessoas de alto rendimento no lugar dos mais pobres e que precisam de ajuda.

Na dimensão mais ampla da protecção social, a literatura concentra-se em como as despesas associadas à assistência social afectam a eficiência da despesa pública no geral. Em vários casos, a perspectiva política tem sido de que as despesas com a protecção social são “não-produtivas”, o que leva a um dilema para a escolha entre os gastos em transferências para os mais pobres e os programas de crescimento de outros sectores da economia (e.g.: infra-estruturas).

A armadilha da pobreza é inserida na literatura que debate políticas públicas de resposta ao envelhecimento populacional (Schuknecht & Zemanek, 2021; Creedy & Scobie, 2005) ou outras situações que induzam ao rápido crescimento da despesa com assistência social comparativamente a outros sectores. Nestes casos, o aumento de impostos para fazer face à elevada despesa com sectores sociais é visto como prejudicial para o crescimento económico e, nalguns casos, é contraproducente com o objectivo de aliviar a situação dos mais pobres (Castles & Obinger, 2007; Dao & Edenhofer, 2018; Dercon, 2007; Ikegami *et al.*, 2017; Barrett & McPeak, 2006; Barrett, Carter & Ikegami, 2008).

Medir o progresso das políticas de protecção social, não é uma tarefa linear. No entanto, a literatura apresenta indicadores, que apesar das suas limitações, fornecem bases para este exercício. Em teoria, o melhor indicador de bem-estar é o consumo real dos indivíduos e, idealmente, esse consumo incluiria tanto alimentos e outros bens quanto serviços, como educação e saúde. Na prática, dados de rendimento e despesas são comumente usados para análise do nível de bem-estar das famílias num determinado momento ou ao longo do tempo. Esses dados são normalmente mais fáceis de medir directamente e têm a vantagem de fornecer uma definição monetária de pobreza que seja facilmente compreendida pelo público geral (Falkingham & Namazie, 2002). A medida de bem-estar mais preferível na análise da pobreza é o consumo monetário. A sua escolha é justificada por várias razões. Primeiro, visto que parte do rendimento das famílias pode ser alocado à poupança, medir o consumo reflecte níveis de bem-estar mais realistas. Segundo, o consumo é mais estável do que o rendimento, pois as pessoas utilizam poupanças e crédito para manter o seu nível de consumo. Terceiro, em inquéritos para recolha de dados sobre o orçamento das famílias, as pessoas tendem a ser mais abertas a falar dos hábitos de consumo do que sobre quanto realmente ganham. Por fim, em países em desenvolvimento, medir o rendimento é difícil devido à prevalência de trabalho informal e porque, muitas vezes, os membros do agregado familiar possuem múltiplas fontes de rendimento com elevado grau de variabilidade e sem registos sistemáticos (Datt *et al.*, 2000:pp. 1996–1997; MPD, 2010).

As medidas monetárias são demasiado limitadas para medir o bem-estar. Como abordagem complementar, recorre-se às medidas multidimensionais da pobreza. Essas medidas procuram avaliar os padrões de vida utilizando múltiplos indicadores, não apenas o rendimento. O acesso a bens duráveis essenciais (e.g., habitação) e a serviços básicos, como saúde, educação e electricidade, passa a desempenhar um papel importante para medir o padrão de vida e indicar a situação da pobreza da população (Alkire, 2018; Alkire & Foster, 2011; Chakravarty & Lugo, 2019). Por exemplo, ilustrando a definição de protecção social em relação à pobreza – adoptada neste artigo –, o estado de saúde, em particular, tem um impacto significativo nos padrões de vida, influenciando directamente as capacidades físicas e mentais. Além disso, o estado de saúde pode ainda reduzir a capacidade de um indivíduo de estudar e restringir

os recursos económicos a que o mesmo poderá ter acesso, ao limitar as oportunidades de trabalhar e aproveitar oportunidades de emprego (Callander, Schofield & Shrestha, 2013).

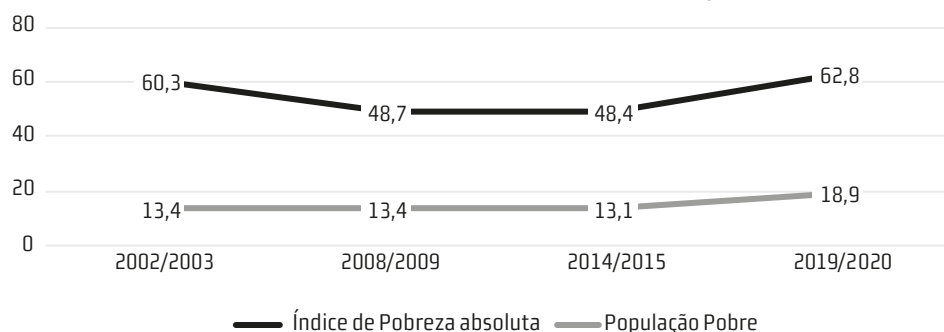
Em resumo, de acordo com a definição de protecção social adoptada neste artigo, a armadilha da pobreza pode ser vista da seguinte forma: a ausência de mecanismos eficazes de protecção social deixa os indivíduos vulneráveis à privação de meios de subsistência e à agressão física e/ou psicológica, perpetuando um ciclo de pobreza que impede o acesso a oportunidades de desenvolvimento e crescimento económico. Assim, numa perspectiva das teorias de pobreza e de bem-estar social, a relação entre a armadilha da pobreza e a protecção social passa a ser estabelecida como multidimensional, sendo, por um lado, associada à falta de capacidades dos próprios indivíduos de transformar recursos disponíveis em meios essenciais para a sua subsistência, e, por outro, associadas a factores colectivos ou sociais que impedem os indivíduos de ter acesso a recursos ou a habilidades de transformação de recursos em meios de subsistência (Anand & Sen, 2000; Sen, 1979; Moore, 2005; Barham *et al.*, 1995).

POBREZA EM MOÇAMBIQUE: EVOLUÇÃO E PRINCIPAIS DETERMINANTES

A pobreza em Moçambique continua a ser um desafio. No início do século XXI, a pobreza era predominantemente um fenómeno rural, com mais de dois terços da população abaixo da linha da pobreza. Os níveis de pobreza eram mais altos nas províncias de Sofala, Tete e Inhambane, onde mais de 80 % da população vivia abaixo da linha da pobreza, e mais baixos na cidade de Maputo (embora, com um índice de 48 %, a pobreza ainda fosse considerada alta na capital) (Datt *et al.*, 2000). Entretanto, conforme ilustra a Figura 1, Moçambique reduziu os índices de pobreza até 2015. As taxas de pobreza monetária baixaram de 60,3 % para 48,4 %. Ao mesmo tempo, observou-se a redução na pobreza multidimensional de 92,8 % para 71 % (MEF, 2016b). Estes dados indicam que houve melhorias significativas na qualidade de vida da população até 2015. Porém, as estimativas de pobreza mais recentes sugerem uma regressão nos indicadores, com a pobreza a aumentar. Em 2019, a taxa de pobreza passou para 62,8 % e o número de população pobre passou de cerca de 13 milhões para 18,9 milhões.

A redução da pobreza monetária até 2015 é associada a um ambiente macroeconómico estável que promoveu o alto crescimento, proporcionando um cenário onde os rendimentos e os padrões de vida aumentaram. Este crescimento foi acompanhado por aumentos nas taxas de frequência escolar e acesso a outros serviços básicos, como educação, água, saneamento e electricidade. Estes indicadores contribuíram muito para a redução observada na pobreza multidimensional. As tendências mais recentes até 2019 sugerem um cenário inverso, cujas evidências sobre as causas ainda requerem análises mais profundas.

FIGURA 1: EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE POBREZA E DA POPULAÇÃO POBRE EM MOÇAMBIQUE, 2002-2019.



Fonte: Banco Mundial (2023)

Os determinantes da pobreza são, em geral, os mesmos para a pobreza de consumo e a de rendimento. Estudos realizados nas últimas duas décadas sobre os determinantes da pobreza em Moçambique apontam que variáveis, como i) características dos agregados familiares (e.g.: taxa de dependência demográfica, números de membros, emprego do chefe do agregado), ii) acesso a serviços básicos como educação, saúde e saneamento e iii) a localização geográfica do agregado familiar estão muito associadas à probabilidade de os agregados estarem ou não na pobreza. Em geral, a pobreza é considerada mais intensa nas zonas rurais. Agregados familiares em regiões com fraca rede de infra-estruturas públicas (e.g.: electricidade, escolas, estradas e saneamento) têm maior probabilidade de serem pobres. O mesmo acontece para agregados cujos chefes e outros membros possuem baixos níveis de educação (Walker *et al.*, 2004; Victor *et al.*, 2014; Boom, 2011; Ibraimo & Salvucci, 2017; Maximiano, Arndt & Simler, 2005). No contexto do estudo da protecção social como mecanismo para aliviar os cidadãos de situações de privação de meios de subsistência, a identificação dos determinantes da pobreza é importante. Os resultados aqui partilhados, por exemplo, ilustram a relevância de variáveis como género, idade e escolarização. Um caso específico, mas não o único, que caracteriza as famílias moçambicanas é a elevada taxa de dependência, principalmente a reflectir um maior número de crianças em relação à população adulta economicamente activa. Portanto, a elevada taxa de fertilidade é um desafio para a protecção social, pois, por um lado, aumenta o número de dependentes da assistência social – as crianças – e contribui negativamente para a participação da mulher na força de trabalho reduzindo a mão-de-obra nos sectores produtivos para a geração de receitas públicas, essenciais para o financiamento da assistência social. Para a análise neste texto, os determinantes da pobreza em Moçambique têm uma ligação fundamental em relação à protecção social *vs.* armadilha da pobreza. Neste quadro, o acesso limitado à educação e aos serviços de saúde adequados, a falta de infra-estruturas e a exclusão social colocam os indivíduos e as suas famílias em situações de vulnerabilidade económica,

dificultando a superação da pobreza. Neste contexto, a protecção social restrita tem um papel fundamental na mitigação dos desafios que alguns dos determinantes da pobreza representam. Contudo, os programas baseados nas transferências monetárias ou de espécie, numa economia débil, poderão ter um alcance limitado e, por sua vez, perpetuar a pobreza dos agregados devido às fragilidades estruturais macroeconómicas para sustentar financeiramente a protecção social restrita.

POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PROTECÇÃO SOCIAL EM MOÇAMBIQUE

O Governo de Moçambique estabeleceu o sistema de protecção social formal restrita com base na Lei de Protecção Social (Lei n.º 4/2007). Esta lei foi operacionalizada com a aprovação do respectivo regulamento no decreto 53/2007 que estabelece os três principais subsistemas de segurança social básica, obrigatória e complementar. Entre 2009 e 2010, o Governo aprovou a Estratégia Nacional de Segurança Básica (ENSSB) para 2010-2014 e vários programas operacionais de assistência social que constam dos Decreto n.º 25/2009, Decreto n.º 85/2009, Resolução n.º 17/2010 (De Brito *et al.*, 2015).

A Tabela 1 esquematiza o sistema de protecção social formal em Moçambique de acordo com a lei de protecção social. Resumidamente, o subsistema que abrange a maioria da população é o de protecção social obrigatória, que inclui todas as pessoas assalariadas e não assalariadas com rendimentos provenientes de trabalho (por conta própria ou de outrem) e que são obrigados, por lei, a aderir ao sistema de protecção social formal. A gestão da segurança social obrigatória é realizada pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS). Neste grupo, são excepção os deputados, os funcionários e os agentes do Estado e os trabalhadores do Banco Central cujas pensões são geridas pelo Instituto Nacional de Previdência Social e pelo Banco Central, respectivamente. Por seu turno, a segurança social básica, operacionalizado pelo Instituto Nacional de Acção Social, é financiado com recursos do orçamento do Estado. Cobre prestações de risco e de apoio social a pessoas incapacitadas para trabalhar em situação considerada de pobreza absoluta (veja também: Quive, 2009; Siúta, 2019; AR, 2021).

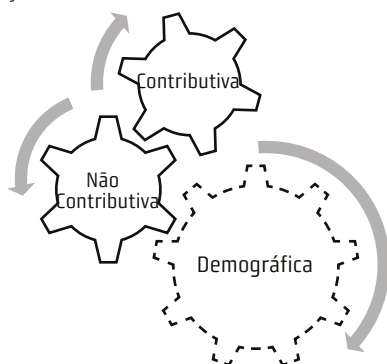
A literatura aponta diversas fragilidades dos mecanismos de protecção social em Moçambique. Apesar do quadro de regras de jogo e leis genéricas incluírem uma série de princípios favoráveis à materialização da liberdade económica, da justiça social e à primazia da iniciativa privada, elementos essenciais para que a pessoa humana maximize o potencial de geração de rendimentos e poupanças críticas para a liberdade em relação ao medo de carência e insegurança, prevalecem uma série de constrangimentos ao ambiente de negócios que limita o desenvolvimento do sector formal e precariza actividade produtiva das famílias moçambicanas (Francisco, 2019a). A maioria da economia de Moçambique é informal, porém, continuam a ser usados mecanismos financeiros formais de transmissão para as políticas de assistência social. Assim sendo, é certo afirmar que é quase impossível que estas políticas abranjam os reais necessitados dos seus benefícios.

TABELA 1: SISTEMA DE PROTECÇÃO SOCIAL DO GOVERNO EM MOÇAMBIQUE.

Protecção Social Básica	Protecção Social Obrigatória	Protecção Social Complementar
Instituições Responsáveis: - Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS) - Instituto Nacional de Acção Social (INAS)	Instituições Responsáveis: - Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MTESS) - Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)	Instituições Responsáveis: - Entidades de carácter privado ou público licenciadas pelo Ministério da Economia e das Finanças
Benefícios e Prestações: - Programa Subsídio Social Básico (PSSB) - Programa Apoio Social Directo (PASD) - Programa Serviços Sociais de Acção Social (SSAS) - Programa Acção Social Produtiva (PASP)	Benefícios e Prestações: - Subsídio por doença, maternidade, velhice, invalidez, morte e pensão de sobrevivência.	Benefícios e Prestações: - Reforça e complementa as prestações da Protecção Social Obrigatória.
Beneficiários: - Idosos, pessoas com deficiência, agregados familiares em pobreza absoluta, crianças em situação de vulnerabilidade, pessoas com doenças crónicas ou degenerativas.	Beneficiários: - Trabalhadores por conta própria, trabalhadores por conta de outrem, agentes e funcionários do Estado e funcionários do Banco de Moçambique, através do Banco Central.	Beneficiários: - Todos os inscritos no regime de Protecção Social Obrigatória.

Tendo em conta a informalidade e a ausência do Estado na gestão dos riscos sociais, no âmbito da pesquisa do IESE, considera-se também a noção de protecção social demográfica (Figura 2), entendida como o conjunto de relações e mecanismos que garantem a protecção social das famílias e que são determinados pelas componentes de mudança demográfica, tais como: as taxas vitais (taxas brutas de mortalidade e de natalidade), estrutura etária, mortalidade infantil e esperança de vida (Francisco, 2011b; Siúta, 2019; Francisco, 2019b). Nesta perspectiva, a protecção social demográfica é feita pelas populações seguindo dinâmicas naturais por via do controlo da sua reprodução e de acordo com o estágio da transição demográfica. Em geral, mediante a precariedade dos sistemas formais, a transição demográfica é lenta e caracterizada por altas taxas de natalidade e fecundidade.

FIGURA 2: PROTECÇÃO SOCIAL MOÇAMBIicana FORMAL E DEMOGRÁFICA.



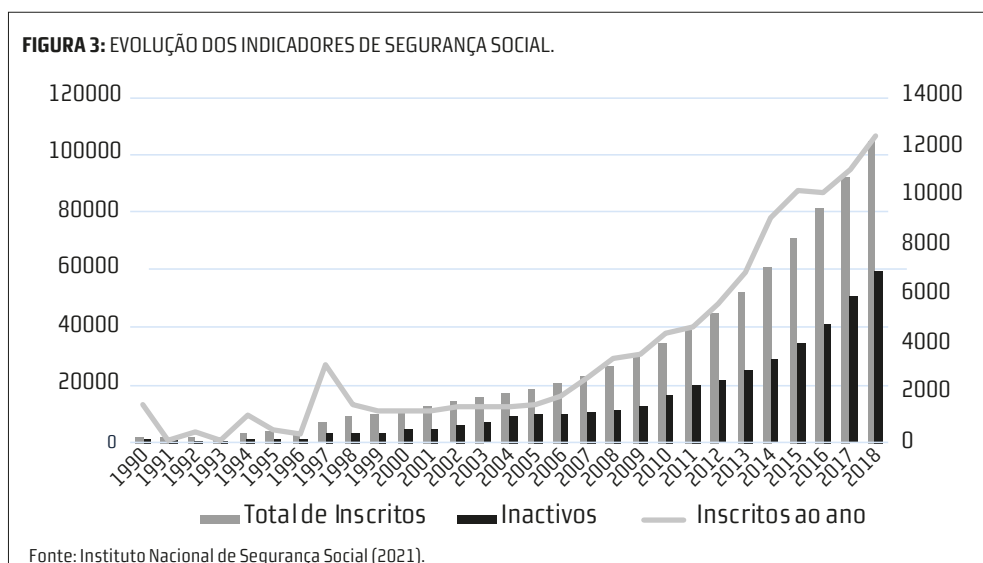
Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Francisco (2011c) e Francisco et al. (2011).

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE PROTECÇÃO SOCIAL RESTRITA

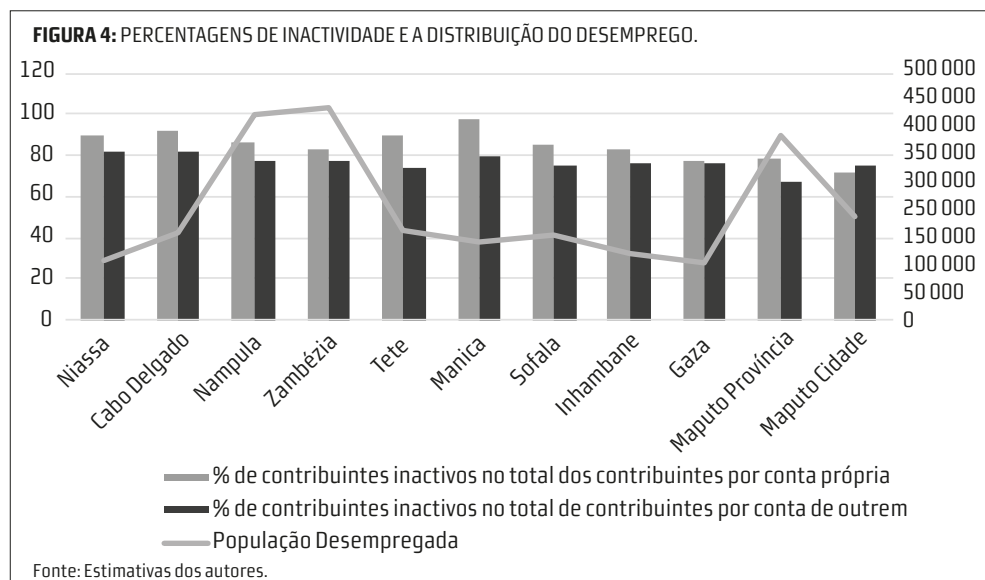
Conforme a discussão apresentada nos capítulos anteriores, este artigo considera duas dimensões da protecção social, a saber, restrita e ampla. No quadro formal da protecção social em Moçambique, existem dois pilares da protecção social restrita, nomeadamente a assistência social e a segurança social. Os mecanismos de protecção social ampla incluem as regras de jogo, leis genéricas que configuram as políticas económicas e definem o ambiente de negócios e as capacidades dos indivíduos para desenvolver os seus próprios meios de subsistência. Assim, esta secção aborda o argumento da armadilha da pobreza, observando a evolução de indicadores associados a i) segurança social, ii) assistência social – dimensão restrita –, e iii) os contextos macroeconómico e social – na dimensão ampla.

SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA

A figura 3 resume a evolução dos indicadores de segurança social entre 1990 e 2018. Não obstante os princípios universalistas definidos no quadro legal do sistema de segurança social, desde o seu estabelecimento que o sistema de segurança social obrigatório cobre menos de 5 % da população economicamente activa. A população total de inscritos aumentou desde 1990, em virtude do aumento dos inscritos anualmente, mas com ela também cresceu o número de contribuintes inactivos. Entre 2004 e 2014, o total de inscritos e dos contribuintes inactivos cresceram ao mesmo ritmo, por volta de 200 %. A partir daí, as taxas de crescimento divergiram. De 2014 a 2018, a taxa de crescimento do total dos contribuintes cai para cerca de 72 %, enquanto o número de contribuintes inactivos mais do que duplica.



Conforme se pode depreender da figura 4, este padrão reflecte a precariedade do tecido empresarial e o padrão geral das condições que sustentam a protecção social ampla. A percentagem de contribuintes inactivos é maior nas províncias onde se tem o maior número de desempregados.



Por lei, as contribuições para a segurança social são alimentadas por fundos pagos por trabalhadores por conta de outrem e por trabalhadores por conta própria. Um maior fluxo destas contribuições depende do estado geral da economia e do emprego. Isto significa que as melhorias no estado geral da economia e dos empregos induzem ao crescimento dos recursos disponíveis para financiar o sistema de segurança, propiciando uma maior presença de contribuintes por conta de outrem, ou por conta própria com interesses de contribuir para o mesmo. Este parece ser o padrão vivido entre 1990 e 2014.

A crise das dívidas ocultas, associada à redução do investimento directo estrangeiro por volta de 2015-2017, veio alterar o ambiente geral da economia com implicações negativas sobre a evolução da vontade de os contribuintes pagarem a segurança social obrigatória. Com inflação alta e o congelamento do apoio directo ao orçamento, o investimento público caiu para metade, e os salários reais seguiram a mesma tendência. No caso do sector empresarial privado que constitui a base fiscal do sistema de segurança social obrigatório, mais de 2500 empregos foram perdidos durante 10 anos num conjunto de 355 empresas manufactureiras entrevistadas para o relatório do inquérito ao sector manufactureiro conduzido pelo Inclusive Growth Mozambique (2023).

Ainda segundo os dados do mesmo relatório, o número de empresas manufactureiras que pagam pelo menos o salário mínimo reduziu. Em 2022, mais de 50 % das médias empresas sofreram perdas, em comparação com 30 %, em 2017. As províncias de Maputo e Gaza, com peso significativo no total dos contribuintes, indicaram ter tido as maiores perdas entre os alfaiates e os fabricantes de blocos, dois sectores intensivos em trabalho e dependentes da procura de massas. A situação agravou-se com as medidas de contenção do alastramento da COVID-19, implementadas a partir de Março de 2020. Para as empresas, o número de clientes e de receitas caiu, as taxas de saída das empresas cresceram, sendo mais comuns no sector têxtil e metalúrgico, dois sectores de peso no total dos contribuintes da segurança social obrigatória. Em média, cerca de 17 % das empresas do sector têxtil e metalúrgico fecharam portas e a taxa de saída na região metropolitana de Maputo e Nampula situou-se em volta de 38 % e 26 %, respectivamente.

Num ambiente empresarial débil e hostil, marcado pelo crescimento de pagamentos de subornos reportados pelas empresas, os que não podiam sair informalizaram-se, o que reduziu a sua capacidade de participação em negócios mais rentáveis na economia e no nível das receitas por si mobilizadas (Berkel, Fisher & Tarp, 2021).

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A assistência social é a segunda componente mais importante da dimensão restrita da protecção social. Com a aprovação da Lei n.º 4/2007 e da Estratégia de Segurança Social Básica para o período 2010 a 2014, alargou-se a abrangência das intervenções públicas na área de protecção social durante os últimos 10 anos. O número de beneficiários do programa de assistência social do INAS, por exemplo, cresceu de 287 000 pessoas, em 2011, para 467 012 em 2022, segundo o 4.º boletim Estatístico sobre Protecção Social do Ministério de Trabalho e Segurança Social. Durante o mesmo período, o valor da prestação mensal passou de 150 Mts para 550 Mts.

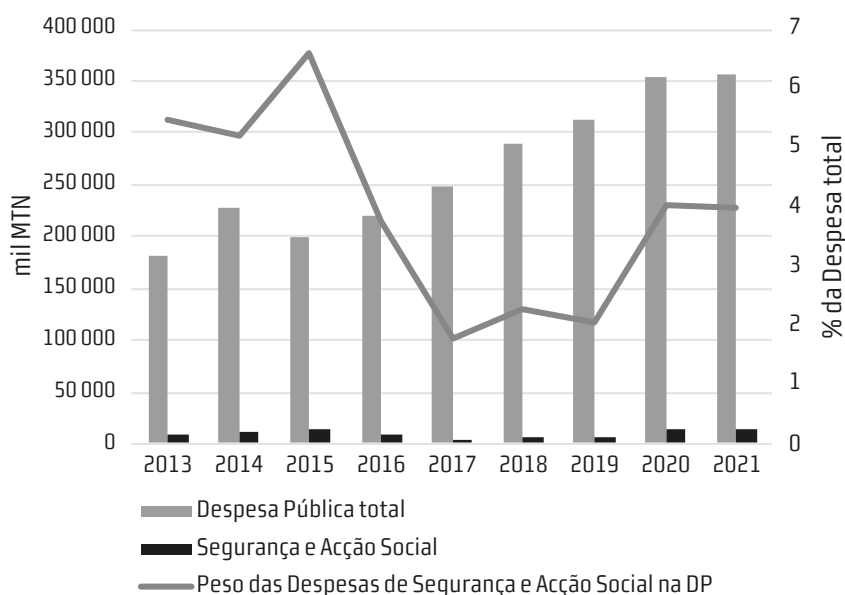
As mulheres constituem a maioria dos beneficiários do programa de assistência social básica, sendo também dominantes no programa de prestações para idosos e doentes crónicos. Em 2019, 264 mil mulheres faziam parte do programa de prestações para idosos, contra 130 mil homens. Entre os doentes crónicos, 4866 mulheres foram assistidas, contra 4501 homens (INE, 2020).

Entre 2015-2018, a percentagem de agregados familiares beneficiários do sistema de protecção social aumentou de 15,76 % para 20,5 %. Espera-se que esta cifra aumente para 25 %, no final de 2024. Neste ano, estima-se que as despesas nos programas de protecção social, como a percentagem do PIB, tenham aumentado de 0,6 %, em 2018, para 2,24 %, de acordo com a ESSB (2016-2024).

Apesar do crescimento da cobertura das pessoas e grupos sociais em situação de vulnerabilidade, o valor alocado e a sua dinâmica sugerem a ausência de uma estratégia de

protecção social sustentada na necessidade de prevenir, mitigar e ajudar as famílias a enfrentar os choques sofridos, garantindo a sua dignidade. Em teoria, em contextos de crise associados a choques económicos ou naturais, as despesas na protecção social são anti cíclicas, agindo como estabilizadores automáticos da conjuntura. No caso moçambicano, este não é o caso. A queda da despesa de protecção social entre 2015 e 2019, momento que coincide com choque sistémico associado às dívidas ocultas, sugere que os beneficiários dos programas de protecção social figuram entre os grupos politicamente escolhidos para suportar o fardo da crise.

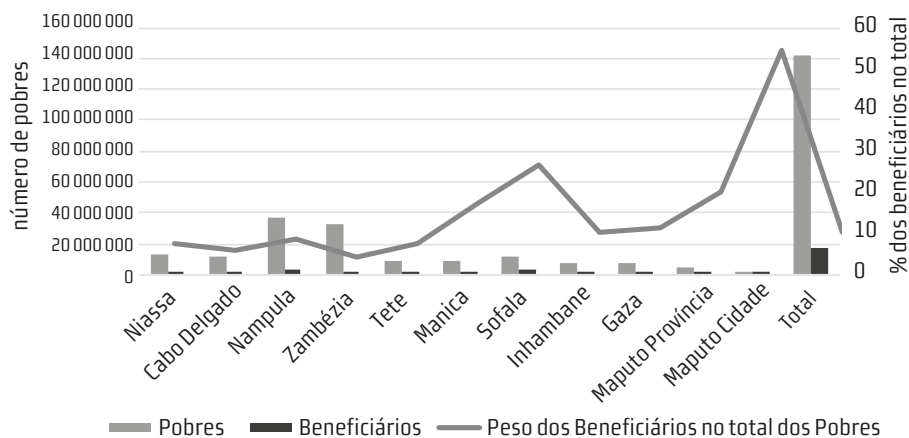
FIGURA 5: EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE PROTECÇÃO SOCIAL (2013-2021).



Fonte: Ministério de Economia e Finanças.

Os recursos mobilizados para melhorar as condições de sustento dos beneficiários não só são exíguos como também a sua distribuição não tem em vista reduzir a vulnerabilidade onde é mais predominante (Figura 6). As províncias com menores taxas de incidência da pobreza e de pessoas pobres, em termos absolutos, têm uma proporção menor de beneficiários. O que sugere que, em termos territoriais, as despesas de protecção social tendem a favorecer as regiões relativamente mais desenvolvidas e com menor incidência da pobreza.

FIGURA 6: DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL.



Fonte: Ministério de Trabalho e Segurança Social.

Tomando em conta a realidade aqui descrita, não é surpreendente que as múltiplas crises vividas entre 2014/2015 e 2022, tenham encontrado as famílias moçambicanas mergulhadas num ambiente económico e empresarial frágil, com taxas altas de desemprego, sobretudo no meio urbano, suportados por um sistema excludente e por instrumentos demasiado precários de protecção social. Quando emergiu a crise das dívidas ocultas, depois seguiram-se, a guerra em Cabo Delgado, os abalos associados a eventos climáticos severos, a pandemia da COVID-19, a economia como um todo não resistiu. Sem mecanismos embebidos e/ou automáticos de protecção social, susceptíveis de funcionar como amortecedores deste tipo de choques, o tecido empresarial precarizou-se ainda mais, o que, em parte, pode ter contribuído para o aumento do número de pessoas pobres de 13 milhões de pessoas, em 2014, para 18 milhões, em 2019/2020 (Banco Mundial, 2022).

PRINCIPAIS POLÍTICAS E EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE PROTECÇÃO SOCIAL AMPLA

PRINCIPAIS POLÍTICAS

Esta secção apresenta a evolução dos indicadores da protecção social numa dimensão ampla e, portanto, destaca aspectos que, à primeira vista, podem não ser associados à protecção social. Em teoria, estes aspectos referem-se às políticas e ao quadro institucional e jurídico onde os direitos dos diferentes grupos sociais que beneficiam ou devem beneficiar dos programas e mecanismos da protecção social restrita podem ser enquadrados. Na prática, a protecção social ampla reporta-se a variáveis de sectores económicos e sociais cujo desempenho depende do contexto económico e social.

Nos estudos da protecção social e da pobreza, destacam-se várias políticas e reformas adoptadas em Moçambique com o objectivo de reduzir a pobreza e as desigualdades sociais através da promoção do crescimento económico. Neste âmbito, um dos momentos mais marcantes, na história pós-guerra civil, foi a introdução de instrumentos de política que se designaram Planos de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), a partir do ano 2000. Porém, importa mencionar que, anteriormente, Moçambique adoptou várias políticas para combater a pobreza e desenvolver a economia desde a independência em 1975. Por exemplo, entre 1980 e 1990, através do Plano Prospectivo Indicativo (PPI), o Governo tentou mobilizar recursos para desenvolver a agricultura e a indústria, mas enfrentou dificuldades devido a questões políticas e do contexto de conflito armado em que o País se encontrava. Em 1987, o Governo lançou o Programa de Reabilitação Estrutural (PRE), mais tarde renomeado para Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES), com apoio do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Reformas significativas foram introduzidas, incluindo a revisão da Constituição, em 1990, para apoiar a liberalização económica e a transição para um sistema multipartidário (World Bank, 1985; GdM, 2001, 2006, 2011a). Os PARPA surgiram num contexto onde, depois de vários anos, a experiência de vários países, incluindo Moçambique, mostrava que os programas de ajustamentos estruturais eram ineficazes para alcançar o desenvolvimento esperado nos países pobres de forma a aliviar grande parte da sua população estagnada na pobreza absoluta, principalmente, na África Subsaariana e na América Latina (Wuyts, 1995; Moh, 1994; Marshall, 1990; Massingue & Castel-Branco, 2008).

No novo quadro de ajuda externa e de política nacional, a protecção social passou a ter um papel central no debate sobre a pobreza e as armadilhas associadas a algumas das políticas de implementação dos programas de assistência social. O Governo de Moçambique passou explicitamente a incluir a protecção social no centro das suas políticas de tal forma que uma das acções adoptadas na primeira década do século XXI, foi a consolidação do quadro legal da protecção social através da lei 04/2007 (AR, 2007) e outros instrumentos, como o regulamento da lei e os respectivos decretos que estabelecem os programas da assistência social básica e sua estratégia (GdM, 2011b, 2015a).

Em termos de metas, o último programa de redução da pobreza tinha como objectivo reduzir a pobreza alimentar de 54,7 %, em 2010, para 42 %, em 2014, e também reduzir a desigualdade económica, especialmente entre áreas urbanas e rurais (GdM, 2011a). Desde 2014, Moçambique não tem implementado uma estratégia específica para erradicação da pobreza. Contudo, o Governo tem abordado a pobreza através de instrumentos de política de curto prazo, como o plano e o orçamento anual (GdM, 2015b, 2020). Em resposta à crise da COVID-19, em 2020, e às dívidas ilegais de 2015, o Governo introduziu medidas de recuperação económica, denominadas Pacote de Aceleração Económica (PAE), em 2022 (GdM, 2022; Siúta, 2022).

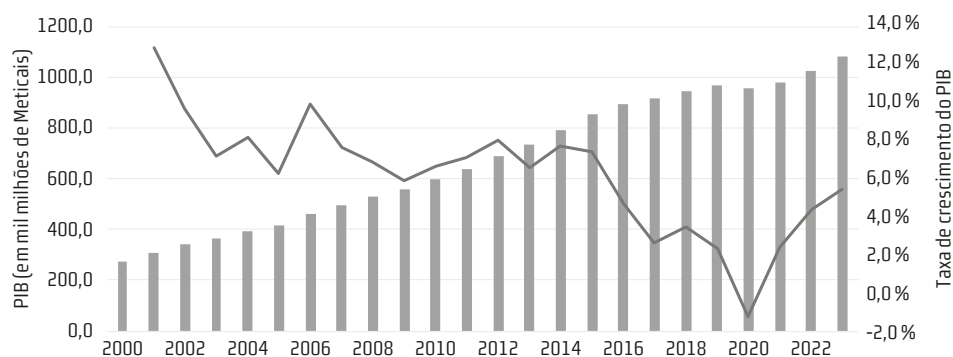
Essas medidas visam impulsionar a economia, especialmente em sectores sociais, como a agricultura e os transportes, e fornecer incentivos para melhorar o desempenho do sector privado. A protecção social é um dos temas transversais. Uma das metas consistia no aumento do espaço orçamental para ampliar a cobertura da protecção social em mais 40 mil famílias e implementar outras medidas que mitiguem o impacto do aumento do custo de vida sobre as populações em situação de pobreza e vulnerabilidade.

PRINCIPAIS INDICADORES: FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS

A literatura destaca a ligação entre o crescimento económico e a protecção social. Por um lado, o crescimento económico é um indicador importante sobre a capacidade da economia de gerar recursos para o financiamento dos programas de protecção social restrita. Estes incluem, por um lado, os descontos e as poupanças de rendimento da população economicamente activa e, por outro, os impostos que financiam as transferências para a população economicamente não activa (através dos programas de assistência social). Os programas de assistência social também são considerados um mecanismo redistributivo, pois o crescimento económico nem sempre resulta na melhoria da qualidade de vida dos mais pobres através do emprego (Ravallion, 2004; Kakwani & Pernia, 2000; Yoon, 2013; Bhorat, Tseng & Stanwix, 2014; Arjona, Ladaique & Pearson, 2003). Em linha com este argumento, tem surgido um debate sobre a ampliação do espaço fiscal para a protecção social em Moçambique, conforme aborda a penúltima secção deste artigo.

A figura 7 mostra a trajetória do crescimento económico desde 2000. A figura mostra que, apesar do crescimento sustentado do produto interno bruto (PIB) real, a taxa de crescimento do PIB real apresentou uma tendência geral decrescente. O período de maior redução do crescimento económico observou-se a partir de 2015. O PIB real cresceu de cerca de 200 mil milhões de meticais para 1 bilião de meticais em 23 anos. Isto corresponde a um crescimento de 5 vezes em 20 anos, isto é, quintuplicou em 20 anos. A taxa de crescimento real é reveladora do progresso e retrocesso no bem-estar da população. A tendência positiva observada até 2014 sugere melhorias no padrão de vida da população, podendo estar associada a um certo grau de redução dos níveis de pobreza, sob o pressuposto de que o crescimento da produção real reflecta incrementos nos níveis de emprego e da economia.

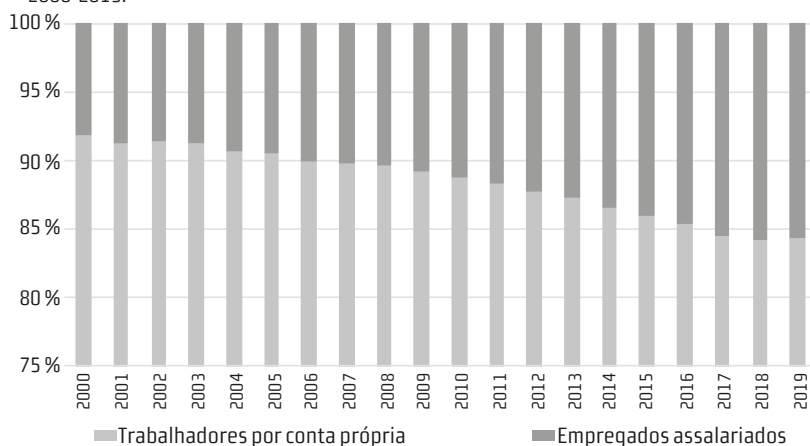
FIGURA 7: EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) REAL E A TAXA DE CRESCIMENTO, EM MOÇAMBIQUE, 2000-2023 (EM METICAIS E A PREÇOS CONSTANTES DE 2019).



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

A Figura 8 mostra a evolução da população empregada assalariada e por conta própria, em Moçambique, entre 2000 e 2019. Em geral, a população empregada é predominantemente não assalariada, sendo que nas últimas duas décadas, mais de 80 % da população ocupada acima dos 15 anos de idade trabalha por conta própria. A população assalariada representa menos de 20 % da população ocupada em Moçambique. O desemprego tem estado próximo dos 3 % da força de trabalho, nos últimos 20 anos. Um aspecto particular sobre a taxa de desemprego e dos trabalhadores por conta própria é a predominância da informalidade. Em várias regiões, o desemprego é baixo porque a população deixa de procurar emprego devido à fragilidade da actividade económica e refugia-se na actividade informal de baixo rendimento, cujo produto gerado não é registado de forma sistemática (Francisco, 2012; Cunha & Orton, 2011b).

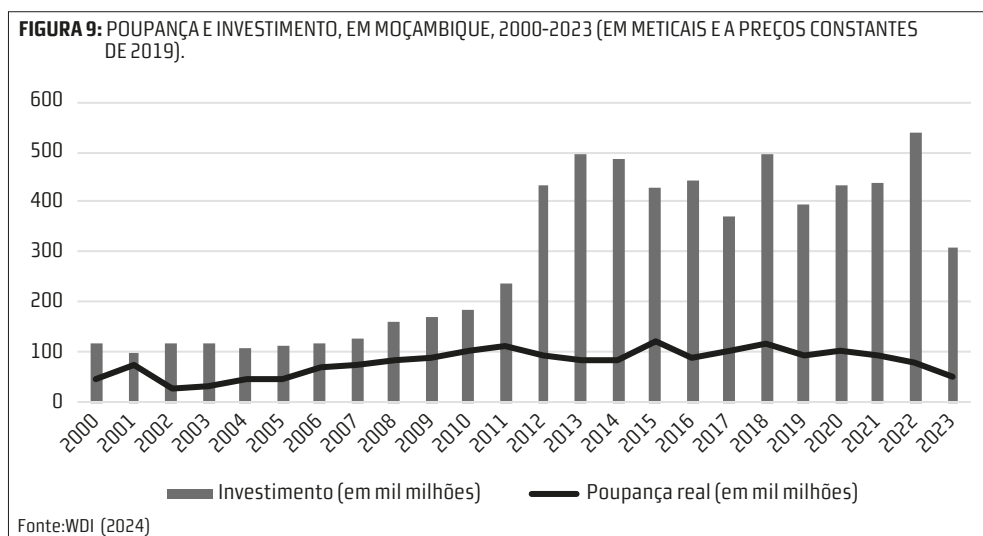
FIGURA 8: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA ASSALARIADA E POR CONTRA PRÓPRIA, EM MOÇAMBIQUE, 2000-2019.



Fonte: World Bank (2021).

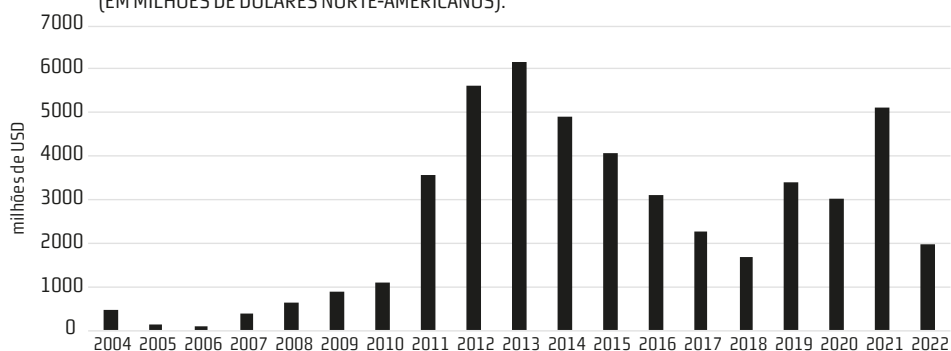
A sustentabilidade da protecção social também depende do investimento e da poupança. Em teoria, o investimento mantém as fontes de rendimento que são as bases para o financiamento dos mecanismos de protecção social. Por outro lado, a poupança financia o investimento e serve para estabilizar o consumo em períodos onde o crescimento do produto é baixo ou diminui.

A Figura 9 mostra a trajectória do investimento e da poupança em Moçambique, entre 2000 e 2023. Os dados indicam que a poupança é inferior ao investimento realizado, sugerindo que boa parte do investimento em Moçambique depende de recursos externos. O investimento aumentou significativamente a partir de 2012, enquanto a poupança apresenta uma trajectória crescente até 2018. O investimento aumentou de quase 100 mil milhões de meticaís para cerca de 500 mil milhões em 20 anos. Por sua vez, a poupança aumentou de cerca de 50 mil milhões de meticaís para quase 100 mil milhões de meticaís.



A Figura 10 mostra a trajectória do investimento directo estrangeiro desde 2004. Este investimento possui um papel fundamental ao complementar a poupança interna para promover o crescimento económico (Siúta, 2014; Francisco & Siúta, 2015). A sua trajectória é marcada por elevada variabilidade no fluxo de recursos financeiros. Numa primeira fase, o investimento aumentou de cerca de 477 milhões de dólares para quase 6 mil milhões de dólares, em 2016. No período seguinte, o investimento diminuiu para quase 2 mil milhões de dólares.

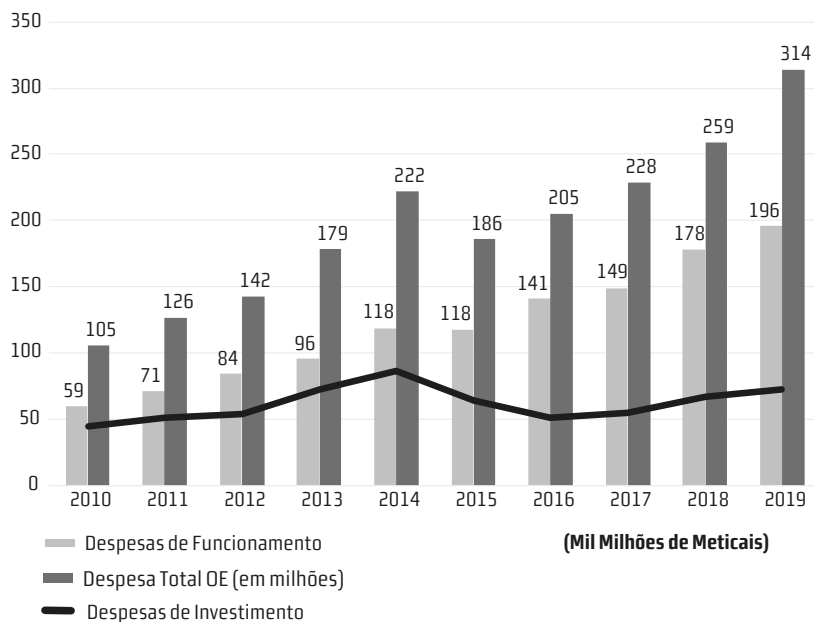
FIGURA 10: EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO, EM MOÇAMBIQUE, 2004-2022
(EM MILHÕES DE DÓLARES NORTE-AMERICANOS).



Fonte: Banco de Moçambique (2024).

Apesar de o investimento privado ter aumentado ao longo do período de vinte anos, a trajectória do investimento público nos últimos 10 anos (Figura 11) mostra uma redução a partir de 2014. Neste período, observa-se um maior crescimento das despesas de funcionamento do que do investimento público. A despesa pública aumentou de cerca de 100 mil milhões de meticaís para mais de 350 mil milhões de meticaís. Porém, o investimento manteve-se inferior a 100 mil milhões de meticaís durante a década.

FIGURA 11: TRAJECTÓRIA DAS DESPESAS PÚBLICAS TOTAL, DESPESAS DE FUNCIONAMENTO E DE INVESTIMENTO
EM MOÇAMBIQUE, 2010-2019.



Fonte: GdM (2017, 2019; 2016a).

Uma das bases não financeiras da protecção é a própria população, que representa a força de trabalho disponível para produzir e contribuir para os mecanismos de protecção social. As figuras 12 e 13 ilustram a trajetória da população em Moçambique. Quase metade da população tem idade inferior a 18 anos e espera-se que esta estrutura se mantenha até 2050 (Figura 13). Esta estrutura apresenta desafios de políticas económica e social, para que Moçambique seja capaz de tirar proveito da sua força de trabalho (Arnaldo, Carlos & Hansine, Rogers, 2015; Walker & Ricaldi, 2021). Em geral, a literatura destaca intervenções em sectores como a educação, saúde infantil e emprego juvenil. Além disso, no contexto em que é escrito, para a protecção social, programas específicos podem ser necessários para proteger e apoiar vítimas de violência de género (Arthur, 2008; Feijó, n.d.). O terrorismo coloca ainda a necessidade de programas específicos para apoiar refugiados e deslocados internos, incluindo habitação, saúde e integração social (Macalane & Jafar, 2021; Siúta, 2021; Chambe, 2023).

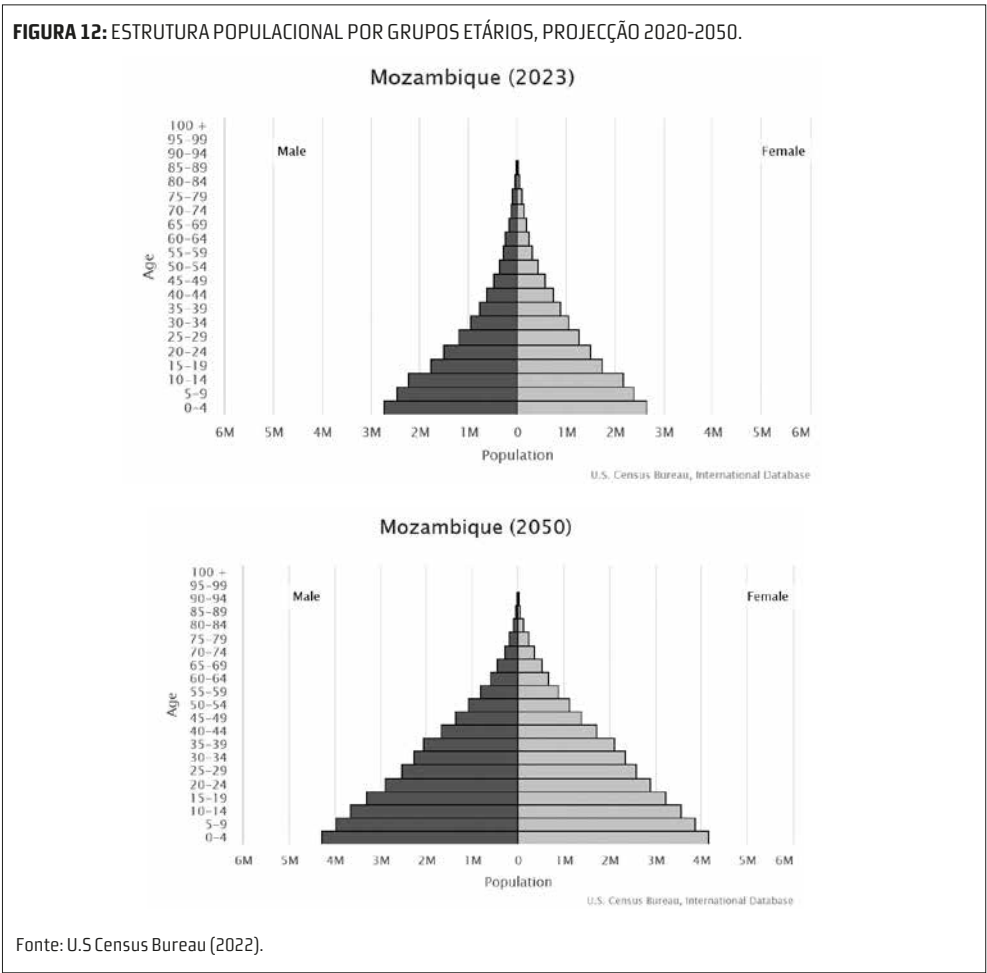
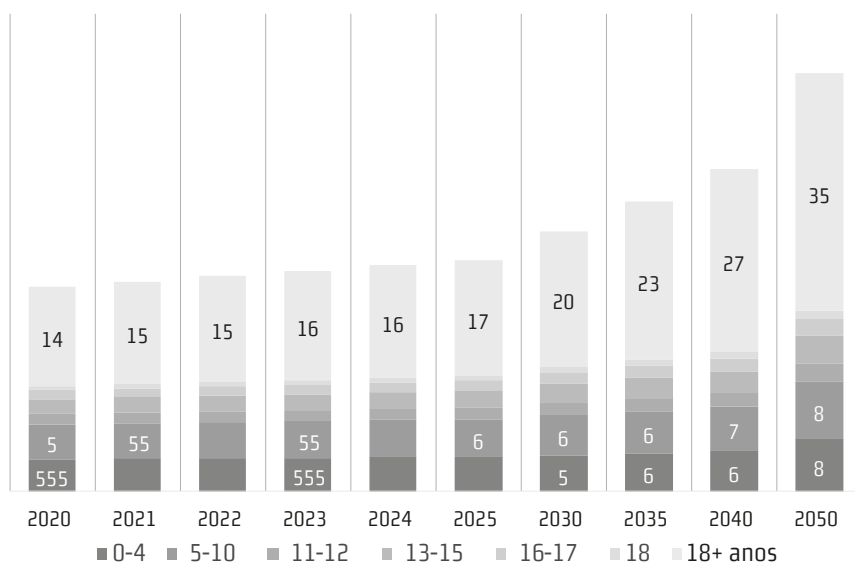


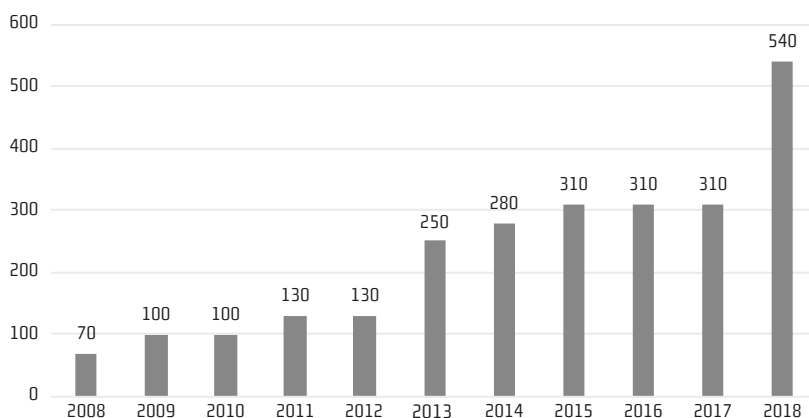
FIGURA 13: PROJECCÕES DA POPULAÇÃO MOÇAMBICANA, 2020-2050 (EM MILHÕES).



ESPAÇO FISCAL PARA PROTECÇÃO SOCIAL:

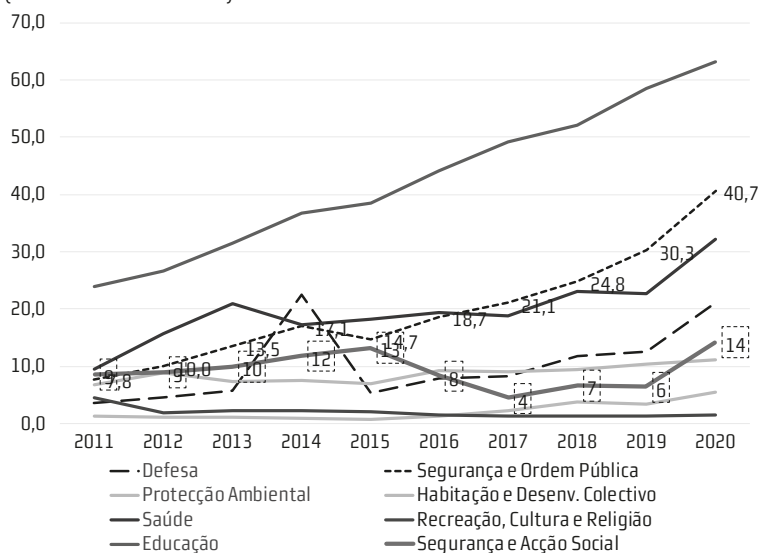
Conforme mencionado no início desta secção, não é sempre que o crescimento económico conduz à melhoria da qualidade de vida dos mais pobres, nem da prestação de serviços públicos. Para a protecção social, o principal desafio do Governo tem sido escolher entre aumentar o número de beneficiários directos da assistência social e melhorar a qualidade de benefícios que atribui às famílias actualmente inscritas, à medida que a economia e a população crescem (Francisco & Sugahara, 2012; Cunha & Orton, 2011b; Andres, 2019; Sugahara & Francisco, 2014). No contexto marcado por diversos choques sobre a economia, este debate é ainda mais relevante, pois outras pressões sobre outros sectores podem relegar para o último lugar investimentos em sectores fundamentais para o desenvolvimento de mecanismos de protecção social sustentáveis. A figura 14 mostra a evolução do subsídio social básico de 2008 a 2018. Em complemento, a figura 15 mostra a evolução da despesa pública em sectores chave, comparativamente à assistência social. É notável que, em dez anos, o orçamento para defesa e ordem pública quase quadruplicou, saindo de 10 mil milhões para cerca de 40 mil milhões. Em contraste, o orçamento para a protecção social financiados aumentou de 9 mil milhões para 14 mil milhões. Portanto, a reavaliação das prioridades fiscais e a melhor alocação de recursos são essenciais para garantir que o espaço fiscal criado para diversos sectores da economia contribua para fortalecer a protecção social em Moçambique, minimizando a carga fiscal sobre os mais pobres e maximizando o impacto dos programas de apoio social.

FIGURA 14: EVOLUÇÃO DO SUBSÍDIO SOCIAL BÁSICO, EM MOÇAMBIQUE, 2008-2018 (EM METICAIS).



Fonte: Andres (2019).

FIGURA 15: DESPESA PÚBLICA EM ALGUNS DOS SECTORES CHAVE, 2011-2020, EM MOÇAMBIQUE (MIL MILHÕES DE METICAIS).

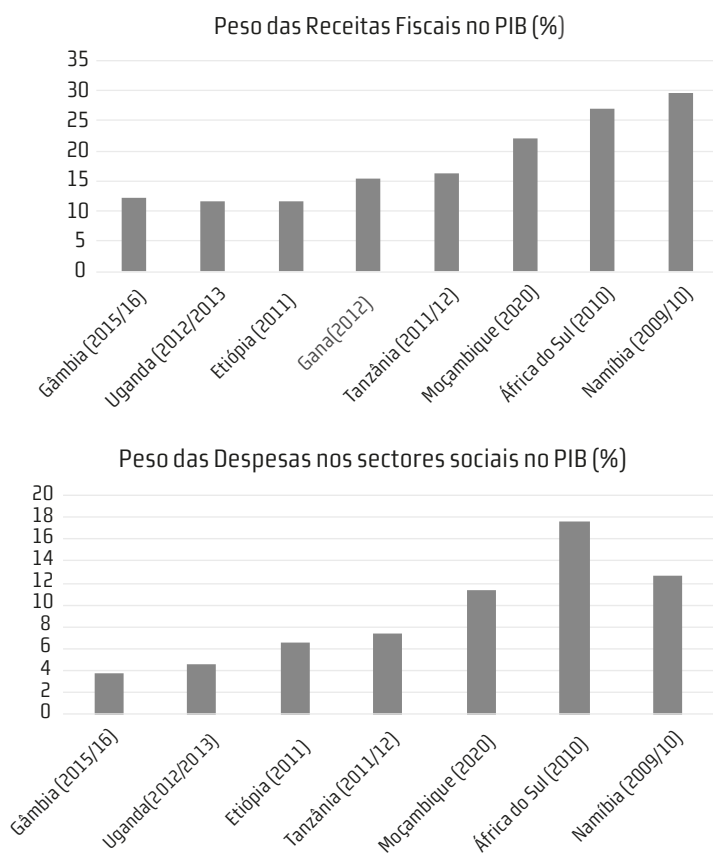


Fonte: Compilação dos autores com base na Conta Geral do Estado (vários anos).

Comparativamente a outros países, Moçambique destaca-se positivamente entre os seus pares africanos em termos de fiscalidade e despesas públicas em sectores sociais, com as receitas fiscais a representar 21,11 % do PIB em 2020, uma proporção superior à de nações como Gâmbia, Uganda e Etiópia (Figura 16). Além disso, as despesas dos sectores sociais em

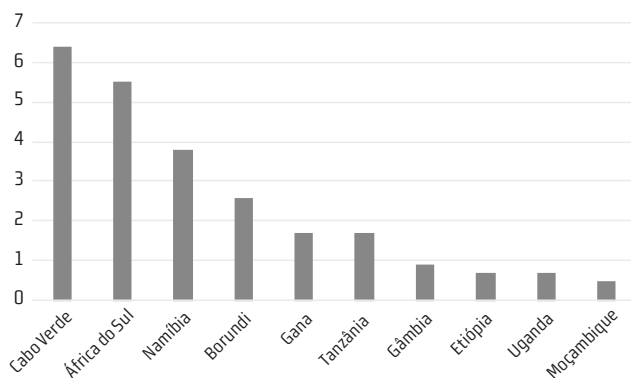
Moçambique, estimadas em 11,3 % do PIB, também superam as desses países, colocando-o próximo de economias mais avançadas da região, como África do Sul e Namíbia. No entanto, essa realidade contrasta com os baixos gastos na protecção social especificamente, que representavam apenas cerca de 0,5 % do PIB (Figura 17), excluindo saúde. Esse índice é o mais baixo entre os dez países analisados, indicando uma discrepância entre a capacidade de arrecadação fiscal do País e o investimento em protecção social.

FIGURA 16: RECEITAS FISCAIS E DESPESA PÚBLICA DE MOÇAMBIQUE E PAÍSES VIZINHOS.



Fonte: OIT (2022).

FIGURA 17: DESPESA PÚBLICA NA PROTECÇÃO SOCIAL (EXCLUINDO CUIDADOS DE SAÚDE) COMO PORCENTAGEM DO PIB EM 2020.



Fonte: OIT (2022).

CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

Este artigo discute o conceito da armadilha da pobreza em Moçambique, explorando os progressos alcançados na política e nos programas de protecção social. Ao mesmo tempo, destaca os desafios que permanecem para que mecanismos de protecção social possam servir para aliviar a pobreza absoluta da população e libertá-la da privação de meios de subsistência. A análise mostra que Moçambique fez progressos que consistem primariamente na consolidação do quadro legal de funcionamento da protecção social restrita. No entanto, permanecem desafios na articulação entre a protecção social restrita e ampla. Os indicadores da protecção social restrita indicam este desafio a partir i) do baixo número coberto pelos programas de assistência social comparativamente ao número de agregados familiares na pobreza absoluta e ii) do elevado número de contribuintes inactivos no grupo de trabalhadores inscritos na segurança social.

Os indicadores da protecção social ampla apresentam progressos relativamente à produção da economia real, que aumentou nos últimos 20 anos. Porém, a baixa poupança pública e privada é testemunho da fragilidade da economia em responder à necessidade de gerar poupança para fazer face às necessidades de financiamento dos programas de protecção social. A protecção social e a poupança estão intimamente ligadas num ciclo de retroalimentação. A protecção social eficaz pode reduzir a necessidade de poupança precaucional, aumentar a estabilidade económica e incentivar a poupança. Por outro lado, altos níveis de poupança podem contribuir para a sustentabilidade e a ampliação dos programas de protecção social. Para uma economia demasiado vulnerável, a baixa poupança é indicativa do grande risco de que boa parte da

população cai na pobreza devido à incapacidade de o Governo e de o sector privado responderem a choques económicos.

Sobre a armadilha da pobreza, a análise mostra que o desenho dos programas de protecção social deve considerar os factores determinantes da pobreza. Tendo sido mencionadas anteriormente, algumas das implicações dessa constatação são: primeiro, a necessidade de aumentar o investimento em sectores críticos (e.g.: educação, saúde e infra-estruturas) para promover o desenvolvimento humano. Este investimento, por sua vez, capacitará a mão-de-obra composta maioritariamente por jovens a fim de produzir e gerar rendimento visando alimentar as bases financeiras dos mecanismos de protecção social; segundo, a necessidade de se definirem sectores de investimento prioritários capazes de aumentar o emprego e a produtividade da economia. Grande parte do investimento, em Moçambique, depende de recursos externos, porém, a maior parte da população está estagnada na agricultura de subsistência. Para a protecção social, importa que a poupança externa seja usada para promover o emprego entre as camadas que actualmente se encontram excluídas dos mecanismos formais de protecção social e de produção da economia. Por fim, no cenário actual marcado pelo terrorismo, surge a necessidade de desenvolver programas específicos para apoiar deslocados internos a reintegrarem-se social e economicamente como forma de reduzir pressões sobre os programas de assistência social.

REFERÊNCIAS

- Alkire, S. (2018) *The research agenda on multidimensional poverty measurement: important and as-yet unanswered questions*. (119).
- Alkire, S. & Foster, J. (2011) Counting and multidimensional poverty measurement. *Journal of Public Economics*. 95 (7), 476–487.
- Anand, S. & Sen, A. (2000) Human Development and Economic Sustainability. *World Development*. 28 (12), 2029–2049.
- Andres, R.V. (2019) *Espaço Fiscal para Protecção Social em Moçambique*.
- AR, (Assembleia da República) (2007) *Lei no 4/2007 de 7 de Fevereiro (Quadro Legal da Protecção Social)*.
- AR, (Assembleia da República) (2021) *Lei nr 8/2021 - Regime Jurido da Segurança Social Obrigatória dos Funcionários e Agentes do Estado*.
- Araujo, M.C., Bosch, M. & Schady, N. (2017) Can Cash Transfers Help Households Escape an Intergenerational Poverty Trap? *NBER Chapters*. 357–382.
- Arjona, R., Ladaique, M. & Pearson, M. (2003) Growth, Inequality and Social Protection. *Canadian Public Policy / Analyse de Politiques*. 29, S119–S139.
- Arnaldo, Carlos & Hansine, Rogers (2015) Dividendo demográfico em Moçambique: oportunidades e desafios. In: Brito, Luís de, Castel-Branco, Carlos Nuno, Chichava, Sérgio, Forquilha, Salvador, & Francisco, António (eds.). *Desafios para Moçambique 2015*. Desafios para Moçambique. Maputo, IESE. pp. 399–416.
- Arthur, M.J. (2008) A propósito da discussão da proposta de lei contra a violência doméstica: de que vale ter um grande número de mulheres no parlamento? *Outras vozes, maputo*. 22, 1–8.
- Artur, L. (2017) *A ligação dos objectivos e intervenções de Protecção Social e Resiliência Climática no Distrito de Mabote*.
- Barham, V., Boadway, R., Marchand, M. & Pestieau, P. (1995) Education and the poverty trap. *European Economic Review*. 39 (7), 1257–1275.
- Barrett, C.B., Carter, M.R. & Ikegami, M. (2008) Poverty traps and social protection. *Available at SSRN 1141881*.
- Barrett, C.B. & McPeak, J.G. (2006) Poverty Traps and Safety Nets. In: A. De Janvry & R. Kanbur (eds.). *Poverty, Inequality and Development*. Economic Studies in Inequality, Social Exclusion and Well-Being. Boston, MA, Springer US. pp. 131–154. .
- Bavishi, A., Slade, M.D. & Levy, B.R. (2016) A Chapter a Day – Association of Book Reading with Longevity. *Social science & medicine (1982)*. 164, 44–48. doi:10.1016/j.socscimed.2016.07.014.

- Berkel, H., Fisher, P. & Tarp, F. (2021) *Impactos do Ciclone Idai nas Empresas Manufactureiras em Moçambique. IGM Working Paper 2021/5.*
- Bhorat, H., Tseng, D. & Stanwix, B. (2014) Pro-poor growth and social protection in South Africa: Exploring the interactions. *Development Southern Africa*. 31 (2), 219–240.
- Boom, B. van den (2011) *Analysis of poverty in Mozambique.*
- Callander, E.J., Schofield, D.J. & Shrestha, R.N. (2013) Chronic health conditions and poverty: a cross-sectional study using a multidimensional poverty measure. *BMJ Open*. 3 (11).
- Castles, F.G. & Obinger, H. (2007) Social expenditure and the politics of redistribution. *Journal of European Social Policy*. 17 (3), 206–222.
- Chakravarty, S.R. & Lugo, M.A. (2019) Multidimensional Indicators of Inequality and Poverty. In: S.R. Chakravarty (ed.). *Poverty, Social Exclusion and Stochastic Dominance*. Singapore, Springer Singapore. pp. 223–259.
- Chambe, Z.M. (2023) Entre gritos reprimidos e pés sobre a mata: violência, mobilidades e formas de silenciamentos na guerra de Cabo Delgado, Moçambique. *Ideias*. 14
- Chen, S., Li, J., Lu, S. & Xiong, B. (2017) Escaping from poverty trap: a choice between government transfer payments and public services. *Global Health Research and Policy*. 2
- Creedy, J. & Scobie, G.M. (2005) Population Ageing and Social Expenditure in New Zealand. *Australian Economic Review*. 38 (1), 19–39.
- Cunha, N. & Orton, I. (2011a) *Estender a Cobertura da Protecção Social num Contexto de Alta Informalidade da Economia: necessário, desejável e possível?* Cadernos IESE 5. Maputo, IESE.
- Cunha, N. & Orton, I. (2011b) *Estender a Cobertura da Protecção Social num Contexto de Alta Informalidade da Economia: necessário, desejável e possível?* Cadernos IESE 5. Maputo, IESE.
- Dao, N.T. & Edenhofer, O. (2018) On the fiscal strategies of escaping poverty-environment traps towards sustainable growth. *Journal of Macroeconomics*. 55, 253–273.
- Datt, G., Simler, K.R., Mukherjee, S. & Dava, G. (2000) Determinants of Poverty in Mozambique: 1996-97. *AgEcon Search*.
- Dercon, S. (2007) Comment on poverty traps and social protection policy. *IDS Bulletin*. 38 (3), 39–42.
- Devereux, S. (2002) Can Social Safety Nets Reduce Chronic Poverty? *Development Policy Review*. 20 (5), 657–675.
- Falkingham, J. & Namazie, C. (2002) Measuring health and poverty: a review of approaches to identifying the poor. *London: DFID health systems resource Centre*. 7 (1), 1–70.
- Feijó, J. (n.d.) O papel das mulheres no conflito em cabo delgado: entendendo ciclos viciosos da violência. *Observatório do meio rural*. 2021a. Relatório 114.

- Francisco, A. (2012) *Estado e informalidade: como evitar a “tragédia dos comuns” em Maputo?* Boletim Ideias 41. Maputo, IESE.
- Francisco, A. (2011a) Moçambique: protecção social no contexto de um estado falido mas não falhado. In: *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo, IESE.
- Francisco, A. (2019a) Protecção Social nos Livros ‘Desafios para Moçambique’: Reflexão Inspirada nos 12 Anos de Pesquisa do IESE. In: *Desafios para Moçambique 2019*. Maputo, IESE.
- Francisco, A. (2019b) Protecção Social nos Livros ‘Desafios para Moçambique’: Reflexão inspirada nos doze anos de pesquisa do IESE. In: S. Chichava (ed.). *Desafios para Moçambique 2019*. 10a edition. Maputo, IESE.
- Francisco, A. (2011b) Ter muitos filhos, principal forma de protecção social numa transição demográfica incipiente. O caso de Moçambique. In: *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo, IESE.
- Francisco, A. (2011c) Ter muitos filhos, principal forma de protecção social numa transição demográfica incipiente. O caso de Moçambique. In: L. de Brito, C.N. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco (eds.). *Desafios para Moçambique 2011*. Desafios para Moçambique. Maputo, IESE. pp. 231-282.
- Francisco, A., Ali, R. & Ibraimo, Y. (2011) Protecção social financeira e demográfica. Desafios para uma segurança humana digna em Moçambique. In: L. de Brito, C.N. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco (eds.). *Desafios para Moçambique 2011*. Desafios para Moçambique. Maputo, IESE. pp. 283-331.
- Francisco, A. & Siúta, M. (2015) Poupança externa num contexto de crescimento económico sem poupança interna. In: C.N. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco (eds.). *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo, IESE.
- Francisco, A. & Sugahara, G. (2012) *Por uma Pensão Universal para Idosos em Moçambique*. Maputo, IESE.
- GdM, (Governo de Moçambique) (2017) *Conta Geral do Estado 2016*.
- GdM, (Governo de Moçambique) (2019) *Conta Geral do Estado 2018*.
- GdM, (Governo de Moçambique) (2015a) *Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (ENSSB)*.
- GdM, (Governo de Moçambique) (2022) *Pacote de Medidas de Aceleração Económica*.
- GdM, (Governo de Moçambique) (2011a) *Plano de acção para a redução da pobreza, 2011-2014 (PARP)*. Maputo, Ministério da Planificação e Desenvolvimento.
- GdM, (Governo de Moçambique) (2001) *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005) (PARPA I)*. Maputo, República de Moçambique.
- GdM, (Governo de Moçambique) (2006) *Plano de acção para a redução da pobreza absoluta, 2006-2009 (PARPA II)*. Maputo, Ministério da Planificação e Desenvolvimento.

- GdM, (Governo de Moçambique) (2015b) *Programa Quinquenal do Governo 2015 - 2019: Versão aprovada na Assembleia da República, Resolução n.º 12/2015*. pp. 3–25.
- GdM, (Governo de Moçambique) (2020) *Programa Quinquenal do Governo: 2020-2024*.
- GdM, (Governo de Moçambique) (2011b) *Programas de Segurança Social Básica*.
- Giesbert, L. & Schindler, K. (2012) Assets, Shocks, and Poverty Traps in Rural Mozambique. *World Development*. 40 (8), 1594–1609.
- Governo de Moçambique (2006) *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPA II)*.
- Ibraimo, M. & Salvucci, V. (2017) Os Determinantes da Pobreza em Moçambique, 2014/15. *Inclusive Growth in Mozambique Working Paper*. Helsinki: UNU-WIDER.
- IEP, (Institute for Economics & Peace) (2023) *Global Peace Index Map: The Most & Least Peaceful Countries*. 2023. Vision of Humanity. <https://www.visionofhumanity.org/maps/> [Acedido: 4 June 2024].
- Ikegami, M., Carter, M.R., Barrett, C.B. & Janzen, S. (2017) Poverty traps and the social protection paradox. In: *The economics of poverty traps*. University of Chicago Press. pp. 223–256.
- Inclusive Growth Mozambique (2023) *Inquérito às Industrias Manufatureiras Moçambicanas 2022*.
- INE, (Instituto Nacional de Estatísticas) (2024) *Contas Nacionais - PIB*. 2024. https://www.ine.gov.mz/web/guest/d/pib_optica_despesa-29-05-2024 [Acedido: 10 June 2024].
- INE, (Instituto Nacional de Estatísticas) (2020) *Projeções da População 2017 - 2050 - Instituto Nacional de Estatística*. 2020. <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/projecoes-da-populacao-2017-2050> [Acedido: 19 June 2021].
- Kakwani, N. & Pernia, E.M. (2000) What is Pro-poor Growth? *Asian Development Review*. 18 (01), 1–16.
- Leszczensky, L. & Wolbring, T. (2022) How to Deal With Reverse Causality Using Panel Data? Recommendations for Researchers Based on a Simulation Study. *Sociological Methods & Research*. 51 (2), 837–865. doi:10.1177/0049124119882473.
- Macalane, G. & Jafar, J. (2021) *Ataques terroristas em cabo delgado (2017-2020): as causas do fenómeno pela boca da população de mocimboa da praia*.
- Marinho, E., Linhares, F. & Campelo, G. (2011) Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil? *Revista Brasileira de Economia*. 65, 267–288.
- Marshall, J. (1990) Structural Adjustment and Social Policy in Mozambique. *Review of African Political Economy*. (47), 28–43.
- Massingue, N.C. & Castel-Branco, C.N. (2008) *A eficácia do condicionalismo da ajuda externa: O caso das privatizações em Moçambique, 1990-2000*.
- Maximiano, N., Arndt, C. & Simler, K.R. (2005) Qual foi a dinâmica dos determinantes da pobreza em Moçambique. *Directorate of Studies and Policy Analysis Discussion Papers*. (11P).

- MEF (2016a) *Conta Geral do Estado 2015*.
- MEF, (Ministério da Economia e Finanças) (2016b) *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Quarta Avaliação Nacional (IOF 2014-15)*. Maputo, Direcção de Estudos Económicos e Financeiros / MEF.
- Moh, K. (1994) *Monetarism and Structural Adjustment: The Case of Mozambique*.
- Moore, K. (2005) *Thinking About Youth Poverty Through the Lenses of Chronic Poverty, Life-Course Poverty and Intergenerational Poverty*. doi:10.2139/ssrn.1753655.
- MPD, (Ministério da Planificação e Desenvolvimento) (2010) *Pobreza e Bem-estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional (2008-09)*.
- Pais, A.L.V.S. (2010) *A protecção social pública na velhice em Portugal: evolução histórica de 1919 a 2008*. Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Piketty, T. (2000) Chapter 8 Theories of persistent inequality and intergenerational mobility. In: *Handbook of Income Distribution*. Elsevier. pp. 429–476.
- Quive, S. (2009) *Sistemas formais e informais de protecção social desenvolvimento em Moçambique*. Maputo, IESE.
- Ravallion, M. (2004) Pro-poor growth: A primer.
- Schuknecht, L. & Zemanek, H. (2021) Public expenditures and the risk of social dominance. *Public Choice*. 188 (1), 95–120.
- Sen, A. (1979) Personal Utilities and Public Judgements: Or What's Wrong With Welfare Economics. *The Economic Journal*. 89 (355), 537–558.
- Siúta, M. (2022) O Pacote de Medidas de Aceleração Económica: uma leitura alternativa. *OECONOMICO*.
- Siúta, M. (2014) *Papel da Poupança Externa e seu Impacto no Crescimento Económico em Moçambique*. Maputo, Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane (UEM).
- Siúta, M. (2019) Protecção Social e Poupança em 10 edições do Desafios: que tipo de protecção social pode Moçambique desenvolver? In: S. Chichava (ed.). *Desafios para Moçambique 2019*. 10a edition. IESE. pp. 239–296.
- Siúta, M. (2021) *Protecção social em contexto de terrorismo: que implicações tem a insurgência islâmica nos mecanismos formais de protecção social em Moçambique?* - *IDeLAS nº 137* | IESE.
- Sugahara, G. & Francisco, A. (2014) Para além do espaço fiscal: a protecção social no contexto da transição demográfica moçambicana. In: L. de Brito, C. Castel-Branco, A. Francisco, & S. Chichava (eds.). *Desafios para Moçambique 2014*. Desafios para Moçambique. Maputo, IESE. pp. 281–312.
- Tivane, Â., Langa, C., Mundlovo, F., Castigo, F., Mataba, G., Handela, J., Muianga, M., Cossa, S. & Tivane, Â.S. (2022) *4o Boletim Estatístico Sobre Protecção Social*.
- UNDP, (United Nations Development Programme) (2024) Human Development Report. *Human Development Reports*.

- U.S. Census Bureau (2024) *International Database*. https://www.census.gov/data-tools/demo/idb/#/pop?COUNTRY_YEAR=2022&COUNTRY_YR_ANIM=2022&menu=popViz&POP_YEARS=2022&FIPS=C-M,ET,KE,MZ,NG,NI,SO,SU&popPages=BYAGE&ageGroup=BR&FIPS_SINGLE=MZ.
- Victor, B., Blevins, M., Green, A.F., Ndatimana, E., González-Calvo, L., Fischer, E.F., Vergara, A.E., Vermund, S.H., Olupona, O. & Moon, T.D. (2014) Multidimensional poverty in rural Mozambique: a new metric for evaluating public health interventions. *PloS one*. 9 (9), e108654.
- Walker, I. & Ricaldi, F. (2021) Quatro Formas de Moçambique Transformar a Criação de Empregos e Aproveitar o Dividendo Demográfico. In: *World Bank Blogs / Nota Estratégica sobre Emprego: Published on Africa Can End Poverty (22 de Abril de 2021)*.
- Walker, T.S., Tschirley, D.L., Low, J.W., Tanque, M.P., Boughton, D., Payongayong, E.M. & Weber, M.T. (2004) *Determinants of rural income, poverty, and perceived well-being in Mozambique in 2001-2002*.
- World Bank (1985) *Mozambique - Rehabilitation Program Project*.
- World Bank (2023) *Mozambique Poverty Assessment: Poverty Reduction Setback in Times of Compounding Shocks*.
- World Bank (2021) *World Development Indicators*. 2021. <https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/> [Acedido: 25 August 2021].
- Wuyts, M. (1995) 00017. *Foreign Aid, Structural Adjustment, and Public Management: The Mozambican Experience*. Publications Office, Institute of Social Studies.
- Yoon, H.-S. (2013) Korea: Balancing Economic Growth and Social Protection for Older Adults. *The Gerontologist*. 53 (3), 361–368.

CONFLITO ARMADO E CRISE HUMANITÁRIA EM CABO DELGADO

CONTRIBUIÇÕES PARA A DESCOLONIZAÇÃO DOS ESTUDOS PARA A PAZ E SOBRE O DESENVOLVIMENTO

Teresa Cunha, Liliana Zambrano-Quintero, Jokin Alberdi Bidaguren, e Terezinha da Silva

INTRODUÇÃO

Desde Outubro de 2017 que, em Cabo Delgado, se vive uma situação de violência organizada com ataques e destruição de edifícios, infra-estruturas e serviços governamentais, perseguições e assassinatos dirigidos à população civil, e um enorme êxodo das populações que buscam segurança e protecção. Segundo os dados do relatório publicado no portal em linha Cabo Ligado, a 2 de Agosto de 2022, foram reportadas 4154 mortes devido à violência organizada, das quais pelo menos 1799 são civis. O número total de pessoas deslocadas pela guerra até ao momento é de 946 508, tendo havido um aumento de 161 944 desde Fevereiro. Destas, 83 983 pessoas fugiram de ataques nos distritos de Ancuabe e Chiure em Junho, à medida que a guerra se estendeu para Sul. Cento e trinta e oito mil duzentas e trinta e uma pessoas regressaram a casa no mesmo período, mas a situação humanitária tem vindo a agravar-se na província (Hanlon, 2022). A maioria das pessoas deslocadas continua a viver em casa de familiares em Cabo Delgado, e várias dezenas de milhares pelas províncias adjacentes, como Niassa, Nampula e Zambézia e, ainda mais a Sul, em Inhambane e Sofala (Alberdi *et al.*, 2023; IOM, 2022).

Feijó (2022) afirma que está instalada uma guerra de guerrilha e sem um fim à vista. Na verdade, o que nos parece ser fundamental salientar, desde já, é que tanto as estratégias dos insurgentes que atacam em pequenos grupos e fogem, como as respostas de mitigação e controlo dos ataques e da violência através da via militar indicam uma adesão àquilo que Stephenson (1999:101) designa *mito da eficácia da violência*. Ora, consideramos que o condicionamento à ideia de que a violência e a guerra são necessárias para resolver os conflitos assenta, sempre, numa pretensa separação radical entre *nós* e *os outros* e na nossa *superioridade natural*, e tantas vezes moral, em relação *aos outros*. É esta naturalização da superioridade de um ser humano sobre outro que produz a ideia de ameaça permanente que tem de ser contida por meios repressores, se não

violentos, sendo as armas, assim, instrumentos essenciais para mediar as relações sociais, directa ou indirectamente. A ineficácia histórica da guerra-violência (Guzmán, 2001) está inscrita nas evidências empíricas a que todas/os temos tido acesso ao longo das nossas vidas. Os inúmeros conflitos bélicos sempre foram incapazes de resolver duradouramente os grandes problemas humanos. No entanto, um tanto paradoxalmente, este mito sobrevive e gera múltiplas espirais de violência uma vez que se crê que a resolução definitiva do conflito só será conseguida se se utilizarem mais meios de força, de modo a obrigar, sem réplica, o outro a obedecer ou a aceitar as condições impostas. Nesta lógica belicista, conflitual, adversarial, hierárquica, a Paz¹, só é possível, através da humilhação e eliminação total do *outro*. É na contramão deste mito que nos propomos realizar esta reflexão feminista e decolonial sobre a Paz e o desenvolvimento, em Moçambique.

Por outro lado, sendo para nós o conceito de desenvolvimento problemático, importa realizar uma clarificação conceptual a este respeito. Optamos, em primeiro lugar, pelo reconhecimento de que há muitas formas de pensar o mundo – o bem-estar e a justiça social e económica – além do mundo proclamado pelo conceito de desenvolvimento dominante. Amparadas/o numa extensa literatura crítica e decolonial sobre o desenvolvimento, o pós-desenvolvimento e o ecofeminismo (Santos & Cunha, 2022), fundamentamos a nossa escolha epistemológica, entre outras, nas obras das feministas Randriamaro (2018), Meer (2018), Svampa (2017), Shiva (2015), Gibson-Graham & Gibson (2008), Chancoso (2014) e Quijano (2011). Nesta literatura, o “desenvolvimento” é fortemente criticado como uma emanção da modernidade europeia e colonial que se estabelece e se expande a partir da sua pulsão de impor uma hegemonia exploradora e destruidora a todo o planeta, no que respeita tanto à forma de organização das sociedades e de como se representa o viver bem. Por outro lado, as/o autoras/e elaboram alternativas conceptuais e práticas com vista ao restauro das possibilidades de vidas vividas em plenitude, condensado na expressão “Sumak Kawsay”, em língua Quichwa do Ecuador. É neste contexto que surge a ideia de Bem Viver ou Viver Bem com base nas cosmologias andinas, o que significa, fundamentalmente, duas coisas. A primeira é que Viver Bem parte de uma cosmovisão diferente da ocidental que tem as suas raízes nas sabedorias comunitárias e não capitalistas de muitos povos do mundo. Neste sentido, o Suma Kawsay rompe efectivamente com as raízes capitalistas do conceito de desenvolvimento porque ancora em outro paradigma

¹ Estamo-nos a referir ao conceito de Paz liberal que é a hegemónica no mundo de hoje. A trajectória histórica da Paz liberal pode ser traçada desde Kant, Locke ou Mill que lançaram os alicerces filosóficos do liberalismo que durante a era colonial se representava a si mesmo como uma missão salvatória e civilizatória dos povos a colonizar (Paris, 2002). Neste sentido, a Paz liberal reflecte a cosmovisão, os conhecimentos dominantes e os interesses dos países vencedores da segunda guerra mundial (MacGinty, 2010:391). Está fundada nos princípios do liberalismo e neo-liberalismo que posteriormente se seguiu, em que *one size fits all*, ou seja, um só modelo de construção do Estado baseado na democracia liberal, e na economia de mercado num cenário de supervisão, para não dizer sujeição, às instituições Bretton Woods (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional); manutenção de uma economia de guerra como estratégia dissuasora e onde os vencedores têm acesso aos dividendos económicos políticos e simbólicos; que coloca no seu centro dos processos de decisão as instituições estatais ou transnacionais promovendo uma visão formalista de Paz e resolução de conflitos.

epistémico, ontológico e cosmológico. Por outro lado, recupera muitos dos conhecimentos e do saber-fazer ancestrais que fazem parte das lutas da humanidade, humilhada e despojada pelo capitalismo, colonialismo e o patriarcado, pela emancipação da vida em direcção à maximização da justiça e, como se diz no movimento zapatista, por um *mundo onde caibam muitos mundos*. Desta forma, usaremos o conceito de Bem Viver ou Viver Bem ao invés de “desenvolvimento” para afirmar o quadro teórico que informa o nosso pensamento e análise. Alcançar o fim do conflito e chegar à Paz, condição sem a qual Viver Bem será impossível, pressupõe uma reconciliação abrangente e profunda, não apenas das feridas do presente, mas também do passado. Na recorrência da eclosão de guerras e outros conflitos armados violentos, diversos autores (Beristain, 1999; Armiño, 2001; Moura, 2010; Cunha, 2012; Alberdi & Barroso, 2020) mostram que uma das causas está relacionada com a negligência e o descuido em fazer o trabalho de memória e trazer para as estratégias de mitigação dos efeitos da violência processos de reconciliação totalmente inclusivos e o desenho de estratégias que apontem tanto para lidar com as causas mais imediatas como com aquelas que subjazem nas profundezas do tecido social. Por isso, entendemos ser crucial ver garantidas a participação efectiva e segura das pessoas mais atingidas pela violência, tanto do lado das vítimas como do lado dos perpetradores, nos diálogos e nas negociações e nas decisões que lhes dizem respeito assim como ao seu território. Nenhuma Paz duradoura, e sem ela o Bem Viver pode acontecer sem reconciliação, justiça e a dignidade humana de todas e todos. Neste sentido, os programas humanitários para enfrentar a vulnerabilidade das pessoas deslocadas, a missão militar da SADC e as missões militares bilaterais existentes e os planos de reconstrução e “desenvolvimento” financiados por diferentes potências estrangeiras e multinacionais que operam no território serão sempre insuficientes, senão potenciadoras de mais violência e conflito; para restaurar a coesão social e a Paz; em muitos aspectos desadequados e ininteligíveis para as populações locais; e em muitos outros são, potencialmente, responsáveis por novos conflitos no terreno (Alberdi *et al.*, 2023; Mukadzi, 2022).

Argumentamos, assim, que uma abordagem do Triplo Nexso tem de ser dimensionada de forma a «cuidar sem fazer dano» (Zambrano-Quintero & Larrinaga, 2023:122) para garantir uma visão crítica e contextual que implemente práticas inclusivas em cada uma das suas etapas: seja na fase da ajuda humanitária, na construção da Paz (Anderson, 1999) ou na fase da reconstrução com vista ao desenvolvimento, ou seja, ao viver bem de todas e todos na província e no País.

A partir de uma perspectiva feminista situada, com este trabalho temos por objectivo principal contribuir para a descolonização da ideia de Paz e do desenvolvimento a partir das aprendizagens realizadas em Cabo Delgado. Começamos por problematizar o quanto de colonial permanece nas nossas teorias e abordagens. Num segundo momento, focamo-nos na crítica decolonial e feminista dos conceitos de Paz e desenvolvimento, propondo o conceito

andino de Viver Bem. Na última parte, apresentamos as principais lições aprendidas sobre ajuda humanitária, desenvolvimento, reconciliação e construção da Paz com base no trabalho sociológico e etnográfico realizado pela nossa equipa em conjunto com o grupo Centro de Estudos e Acções pela Paz (CEAP) de Cabo Delgado, nos dois últimos anos com comunidades de pessoas deslocadas em Pemba, Metuge, Ancuabe e Montepuez.

EXERCITANDO UMA DESCOLONIZAÇÃO FEMINISTA DO PENSAMENTO PARA PENSAR A PAZ E O DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE

A nossa primeira tarefa epistemológica é pensar além dos conceitos dominantes que herdámos sobre o que é a guerra, Paz e o desenvolvimento. Para iniciá-la, precisamos ter consciência que os conceitos que continuamos a utilizar, tanto no meio académico como nas instituições internacionais, para representar e dar sentido ao bem-estar e aos conflitos armados e guerras que vivemos e a sua superação, foram gerados a partir da experiência histórica do Ocidente, especialmente da Europa e da América do Norte. Esta permanência de um conhecimento marcado pelo imaginário e a materialidade coloniais e neocoloniais foi designada por *colonialidade do saber e do poder* (Quijano, 2000).

Por isso, parece-nos crucial reconhecer que o longo ciclo colonial europeu teve, e continua a ter, imensos efeitos na vida das/os habitantes dos países que foram as suas colónias e que a presente ordem mundial e a economia política neocolonial – para o que aqui nos interessa, a europeia, a norte-americana e a chinesa – estão a transformar países e regiões do globo em novas colónias. Em outros termos: mantêm a sua independência política, mas são subjugados aos interesses particulares, sejam económicos, geoestratégicos ou políticos das elites das novas metrópoles. Isso significa que, apesar das lutas de libertação e das independências políticas obtidas, o aparato epistemológico e político colonial continua activo e é com ele que prosseguimos comumente a dar sentido aos nossos mundos a que chamamos de pós-coloniais. Daqui resulta, em muitos momentos, não apenas uma disjunção entre a realidade concreta em que habitamos e vivemos e o pensamento que a define e a explica, mas também formas de validação do conhecimento que continuam a desvalorizar e, até silenciar, as estruturas e as formas de produção e comunicação dos saberes endógenos e locais. Por outras palavras, é muito mais fácil aceitar e validar o que uma grande instituição transnacional diz sobre o que é a Paz e o desenvolvimento, e como se deve alcançar, do que sentar e ouvir com atenção o que as pessoas dos locais afectados têm para nos dizer sobre como pensam e sentem essas coisas, e que políticas e medidas se deveriam conceber e implementar (Cunha & Silva, 2021; Alberdi *et al.*, 2023). Às primeiras reconhecemos autoridade, legitimidade, e capacidade de produzir ciência; às segundas reconhecemos um pensamento simplista, incapaz de analisar

os grandes temas, marcado por mistificações e ignorâncias. Entendemos, pois, que a primeira tarefa fica cumprida quando temos consciência de que estamos imersas/os num sistema de conhecimento que continua a colonizar os nossos imaginários teóricos e analíticos e que nos impede, as mais das vezes, de valorizar e reconhecer a importância de outros sistemas de pensamento e análise que fazem parte do nosso acervo humano e epistemológico.

Por outro lado, a literatura demonstra que as mulheres são responsáveis por uma economia três vezes superior à de todo o sector tecnológico no mundo (Oxfam, 2020), mostrando o valor real do trabalho não pago que as mulheres realizam em todos os cantos do planeta. No entanto, continuam a ser as pessoas mais empobrecidas do mundo. De todas elas, são as mulheres africanas as que mais sofrem com estas desigualdades e com as discriminações: apenas 22 homens no mundo possuem mais riqueza do que todas as mulheres de África, o continente mais longamente violentado pelo colonialismo europeu. Isto quer dizer que mais de 671 milhões de mulheres (Countrymeters, 2022), juntando todas as suas riquezas, não conseguiriam acumular aquilo que possuem apenas duas dezenas de homens, todos do Norte global. E, se tivermos em consideração as desigualdades internas existentes no continente, isto quer dizer que quase todas as mulheres africanas são realmente miseráveis no sentido de não possuírem os recursos materiais e simbólicos para poderem viver a sua vida com conforto, sem medo e sem violência, sendo respeitadas e valorizadas. Como Federici (2004) afirma, a acumulação capitalista só é possível à custa da invenção do trabalho doméstico feito gratuitamente pelas mulheres e da invenção de que a elas cabe fazê-lo obediente e silenciosamente. Por outro lado, foi necessário inculcar a ideia e torná-la num *tópos* cultural indiscutível que dita que todo esse labor é fruto da sua natureza e é feito, portanto, por “amor” à sua prole, à qual preside a figura do homem-macho, o chefe de família, o principal beneficiário directo destas sociedades domésticas. Percebe-se que bem como o colonialismo, o capitalismo e o patriarcado actuam em articulação, reforçando mutuamente os sistemas de opressão que geram. Lugones (2010), a este respeito, fala da *colonialidade do género* para significar a intersecção entre o colonialismo, o capitalismo e o patriarcado que produz a hegemonia de uma certa maneira de pensar e instrumentalizar o conceito de género em favor dos interesses e privilégios das elites contemporâneas, praticamente compostas por homens brancos e que vivem no Norte global, e dos seus aliados que vivem e governam no Sul global.

Para o que aqui nos interessa, argumentamos que uma dupla ruptura é necessária. Por um lado, romper com a ideia de que existe uma única forma de produzir ciência marcada por metodologias, indicadores e formas de validação e verificação universais, todos gerados a partir do centro imaginado do mundo que é o norte-moderno-ocidental. Por outro, perceber que descolonizar o pensamento necessita de uma perspectiva feminista que não só rompa com a naturalização da menoridade das mulheres, mas ponha em evidência que os privilégios e os benefícios tão desigualmente repartidos segundo as identidades sexuais e de género nas

sociedades contemporâneas, são a pedra angular que sustenta um sistema injusto, violento e predatório, incluindo o científico.

Neste sentido, vale a pena determo-nos um pouco sobre a questão da violência já que esta é uma das principais características da realidade que pretendemos analisar. A violência produz sempre dano e dor. Ora, não causar dano e dor a ninguém (Anderson, 1999) é fundamental para poder pensar a Paz e o Bem Viver em Moçambique. Partimos da ideia de que o que é vivido e pensado como dano e dor é fortemente moldado pela identidade sexual e/ou de género, pela história, pela experiência, pelas culturas e pelas ferramentas materiais e simbólicas que são usadas para resolver os conflitos (Zambrano-Quintero & Larrinaga, 2023). Consequentemente, as respostas que podem prevenir, mitigar e reparar os danos e as dores advindas das violências geradas pelas guerras, e por modelos de desenvolvimento injustos, espoliadores e discriminatórios (Harvey, 2004) e que podem restaurar a harmonia, a Paz e a justiça são sempre muito específicas dos contextos onde devem ser implementadas.

Por outro lado, tendo em mente o caso de Cabo Delgado, constatamos que apesar de existir uma literatura vibrante e notável sobre a guerra,² há, contudo, uma ausência notável em duas áreas principais: (i) há poucos estudos feitos por mulheres; (ii) quase não há estudos que incorporem análises das mulheres – refugiadas ou não – da guerra, e o que é preciso fazer para acabar com ela e avançar para a fase de reconstrução e cura social rumo a uma Paz eficaz e duradoura. Por outro lado, quando a literatura especializada ou jornalística aborda a questão das mulheres na guerra de Cabo Delgado, quase sempre o faz na perspectiva da vitimização de mulheres e raparigas adultas: abuso sexual, violência baseada no género, perda de membros da família, mortalidade materna e infantil, entre outras questões (Cunha, 2021). É óbvio que é muito importante denunciar e abordar estes problemas, contudo, muitas vezes, exerce uma dupla vitimização e, pior, tem tido o efeito perverso de obscurecer a agência e a inteligência das mulheres nas várias esferas da vida onde elas desempenham papéis sociais vitais.

De facto, os sofrimentos vividos por gerações inteiras durante a conquista, ocupação e exploração colonial (passada e presente) não têm sido suficientemente tidos em conta nas análises das violências subsequentes para entender de forma mais complexa e cabal o porquê da recorrência da guerra e da persistência da pobreza em Moçambique. A nosso ver, é cada vez

² Sem ter a pretensão de esgotar o que já foi escrito e publicado indicamos as seguintes obras: Mukadzi, Colaboratório Feminista. 2022. “Passado, presente e futuro na voz das mulheres e raparigas afectadas pelo conflito em Cabo Delgado: Uma análise feminista”. Maputo: ALIADAS; CESC; Embaixada do Canadá, 249 pp; Morier-Genoud, E. 2020. The jihadi insurgency in Mozambique: origins, nature and beginning, *Journal of Eastern African Studies*, DOI: 10.1080/17531055.2020.1789271; Saide H., Forquilha, S. and Pereira, J. 2019. Islamic Radicalization Northern Mozambique. The Case of Mocimboa da Praia, *Cadernos IESE* n.º 17E. Maputo: IESE; Chichava, S. 2020. Who is “the enemy” attacking Cabo Delgado? Short presentation of the hypotheses of the Mozambican government, *IDEIAS* N.º 127e – Maputo, 28 de Abril de 2020; Matsinhe, D. and Valoi, E. 2019. The genesis of insurgency in northern Mozambique, *ISS, SOUTHERN AFRICA REPORT* 27; Feijó, J. e Maquenzi, J. 2019. O processo de Insurgência armada em Cabo Delgado, *OMR - DESTAQUE RURAL* N.º 64; Feijó, J. e Maquenzi, J. 2019. Poverty, Inequality and Conflict the Northern Cabo Delgado *OMR - Observador Rural*, n.º 76; Pirió, G., Pitelly, R. y Adam, Y. 2018. “The emergence of Violent Extremism in Northern Mozambique”, *Spotlight - Africa Center for Strategic Studies*, 25.03.2018; Pirió, G., Pitelly, R. y Adam, Y. 2019. “The Many Drivers Enabling Violent Extremism in Northern Mozambique”, *Spotlight - Africa Center for Strategic Studies*, 20.05.2019.

mais necessário ouvir aquelas e aqueles que viveram as múltiplas violências e as tentativas de reconciliação nos últimos 60 anos. Se pensarmos com cuidado epistemológico, no tempo de uma vida, experimentou-se uma sucessão de acontecimentos, traumas, e momentos-chave de uma enorme importância social, política, económica e cultural: o colonialismo português com todas as suas violências; as agruras e sacrifícios da guerra de libertação; as enormes alegrias e expectativas da independência nacional; as dificuldades e desgraças da guerra dos 16 anos; a esperança do regresso à Paz com os Acordos de Roma; a factura paga ao Fundo Monetário Internacional com os Ajustamentos Estruturais e o fim do sonho de um país justo para todas e todos para, passados menos de vinte anos, em Cabo Delgado, emergir uma nova guerra que tira vidas, casas, separa as famílias e destrói as esperanças.

Este espaço-tempo, simultaneamente epistémico, político e biográfico de muitas e muitos moçambicanas/os, não pode ser omitido e negligenciado para imaginar, pensar e realizar a Paz e o Bem Viver. Descolonizar, pois, a Paz e o chamado “desenvolvimento” em Moçambique significa, em primeiro lugar, abrir um espaço às memórias divergentes e permitir que as e os moçambicanas/os, em geral, e o povo de Cabo Delgado, em particular, possam definir por si mesmas/os o que é a Paz que ambicionam e o que significa Viver Bem e pelo que estão dispostas/os a lutar num horizonte de emancipação pessoal e colectiva. Trata-se de pensar e construir a Paz e o Bem Viver de baixo-para-cima e de dentro-para-fora. É complexo, mas parafraseando Nelson Mandela, só impossível até se fazer.

NÃO HAVERÁ BEM VIVER SEM PAZ E NÃO HÁ PAZ SEM BEM VIVER

Como argumentámos em cima, não podemos analisar a economia política contemporânea sem levar em linha de conta a imbricação dos três principais sistemas de opressão que nomeámos: o colonialismo – as continuidades e permanências do colonialismo secular a que chamámos de colonialidades e as novas formas de ocupação e exploração por despojo que designámos de neocolonialismo –, o capitalismo na sua forma neoliberal e o atávico, mas sempre poderoso, patriarcado. Para os objectivos deste trabalho, é importante reflectir um pouco mais sobre a intensa conexão entre Paz e Bem Viver cuja epítome usada aqui é: não haverá Bem Viver sem Paz e não há Paz sem Bem Viver. Isto obriga-nos a avançar um pouco mais nas nossas reflexões sobre a descolonização feminista destas duas faces da realidade que se vive em Cabo Delgado, Moçambique.

Propomos começar por pensar que, quase sempre, a nossa Paz, ou melhor, a ausência de conflitos armados em que vivemos, existe à custa de uma guerra contra os *outros*. Não é possível fazer a Paz em Cabo Delgado sem compreender que existe uma economia política que determina o lugar de cada país, nas relações de poder político e económico globais que operam

além das fronteiras dos estados-nação. Esse sistema contínuo de produção de desigualdades é replicado no interior dos países. Por isso há regiões sacrificais e outras que são claramente beneficiadas em relação a onde reside o lugar de poder de decidir e de exercer coação sobre os que são considerados como *outros-abaixo-de-nós*. Essa lógica determina os meios que nações, estados e populações têm para lidar e pôr fim aos conflitos violentos nos seus territórios assim como que modelos de “desenvolvimento” são possíveis de implementar. A geopolítica dos interesses dos países, tanto a nível regional como internacional, é quase sempre um elemento crítico essencial para compreender a eclosão e manutenção dos estados de guerra em todo o mundo. Por outras palavras, nenhuma guerra é puramente doméstica; nenhum modelo de desenvolvimento é meramente nacional.

O segundo elemento de análise é a criação de zonas de interesse económico que têm que ver com o acesso a matérias-primas e recursos naturais valiosos e, com isso, a ampliação das fronteiras extractivas, bem como com a mobilidade de bens e capitais (Alberdi, Casimiro & Cunha, 2019; Brito *et al.*, 2010). As elites globais, que constituem 1 % da população mundial e que controlam o capitalismo financeiro e extractivista neoliberal (Oxfam, 2020)³, são por natureza predatórias, e recorrem à violência para alcançar os resultados de lucro e acumulação que lhes são favoráveis. É imprudente pensar que não existe uma relação directa entre as guerras sofridas por uns e o paraíso de Paz e prosperidade em que outros vivem.

A deslocalização de indústrias para países onde a mão-de-obra pode ser escravizada, os diamantes de sangue que são exibidos em festas e festivais de luxo, as redes de tráfico humano e exploração sexual de mulheres, o tráfico de droga, a florescente indústria de armas de países centrais, como a França, o Reino Unido, os Estados Unidos da América, entre outros, são algumas das facetas destas relações obscuras que impõem uma violência estrutural permanente que conduz a guerras onde as pessoas não se podem defender. Há, então, que reconhecer que os conflitos e a violência, especialmente a armada, são alimentados e mantidos à custa de relações de poder fortemente desiguais num contexto de hegemonia planetária de um modelo de desenvolvimento capitalista (Harvey, 2004; Amin, 2011) para o qual as identidades sexuais e de género não são neutras nem alheias (Cunha, 2021; Collet, Gwala & Farwenee, 2020).

A contribuição para a descolonização feminista dos estudos da Paz e do Bem-Viver que aqui discutimos conduz-nos às seguintes asserções. Em primeiro lugar, precisamos de sublinhar a interseccionalidade dos sistemas de opressão e exploração presentes na nossa contemporaneidade e como não se pode pensar nem a Paz nem o Viver Bem separadamente e

³ O relatório publicado pela OXFAM no início de 2020 apresenta alguns dados que consideramos serem reveladores. Entre outros, na sua página 5 pode ler-se:

- Em 2019, os bilionários do mundo, que somam apenas 2153 pessoas, detinham juntos mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas;

- O 1 % mais rico do mundo detém mais que o dobro da riqueza de 6,9 bilhões de pessoas;

sem uma abordagem profundamente feminista⁴ e decolonial. Em segundo lugar, defendemos que nem a Paz nem o Viver Bem podem ser concebidos como conceitos abstractos e supostamente universais, organizados em categorias e subcategorias, níveis e âmbitos todos definidos a partir de um mundo estranho e distante, tanto geográfica quanto epistemologicamente, daquele onde queremos que emergja a maximização da justiça social para todas e todos. Em terceiro lugar, argumentamos que a Paz e Viver Bem, são processos dinâmicos, complexos, diversos, polifónicos, que se constroem a partir das estórias do passado e do presente, da imaginação do futuro com base nas múltiplas experiências e cosmovisões presentes nos mundos que são habitados pelas comunidades de vida humana e não humana. Como diz Escobar (2016), trata-se de renunciar ao universo para reconhecer o pluriverso vital que somos nós, a humanidade inteira, juntamente com a Mãe Terra⁵ à qual pertencemos. Assim, é nosso entendimento teórico e analítico que é necessário resgatar as visões de Paz e de Viver Bem, a partir de baixo, valorizando as sabedorias ancestrais e os instrumentos que todas as culturas têm para imaginar a sua harmonia, a sua felicidade, justiça e resolver os seus conflitos de uma forma positiva e transformadora e sem recorrer à violência que inflige dor e dano amputando a dignidade da vida que deveria ser garantida.

DESCOLONIZAR É APRENDER A DESAPRENDER EXERCITANDO A HUMILDADE EPISTEMOLÓGICA

Parece-nos importante começar com uma lição preciosa aprendida em Cabo Delgado que nos chegou da cultura Emakhuwa, através do conceito de *Wunnurwana*. *Wunnurwana* significa *crescer com*. Não se trata apenas de crescer para se ficar maior, mas apela a uma relação tridimensional de interdependência e cuidado: com a natureza, com as pessoas e com o sagrado. Só se pode ser, só se pode crescer em Paz consigo mesma/o, Viver Bem, participando na vida da comunidade que envolve sempre todas as criaturas: as que existem, as que já morreram, mas continuam a viver de outras maneiras – as/os nossas/os ancestrais – e as que ainda não nasceram, mas que já fazem parte de nós. Este conceito do tempo em forma de espiral não pode ser compreendido por aqueles para quem o tempo é uma linha que se sucede irremediavelmente de forma cronológica. De acordo com esta lição, só é alcançada a Paz e o Bem Viver no cuidado que exige e promove esta relação permanente num trabalho incansável e incessante de cuidados recíprocos. Fazer as Pazes e Viver Bem são plurilógicos e pluriversais,

⁴ Note-se que não é de forma nenhuma abordagem feminista decolonial e perspectiva de género, no sentido que é dominante e usado pelo desenvolvimentismo hegemónico em Moçambique e no mundo. A/o leitora/or pede-se a atenção para as profundas diferenças argumentadas ao longo de todo o texto.

⁵ Ao usarmos este conceito Mãe Terra, estamos a reforçar a nossa crítica ao desenvolvimento que Moçambique tem prosseguido a partir de uma abordagem ecofeminista. No entanto, não sendo o objectivo deste trabalho, não desenvolvemos esta discussão. Esta nota serve, porém, para informar a /o leitora/or da nossa direcção teórica e analítica a este respeito.

onde *Wumuwana* é crescer juntas/os, é saber que a minha humanidade só encontra sentido pleno na humanidade de todas/os.

Aprendemos ainda que estamos no momento de fazer um trabalho de memória. Isto significa repudiar o esquecimento que sucessivas políticas de omissão ou de negligência histórica procuram levar a cabo para tornar hegemónica uma só visão dos acontecimentos e da história aniquilando todas as narrativas divergentes. Este trabalho de memória tem de incluir, sem falta, as mulheres de todas as idades e as suas narrativas sobre as causas próxima e longínquas da guerra; sobre efeitos e consequências; sobre como não voltar à guerra e à violência generalizada; do que significa Viver Bem e o que se sonha para o presente e o futuro. O trabalho de memória no qual as mulheres tomam parte de forma inteira, é uma condição crítica para criar o espaço necessário para a cura e amplia as possibilidades da sociedade, como um todo, de compreender a sua própria história e aprender com ela. Este trabalho de memória é ao mesmo tempo terapêutico e político, na medida em que recria as possibilidades de viver juntas/os e desfrutar com justiça os benefícios que a Mãe Terra tem para oferecer.

Neste sentido, terminamos este trabalho com a reflexão conjunta realizada com as nossas companheiras e companheiros em Cabo Delgado que resultou no texto que se segue. Resume algumas das contribuições concretas para uma descolonização feminista da Paz e como se pode pensar o Viver Bem em Cabo Delgado e Moçambique. Podem, as/os colegas da academia estranhar o tom em que está escrito; pode parecer demasiado coloquial e sem prerrogativas teóricas. Mas queremos defender com ele o nosso posicionamento epistemológico que temos vindo a argumentar ao longo deste trabalho. Está escrito nos termos e na forma em que faz sentido para todas as pessoas envolvidas na sua construção. Este facto valida uma objectividade forte (Harding, 1998), a densidade social e analítica, e ajuda a quem o ler a romper com o formalismo escolástico colonial que tanto lugar ainda ocupa as nossas mentes. Em segundo lugar, é um texto intensamente teórico e, se houver dúvidas quanto a isso, lembremo-nos que as ciências sociais críticas há muito já nos alertaram para aquilo que canonicamente nos habituámos a chamar de *grounded theory* (Charmaz, 2006).⁶ Serve também a *grounded theory* para não esquecermos que teorizar não é um privilégio de alguns, mas uma acção humana informada pela experiência, pela reflexão e meditação profundas sobre a realidade que todas e todos praticamos mesmo sem lhe atribuir nome e valor científico.

Mais do que uma *grounded theory*, é para nós um sentir-saber-fazer artesanal como modo de produzir e comunicar ciência. Este sentir-fazer-pensar permite narrativas autorais daquelas que sempre foram vistas e consideradas inferiores, residuais e subalternas como a maioria das mulheres no mundo. Serve-nos para terem o poder de representar, à sua maneira, os corpos,

6 Barney G. Glaser e Anselm L. Strauss são considerados os criadores da *grounded theory*. O seu livro *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research* (1967) delineou os princípios e técnicas da abordagem. Kathy Charmaz fez contribuições significativas para o desenvolvimento e o avanço da *grounded theory* e é amplamente citada.

os mundos em que vivem e o conhecimento que possuem. A isso chamamos de autoria e autoridade. É o poder de definir o que é o poder, que em vez de coerção e exploração pode ser a energia, vitalidade e o vigor da emancipação, nos seus próprios termos. Esta razão artesanal, abre esse vasto campo de enunciação, de comunicação através da sua economia de abundância – porque há sempre muitos mais conhecimentos no mundo que o modo ocidental de conhecer o mundo (Santos & Cunha, 2022). Por outras palavras, devolve às pessoas a abundância inscrita na sua diversidade de sentir-saber-fazer de e no mundo. Assim, a autoria e a autoridade deixam de ser uma disputa tornando-se num campo de realizações recíprocas. Se não perguntarmos às pessoas o que precisam, como pensam que podemos ajudá-las a recuperar a sua autonomia, como podemos ajudá-las a tornarem-se mais fortes como colectivo, que apoio concreto precisam, tudo se pode perder. Talvez a solução esteja no que fazemos com a informação que recolhemos e como temos a capacidade de a traduzir em questões concretas que fortalecem as pessoas. Este é o desafio, e seria a forma de compensar o presente de informação que partilham connosco para elaborarmos os nossos estudos e recomendações. Por isso, as pesquisas e as consultorias devem ter como objectivo principal poder transformar esta informação em acções concretas que permitam às pessoas, hoje vulnerabilizadas, reemergir, recuperar e ter uma vida digna.

É difícil estabelecer uma relação realmente bidireccional de solidariedade com as famílias mais afectadas, as deslocadas e as acolhedoras. Mas temos de tentar. No futuro, quando fizermos trabalho comunitário, temos de pensar nesta chave. Como podemos assegurar que o que resta para as comunidades não é insignificante, e que todos os nossos esforços humanos e económicos não se perdem nesta longa cadeia de cooperação, sem realmente chegarmos onde eles precisam de ir.

O nosso trabalho está sem dúvida a tornar-se um pouco extractivo, e temos de estar cientes disso. Mas se formos humildes e dispostas/os a aprender e compreender, e se formos capazes de concretizar a devolução tanto do nosso trabalho de investigação como da nossa intervenção comunitária para a Paz nas comunidades, não será tanto assim. Embora seja difícil de concretizar. Devemos todas/os sentar-nos um dia e concretizar estes devolver em dobro do que temos recebido das comunidades.

A partir daí, temos de recolher, sistematizar e transferir de uma forma simples as complexidades do que nos dizem. Devemos também ser sensíveis às interseccionalidades de género, etnia, religião, classe social, o que nos dá uma visão mais ampla das desigualdades que existem entre as famílias, a província e no país. Além disso, no diálogo com as famílias, tentaremos captar o que elas consideram importante para levar de volta a outros organismos onde são tomadas decisões sobre ajuda humanitária e construção da Paz.

Obviamente é muito difícil conseguir a sua participação directa quando as suas necessidades básicas não são cobertas, mas temos de, sem criar falsas expectativas, ser persistentes na ideia de que juntas/os podemos mudar algumas das decisões que as afectam. Devemos estar sempre conscientes de que o que restará para estas famílias é imensamente menos do que o que ficará para nós. Pensar e reforçar um regresso às comunidades, concretizando-o em algo específico do qual elas podem beneficiar (mesmo materialmente), tem de ser uma chave no nosso trabalho científico. É claro que temos de trabalhar o quotidiano sem esquecer a estrutura. Esta é a parte complicada, mas temos a certeza de que pouco a pouco o conseguiremos fazer.

Somos encorajadas/os a ouvir o apelo à acção que ressoa na voz de Amílcar Cabral: não digam mentiras; não reivindiquem vitórias fáceis. Não queremos perder de vista os nossos limites e as contradições com que vivemos. O que realmente importa é pensar em fazer de modo a transformar o mundo com Paz e justiça para todas e todos.

CONCLUSÃO

O principal objectivo deste trabalho foi contribuir para a descolonização feminista da Paz e do desenvolvimento a partir da realidade de Cabo Delgado onde temos estado a trabalhar desde 2017 juntamente com as/os companheiras/os do Centro de Estudos e Acções para a Paz de Pemba (CEAP). Depois de delimitar o âmbito de análise e situar a nossa discussão desenvolvemos o nosso argumento em três partes. Na primeira procurámos levar a cabo uma breve discussão epistemológica sobre o significado que atribuímos ao processo de descolonização do pensamento. Na segunda parte, focamo-nos na crítica decolonial e feminista dos conceitos de Paz e desenvolvimento, propondo antes o conceito e a epistemologia andinos de Viver Bem ou Bem-Viver. Procurámos mostrar as interseccionalidades entre os sistemas contemporâneos de opressão principais e como isso sobredetermina os diagnósticos e as alternativas para a transformação social que concebemos e propomos. Terminamos com um exercício a que chamamos de humildade epistemológica em três momentos: retirando consequências do conceito Emakhwa de *Wunmuzwana* como uma forma endógena e produtiva de pensar as sociabilidades pacíficas e o Viver Bem; propondo um trabalho de memória como um passo fundamental para chegar à Paz substantiva e duradoura; partilhando a nossa forma artesanal de produzir ciência e conhecimento através de algumas das reflexões cooperativamente elaboradas durante o nosso trabalho de pesquisa-acção em Cabo Delgado.

REFERÊNCIAS

- Alberdi, J. & Barroso, M. (2020). "Broadening the analysis of peace in Mozambique: Exploring emerging violence in times of transnational extractivism in Cabo Delgado." *Global Society*. 35 (2), 229–246.
- Alberdi, J., Casimiro, I. & Cunha, T. (2019). *Territorios en Conflicto. Claves para la construcción de alternativas de vida*. Gernika-Lumo: Asociación de Investigación por la Paz Gernika Gogoratuz.
- Alberdi, J. et al. (2023). *Guerra, desplazamientos forzados y respuestas a la crisis em Cabo Delgado, Mozambique*. Maputo: Ayuda em Acción.
- Amin, S. (2011). *Ending the crisis of capitalism or ending capitalism*. Dakar: CODESRIA.
- Anderson, M. B. (1999). *Do No Harm. How Aid Can Support Peace or War*. London: Lynne Rienner Publishers.
- Armiño, K. P. (2001). "Mozambique: del Éxito de la Pacificación a Incertidumbre del Desarrollo". In: T. Osorio & M. Aguirre (eds.). *Después de la Guerra: Um Manual para la Reconstrucción Posbélica*. Barcelona: Icaria. pp. 221–248.
- Beristain, C.M. (1999). *Rescontruir el tejido social*. Barcelona: Icaria.
- Brito, L. de, Castel-Branco, C., Chichava, S. & Francisco, A. (eds.) (2010). *Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Chancoso, B. (2014). "El Sumak Kawsay desde la visión de la mujer." In: A. L. Hidalgo-Capitán, A.G. García, & N. D. Guazha (eds.). *Antología del pensamiento indigenista ecuatoriano sobre Sumak Kawsay*. Huelva: Pydlos. pp. 221–227.
- Charmaz, K. (2006). *Constructing Grounded Theory: A Practical Guide through Qualitative Analysis*. London: SAGE Publications.
- Collet, A., Gwala, D. & Farwenee, H. (2020). *Continuities of gendered violence in conflict making political economy visible insights by young feminist from the global south. Development Alternatives with Women for a New Era (DAWN)*. London: Zed Books.
- Countrymeters (2022). *África. 2022*. Disponível em: <https://countrymeters.info/pt/Africa>. (consultado a 29 de Maio de 2022).
- Cunha, T. (2021). "*Arrancando-nos da nossa terra, arrancam-nos as raízes e ficamos só no mundo. Um retrato da guerra em Cabo Delgado nas vozes das mulheres*." Maputo: Fórum Mulher.
- Cunha, T. (2012). "As memórias das guerras e as guerras de memórias. Mulheres, Moçambique e Timor-Leste." *Revista Crítica de Ciências Sociais*. (96) pp.67–86.
- Cunha, T. & Silva, T. da (2021). "*O saber ocupa lugar. A construção da Paz e a Coesão Social em Cabo Delgado*." Maputo: MASC.

- Escobar, A. (2016). “Sentipensar com la Tierra: Las Luchas Territoriales y la Dimensión Ontológica de las Epistemologías del Sur.” *Revistade Antropología Iberoamericana*. 11 (1), 11–32.
- Federici, S. (2004). *Caliban and the witch*. Brooklyn: Autonomedia.
- Feijó, J. (2022). *Cabo Delgado um ano depois da chegada das tropas estrangeiras*. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/programas/convidado/20220729-cabo-delgado-um-ano-depois-da-chegada-das-tropas-estrangeiras?ref=wa>.
- Gibson-Graham, J. & Gibson, K. (2008). Diverse Economies: Performative Practices for Other Worlds Progress. *Human Geography*. 32 (5), 613–632.
- Guzmán, V. (2001). La Paz Imperfecta. Uma Perspectiva de la Filosofía para la Paz. In: F. Muñoz (ed.). *La Paz Imperfecta, Granada*. Granada: Universidad de Granada. pp. 67–94.
- Hanlon, J. (2022). *Mozambique News Report and Clippings*. 602.
- Harding, S. (1998). *Is Science Multicultural? Postcolonialisms, Feminisms, and Epistemologies*. Bloomington: Indiana University Press.
- Harvey, D. (2004). *El “nuevo” imperialismo: acumulación por desposesión*. *Socialist Register*. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20130702120830/harvey.pdf>.
- IOM (2022). *Mozambique – Cabo Delgado, Nampula, Niassa, Zambezia and Inhambane Provinces. Summary of Results – IDP Baseline Assessment Round 15*. Disponível em: <https://displacement.iom.int/sites/default/files/public/reports/Baseline%20Assessment%20Report%20-%20Mozambique%20-%20R15%20-%20February%202022.pdf>.
- Lugones, M. (2010). Toward a decolonial feminism. *Hypatia*. 25 (4), 742–759.
- MacGinty, R. (2010). Hybrid Peace: The Interaction Between Top-Down and Bottom-Up Peace. *Security Dialogue*. 44 (4), 391–412.
- Meer, S. (2018). *Armas, Poder e Política. Extractivismo, Militarização e Violência contra as Mulheres em Moçambique*. Maputo: WOMIN – African Women Unite Against Destructive Resource Extraction.
- Moura, T. (2010). *Novíssimas guerras. Espaços, identidades e espirais de violência armada*. Coimbra: Editora Almedina.
- Mukadzi (2022). *Passado, presente e futuro na voz das mulheres e raparigas afectadas pelo conflito em Cabo Delgado: Uma análise feminista*. Maputo: ALIADAS.
- Oxfam (2020). *Time to care. Unpaid and underpaid care work and d the global inequality crisis*. London: Oxfam.
- Paris, R. (2002). International peacebuilding and the mission civilizatrice. *Review of International Studies*. 8 (4), 637–656.
- Quijano, A. (2011). Bien Vivir: entre el desarrollo y la des/colonialidad del poder. *Ecuador Debate*. (84) pp.77–87.

- Quijano, A. (2000). Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: E. Lander (ed.). *La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO. pp. 201–246.
- Randriamaro, Z. (2018). *Para além do extractivismo: Alternativas feministas para um desenvolvimento equitativo em termos sociais e de género em África*. Reflexões Feministas 2. Maputo: Fundação Friedrich Ebert.
- Santos, B. de S. & Cunha, T. (eds.) (2022). *Economias de Bem Viver: Contra o desperdício das experiências*. Coimbra: Edições 70.
- Shiva, V. (2015). *A Violência da Revolução Verde. Agricultura, Ecologia e Política do Terceiro Mundo*. Paço de Arcos: Edições Mahatma.
- Stephenson, C. (1999). Gender and United Nations Agenda for Peace. In: I. Breines, D. Gyericz, & B. Reardon (eds.). *Towards a women's agenda for a culture of peace*. Madrid: UNESCO. pp. 101–112.
- Svampa, M. (2017). *Del cambio de época al fin de ciclo. Gobiernos progresistas, extractivismo y movimientos sociales en América Latina*. Buenos Aires: Edhasa.
- Zambrano-Quintero, L. & Larrinaga, I. B. (eds.) (2023). *Metodologías para la construcción de alternativas de vida. Enfoques para el acompañamiento de procesos y consolidación de narrativas sobre sostenibilidad de la vida*. Gernika-Lumo: Gernika Gogoratzuz.

O AGENCY DA MULHER NOS ATAQUES DO AL-SHABAAB¹

Lúcio Posse

*«A história não é apenas a da experiência [e visão] masculina,
mas também a da feminina.*

Não pode ser apenas escrita na perspectiva do homem [...] mas também numa perspectiva feminina.

Não sugiro que apenas se inverta o postulado [...] estabelecendo a pretensão

oposta de que o género é mais importante do que tudo o mais – apesar de, só pelo facto desta inversão,

nos abrirem os sentidos

para muitas [outras] descobertas históricas.» (Bock, 1989: 179).

«No caso das crianças, a sua exclusão efectiva da arena política não é percebida como tal – ou seja, não é tematizada como um problema político –

porque se considera que é mera decorrência de uma característica natural, que as torna incapazes de promoverem os seus próprios interesses.

Durante muito tempo, a participação política feminina

foi encarada de forma semelhante.» (Miguel, 2001: 254).

¹ A pesquisa e redacção do presente texto foi financiada pela Fundação Rosa Luxemburg Stiftung (RLS) por meio dos fundos do Ministério Federal da Cooperação Económica e do Desenvolvimento da República Federal da Alemanha. O conteúdo da publicação é da exclusiva responsabilidade do autor e não reflecte necessariamente a posição da Fundação.

INTRODUÇÃO

No âmbito dos esforços para compreender o fenómeno dos ataques dos *al-shabaab*² em Cabo Delgado, torna-se importante perceber o lugar da mulher³ nesses ataques. Para tal, procuro, a partir das pesquisas sobre o fenómeno, questionar o *agency* da mulher nos ataques desse grupo. A pesquisa dos materiais para a presente análise limitou-se ao Google Académico e a alguns motores de busca de intuições públicas, privadas e de pesquisa, agências humanitárias e organizações não-governamentais nacionais e internacionais. Para tal, defini como palavras-chave “mulher nos ataques em Cabo Delgado”, “situação em Cabo Delgado”, “ataques em Cabo Delgado”. O período da ocorrência dos ataques serviu de referencial cronológico para a pesquisa dos textos, isto é, pesquisei textos publicados entre 2017, ano que iniciaram os ataques, e 2024, ano de redacção do presente texto. Nessa pesquisa, concentrei-me nas dinâmicas do conflito, isto é, génese, evolução, constituição, recrutamento, características e responsabilidades dos membros do grupo. Com isso, excluí textos que procuram olhar para o conflito numa perspectiva humanitária – mesmo compreendendo a sua importância – por considerar que reproduzem um olhar da mulher enquanto vítima e vulnerável, em contexto de conflito. Reafirmo, não que não esteja consciente que a mulher é um dos grupos (à semelhança das crianças, idosos e deficientes) mais afectados por esse e outros conflitos, situação que a coloca na condição de vítima e vulnerável.

Ao fazer esta reflexão adoptei uma perspectiva de estudos feministas e de género. Esta escolha surge da necessidade de olhar para a mulher além da sua condição de *vítima* e *vulnerável*, historicamente presente nas pesquisas, discursos formais e informais de diferentes indivíduos e grupos sociais. Ou seja, olho para a mulher enquanto *sujeito/agente* consciente, e que participa activamente nos processos e dinâmicas sociais, políticas, económicas desde o nível micro (como, por exemplo, a família) ao macro (como, por exemplo, o grupo ou a sociedade), com o objectivo de concretizar os seus interesses individuais e/ou colectivos (Perrot, 2017; Davis, 2016, Nkenkana, 2015; Nzomo, 2013, Pinto, 2010; Bock, 1989). Ao optar por esta

² Esta designação resulta do facto de o grupo nas suas acções ou declarações se assumir como sendo *al-shabaab* (Morier-Genoud, 2021; Macalane & Jafar, 2021; Chichava, 2020a, 2020b, 2020c; Forquilha, Pereira & Habibe, 2019; Matsinhe & Valo, 2019; Feijó, 2021b). Designação que, por exemplo, para Bekoe, Buchard & Daly (2020: 3-6); Heyen-Dubé & Rands (2021) não se aplica por falta de evidências. Bekoe, Buchard & Daly (2020: 3-6) consideram ser mais aplicável a denominação de *Ahlu Sunna Wa-Jamo* (ASWJ), por ter sido possível identificar, apesar de não existirem fontes documentais que comprovem.

³ É importante referir que a categoria “mulher” não deve ser entendida enquanto categoria unívoca, porque a mesma carrega consigo uma multiplicidade de sentidos e significados que resultam dos processos e dinâmicas das relações de poder, de género, que se foram consolidadas ao longo da história, em que as mesmas são influenciadas por diferentes factores, como, biológicos, socioculturais, económicos, políticos, interesses individuais, entre outros, que dão forma a categoria “mulher”. Ou seja, a categoria “mulher” deve ser entendida como produto histórico que se observa sempre que ocorrem manifestações que dão forma às acções, sentidos e significados em que o “sujeito mulher” reivindica para si uma identidade ou quando a identidade é lhe atribuída pelo Mundo, ou seja, pelos “outros”. Com isso, afirmo que, por uma questão de redacção, optei pela grafia “mulher” no singular, mesmo reconhecendo a sua pluralidade e diversidade. Para uma discussão aprofundada sobre “o que é ser mulher?” ou “a questão mulher” consultem-se, entre outros, Beauvoir (1967 e 1970), Young (1994), Andrade (2021), Butler (2003), Watson (2016), Phillips (2001) e Chartier (1995).

perspectiva, não estou a assumir que a mulher seja membro activo no grupo dos *al-shabaab*, e que é um ser cruel – se tivermos em atenção a forma violenta e assassina em que são descritas as acções desse grupo. Estou, sim, a questionar, por meio dos textos consultados, o *agency*⁴/ou *agenciade* da mulher nos ataques dos *al-shabaab*.

Esse interesse resulta, pelo menos, de dois motivos. O primeiro tem que ver com o facto de considerar que a mulher tem interesses pelos quais luta, porque também se sente afectada – à semelhança do homem – pelas dinâmicas políticas, económicas e sociais onde ela se encontra inserida (Perrot, 2017; Davis, 2016; Arnfred, 2015; Nkenkana, 2015; Nzomo, 2013; Pinto, 2010; Beall, Hassim & Todes, 1989). Dito de outra forma, mas recorrendo às palavras de Mitchell (2006: 203) nos seguintes termos «as [mulheres] não se constituem em uma unidade de um número de unidades que podem ser isoladas, mas são metade de uma totalidade: a espécie humana», situação que faz dela parte das dinâmicas e dos processos dos diferentes fenómenos, não só enquanto vítima, mas também como *sujeito* activo à semelhança do homem. E ao olhar para os ataques dos *al-shabaab* enquanto resultado da pobreza associada ao sentimento de marginalização e de exclusão social, política e económica dos residentes nesta província (Moreira, 2020; Bonate, 2006; Osório, 2007; Meneses, 2008; Arnfred, 2015), a mulher é tão afectada – e sem dúvida, muito mais ainda devido às estruturas sociais – quanto o homem.

O texto considera que as análises sobre os ataques do grupo do *al-shabaab* representam a mulher enquanto invisível, submissa, vítima e “objecto” de manipulação masculina por parte dos membros do grupo. Esta perspectiva parece reducionista, na medida em que negligencia a possibilidade de a participação da mulher nos ataques protagonizados por esse grupo simbolizar um acto voluntário de reivindicação da(s) sua(s) agenda(s). Sobre a acção reivindicativa da mulher, mesmo com as suas limitações, a luta de libertação nacional (1964-1974) é um exemplo de que a mulher, no contexto dessa luta, tinha uma agenda pela qual lutou. Contrariamente ao que se pode afirmar no contexto da guerra civil (1976-1992), em que apesar de se fazer referência a participação da mulher, ainda é difícil identificar o seu pensamento sobre a luta. Daí o texto ter, no início, duas secções que questionam, de forma sucinta, o *agency* da mulher nesses dois conflitos que ainda continuam a estruturar, significativamente, a construção do Estado em Moçambique.

⁴ No presente texto, o *agency* da mulher deve ser entendido como «o engajamento temporalmente construído por actores de diferentes ambientes estruturais – os contextos temporal-relacionais de acção – que, através do jogo de hábito, imaginação e julgamento, reproduz e transforma essas estruturas em resposta interactiva aos problemas colocados pelas situações históricas em mudança» (Emirbayer & Mische, 1998: 970 – tradução livre do autor).

A MULHER NA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL, 1964-1974

O *agency ou autonomia de ação* da mulher nos diferentes processos e dinâmicas em Moçambique – à semelhança de outros contextos, como, por exemplo, na África do Sul, no Zimbabwe, no Botswana e no Reino de Eswatini (antiga Swazilândia) (Moagi & Mtombeni, 2019) – ocorre desde períodos anteriores à colonização. Nesta época, além de a mulher desempenhar tarefas de maternidade, de reprodução social e doméstica, destacaram-se em alguns processos políticos, como foi o caso, por exemplo, da rainha Achinjavila que liderou, no Norte de Moçambique, a luta contra a escravatura entre finais do século XIX e princípios do século XX (Zimba, 2017: 20; Vene, 2018). Para Makana (2019), estas práticas não representavam uma ideologia de género, no sentido de existência de uma consciência de luta pelos seus direitos e interesses.

Com a colonização, a mulher viu-se duplamente oprimida pelas estruturas sociais⁵ bem como pelo Estado colonial, por meio da legislação, ao reproduzirem, por um lado, práticas patriarcais que as tornavam submissas e seres oprimidos, e, do outro, por ser nativa, ou seja, “indígena”⁶ – à semelhança do homem – em que era discriminada e explorada pelo regime colonial português (Machel, 1979; Mariani, 2012; Zamparoni, 2012; Pinho, 2015; Meneses, 2018; Carvalho, 2019). Foi esta “dupla opressão” da mulher que deu corpo às primeiras manifestações da emancipação da mulher, como referem Amélia *et al.* (2011: 9), em 1947, no distrito de Buzi, em que cerca de 7000 mulheres reivindicaram – com recurso ao protesto contra o cultivo de algodão, tendo queimado as sementes – a exclusão das mulheres grávidas e mães com filhos menores de quatro anos do trabalho nas algodoceiras. Mas foi durante o nacionalismo e o anticolonialismo liderado pela FRELIMO – enquanto movimento de libertação nacional – que a emancipação da mulher se tornou expressiva e ganhou um novo ímpeto ao se tornarem intrínsecos, como se pode observar no discurso de Samora Machel (1979: 14-15), proferido na abertura da Primeira Conferência da Mulher Moçambicana, realizada em Março de 1972,

«A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da Revolução, uma garantia da continuidade, uma condição de triunfo (...) a Revolução para ser feita necessita de mobilizar todos os explorados e oprimidos, por consequência as mulheres também. A Revolução para triunfar tem de liquidar a totalidade do sistema de exploração e opressão, libertar todos os explorados e oprimidos, por isso tem de liquidar a exploração e opressão da mulher, é obrigada a libertar a mulher.»

⁵ As estruturas sociais a que me refiro são as sugeridas por Mitchell (2006: 221), nomeadamente a produção, a reprodução, a socialização e a sexualidade.

⁶ Esta é uma categoria sociopolítica criada pelo regime colonial português por meio de instrumentos legais, como, por exemplo, o “Estatuto Político, Social e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique de 1926” e o “Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique de 1954”, para distinguir o nativo do colono.

Apesar da associação intrínseca que Samora Machel (1979) estabelece entre a luta pela emancipação da mulher e a luta de libertação nacional, os processos e as dinâmicas durante a própria luta de libertação mostram que as estruturas sociais se mantiveram quase inalteradas, situação que perpetuou a subalternidade da mulher nas diferentes estruturas do próprio movimento nacionalista. Por outras palavras, nem a criação do Destacamento Feminino (1967) nem da Organização da Mulher Moçambicana (1973) – enquanto marcos formais de conquista da luta da mulher pela sua emancipação – permitiram alterar as lógicas de dominação masculina, na medida em que estas organizações foram controladas, desde a sua criação, pela liderança masculina da Frelimo. Ou seja, enquanto se criavam essas organizações, que representaram um grande avanço, as estruturas mentais e culturais patriarcais continuaram a ser o quadro normativo com o qual se definiam as relações sociais entre homens e mulheres dentro do movimento, em particular, e na sociedade, em geral. Isto observou-se pela forma como o papel da mulher se limitou ao desempenho de tarefas de “complementaridade de subordinação”, tomando de empréstimo o termo de Soihet, Soares & Costa (2001: 12), tais como o fornecimento de alimentos aos guerrilheiros, transporte de material de guerra, prestação de cuidados de saúde e educação às crianças e outros necessitados, além de participarem da mobilização para as fileiras do movimento, incluindo terem servido de objecto sexual dos guerrilheiros. Enquanto o homem continuou a desempenhar as tarefas “nobres”, neste caso de combatente na linha de frente e também na tomada de decisão sobre a ideologia e o rumo da luta de libertação nacional. Com isto, não se verificou a participação activa da mulher, que não fosse nos discursos oficiais – e de forma igualitária em relação ao homem – tanto nos campos de batalha, como também nos processos de tomada de decisão. Houve, na verdade, um processo de *invisibilização* política da mulher, cujos impactos ainda são hoje visíveis nas diferentes arenas do poder em Moçambique. Como refere Casimiro (2001: 101), «as mulheres funcionavam ainda como receptoras e não produtoras duma nova ideologia» no contexto da luta de libertação nacional.⁷

Porém, é preciso referir que mais do que a participação da mulher nas dinâmicas e processos da luta de libertação nacional poder ser caracterizada por “complementar”⁸, a negligência das suas

⁷ Para mais detalhes sobre as dinâmicas de relações de género no contexto da luta de libertação, consultem-se, entre outros, Cristiane Santana (2016); Zimba (2012); Arnfred (2004); Casimiro (2001); Isaacman & Isaacman (1984); Osório (2007); Jacimara Santana (2009); Kruks & Wisner (1990).

⁸ Ao insistir neste termo não pretendo dizer que as tarefas desempenhadas pela mulher no contexto da luta de libertação nacional não foram cruciais para o sucesso da luta. Muito pelo contrário. Insisto no termo porque considero que a mulher não chegou a estar ao mesmo nível do homem na luta de libertação nacional, mesmo que o discurso oficial tendesse a colocar a mulher no mesmo nível que o homem. Como refere uma antiga guerrilheira da Frelimo citada por Medeiros (2010: 195), «embora a retórica revolucionária sugira que cada participação na revolução é valorizada, não o é certamente de forma igualitária».

agendas⁹ de emancipação foi sob o pretexto de que entravam em conflito com os objectivos da luta de libertação nacional. Esta ideia explica-se pelo facto de alguns considerarem que a luta pela emancipação da mulher ameaçava a ideia de “unidade nacional”¹⁰ por se tratar da luta específica de um grupo, de uma classe, neste caso a mulher, e não do colectivo moçambicano. Esta questão não se limitou ao contexto da luta de libertação nacional, também se observou no período pós-colonial, em que se voltou a negligenciar as lutas pela emancipação da mulher sob o pretexto de que os moçambicanos deveriam concentrar-se, colectivamente, na construção da nação moçambicana (Urdang, 1989; Jacobson, 2006).

Todavia, é importante referir que a negligência de que as lutas pela emancipação da mulher foram alvo durante a luta de libertação nacional não se restringe a Moçambique, também ocorreu em outros contextos, como, por exemplo, na Zâmbia, no Zimbabwe e no Botswana (Geisler, 1995), na Guiné Bissau (Ly, 2014), na África do Sul (McClintock, 1991, Beall, Hassim & Todes, 1993) e no Nicarágua (Molyneux, 2001), em que a mulher se viu obrigada a abdicar das suas lutas pela emancipação em detrimento do seu nacionalismo, por ser apresentada como uma luta mais colectiva contra as desigualdades, ao contrário das lutas de emancipação da mulher que eram vistas como de um grupo específico.

Esses desafios mostram que na luta de libertação nacional em Moçambique, apesar de ter sido um espaço de dominação masculina, a mulher tinha uma agenda pela qual procurou lutar, como ficou explícito, por exemplo, nas transformações que foram acontecendo no contexto da própria luta de libertação. Por outras palavras, a Conferência Extraordinária da OMM, realizada em Novembro de 1984, é um exemplo da clareza das mulheres sobre a importância de controlar as suas agendas, situação que fez com que a liderança masculina da Frelimo, por receio, procurasse controlar a agenda da conferência, incluindo em termos presenciais, ao ponto de serem (os homens) em maior número em relação às anfitriãs, que eram, somente, duas (Arnfred, 1988: 13-15; Karberg, 2015: 8).

⁹ Sobre as agendas de emancipação da mulher, parece-me que durante a luta de libertação nacional a emancipação foi caracterizada por uma reivindicação mais de carácter de inclusão, ou seja, quantitativo, em que a mulher se limitava a lutar para fazer parte das dinâmicas da luta sem necessariamente questionar as estruturas de dominação masculina que poderiam permitir uma inclusão qualitativa, mais substantiva. Entendo, porém, que isso resultava do processo de socialização, por meio da educação na família, que define os papéis sociais da mulher como submissa e do homem como superior. Situação que fazia da mulher, como refere Chartier (1995) no seu texto “Diferenças entre os sexos e a dominação simbólica”, consentidora da dominação masculina ao ponto de reproduzir uma perspectiva androcêntrica da luta de libertação nacional. Sobre este aspecto, uma indicação são as biografias de algumas antigas combatentes em que ao retratar o contexto da luta de libertação nacional não questionam a sua condição de submissa, como aparece descrito, por exemplo, no livro de Benigna Zimba (2012), *A mulher moçambicana na luta de libertação nacional: memórias do Destacamento Feminino*. Importa destacar que esta postura da mulher continua a caracterizar a sociedade moçambicana pós-colonial, de um lado, por meio de canções, como, por exemplo, o Hino da Mulher Moçambicana (Osório, 2007), e do outro, por meio do pronunciamento de algumas deputadas que participaram do processo de discussão da proposta de *Lei 29/2009 Sobre Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher*, ao defenderem a continuidade da dominação masculina (Arthur, 2008). Um cenário diferente só poderá ocorrer se a mulher, de acordo com Arnfred (2015), se tornar protagonista das suas agendas e lutas por emancipação para forçar a transformação das estruturas de dominação masculina.

¹⁰ A “unidade nacional” durante a luta de libertação foi (e continua a ser mobilizada, sobretudo pela Frelimo, sempre que a nação moçambicana regista momentos de crise na sua identidade colectiva) a manifestação que transcende todas as diferenças existentes entre os moçambicanos na luta colectiva para o alcance da independência total e completa de Moçambique da dominação colonial portuguesa. Para mais detalhes sobre “unidade nacional”, consulte-se Eduardo Mondlane (1995), *Lutar por Moçambique*.

A MULHER NA GUERRA CIVIL, 1976-1992

Falar da guerra entre a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) e o Governo da Frelimo, entre 1976 e 1992, implica ter sempre em atenção a complexidade que a caracteriza e que pode ser ilustrada pelas designações que lhe foram atribuídas. Ou seja, devido às dinâmicas do próprio conflito armado, é possível identificar, pelo menos, três formas diferentes de o classificar, nomeadamente “guerra dos 16 anos”, “guerra de desestabilização” ou ainda a “guerra civil”. Todas elas carregam consigo sentidos e significados que a justificam. Em relação à primeira, parece tratar-se de uma tentativa de olhar para o conflito de uma forma mais imparcial – pelo menos aparentemente¹¹ –, diferentemente das duas últimas que assumem algum posicionamento ideológico explícito. Porém, esta perspectiva que considero mais “imparcial” do conflito armado parece-me propositada para contornar os factores que estão por detrás do conflito e com isso alcançar a reconciliação por meio do esquecimento. Esta dimensão de esquecimento é muito importante na construção da Nação porque, segundo Renan (1997 [1882]: 161), «o esquecimento [...] [é] um factor essencial na criação de uma nação».

A designação de “guerra de desestabilização” é resultado da influência que os regimes de Ian Smith (Zimbabwe, antiga Rodésia do Sul) e do *Apartheid* na África do Sul exerceram sobre as dinâmicas do conflito armado, principalmente na criação e financiamento da Renamo entre 1976 e 1984 (ano da assinatura do acordo de Incomáti, a 16 de Março de 1984, e que dá um aparente fim ao apoio externo à Renamo). Enquanto a designação de “guerra civil” é produto das dinâmicas internas – conflitos “entre irmãos”¹² – que caracterizam o conflito armado desde o período a seguir à assinatura do acordo de Incomáti até os Acordos Gerais de Paz, assinados a 4 de Outubro de 1992.¹³

Não obstante esta distinção, é importante ter em atenção que estas transformações – observáveis por meio das designações – ao longo do conflito não podem ser vistas de forma estanque e isolada, ou seja, tanto a componente do apoio externo como as dinâmicas internas sempre estiveram presentes na estruturação do conflito desde a sua eclosão em 1976, simplesmente a ênfase é que variou ao longo de todo processo.¹⁴

¹¹ “Aparentemente” porque ainda é possível identificar epítetos no discurso que possibilitam questionamentos, como se observa, por exemplo, entre os membros e simpatizantes da Frelimo que se referem à Renamo como “bandidos”, “terroristas” e ou “*matsangas*”. Este último em alusão ao primeiro líder da Renamo, André Matsangaissa (1976-79). Acusação semelhante também se observa entre os membros e simpatizantes da Renamo ao referirem-se à Frelimo como “assassinos”, “comunistas”. Sobre estes aspectos, leia, por exemplo, Igrejas (2015).

¹² Como aparece, quase que explícito, na carta escrita pelos antigos combatentes da luta de libertação nacional, em Outubro de 1986, para os quatro membros do *Bureau Político* da Frelimo, nomeadamente Joaquim Chissano, Armando Guebuza, Alberto Chipande e Mariano Matsinha.

¹³ Para mais detalhes sobre o conflito armado, consultem-se, entre outros, Geffray (1991); Fernando (2020); Minter (1994); Borges Coelho (2009); Metz, (1986); Young (1990); Vines (2013), Cahen (2019) e Cahen, Morier-Genoud, & Rosário (2018).

¹⁴ Para mais detalhes, consulte-se a nota de rodapé imediatamente anterior.

Mas, quando se olha para os actores desse conflito armado numa perspectiva de género, percebe-se que – à semelhança da luta de libertação nacional – as lutas pela emancipação da mulher também foram negligenciadas, ao obrigar o Estado a dedicar a sua atenção ao conflito. Além de ter reproduzido as práticas de dominação masculina que colocam a mulher na condição de subalterna no desempenho, principalmente, de tarefas de maternidade, e de doméstica, além de terem sido objecto sexual dos guerrilheiros, tanto nas forças governamentais da Frelimo como nas da Renamo (Jacobson, 2006; CEEI/ISRI & MULEIDE, 2020).

Esta forma de olhar para o conflito armado reflecte uma perspectiva androcêntrica, ao destacar a mulher, juntamente com os idosos, crianças e deficientes – enquanto grupos vulneráveis que precisam de protecção masculina, situação que acaba por afastá-la ainda mais dos espaços de produção das ideologias do conflito, bem como do campo de combate. Sobre esse aspecto, pode referir-se, por exemplo, que apesar de a mulher ter recebido treino militar, não era integrada nas forças do Governo para combater no terreno (CEEI/ISRI & MULEIDE, 2020: 41). Do lado da Renamo, a mulher era vista, por um lado, como a causa da desestabilização dos guerrilheiros (Cahen, 2019: 345) e, por outro, como objecto sexual, além de fornecerem – forçada ou voluntariamente – alimentos, abrigo para os guerrilheiros e apoio no carregamento de material de guerra. Este segundo aspecto também se observou do lado das forças governamentais (Bunker, 2018: 198), à semelhança do que aconteceu no período da luta de libertação nacional.

Note-se que apesar dos papéis da mulher nesse conflito serem marcados por práticas de dominação masculina quase hegemónica, a mulher também se destacou como produtora de determinadas dinâmicas no conflito, sobretudo da violência enquanto prática determinante na enformação do conflito. Por outras palavras, a mulher foi responsável por práticas de violência que contribuíram para a criação de pânico e medo entre as pessoas com o objectivo de criar ou manter o respeito em relação à Renamo e desincentivar tentativas de resistência por parte da população. Como faz referência o CEEI/ISRI & MULEIDE (2020: 42) nos três excertos abaixo:

«Alguns relatos indicam que algumas mulheres foram responsáveis morais por actos de violência cometidos contra outras mulheres quando estas ordenavam seus parceiros a violentarem as mulheres levadas às bases da RENAMO. Algumas testemunhas afirmam que havia mulheres carrasacas e que se serviam da sua posição de autoridade para se impor sobre outras mulheres. Uma das nossas entrevistadas na província de Gaza, afirmou que “[...] em alguns casos, as mulheres foram mais violentas do que os homens [...]” fazendo referência a uma temida comandante das forças da Renamo que espalhou terror em algumas partes da província, na Zambézia, no Distrito de Ile.»

«As mulheres da RENAMO ou as que residiam nas bases da RENAMO por muito tempo adoptavam o mesmo comportamento violento da sua contraparte masculina principalmente em relação às mulheres e raparigas recém-chegadas e recém-raptadas. Dado que residiam há mais tempo nas bases e possuíam laços de casamento com os guerrilheiros da Renamo, estas possuíam o estatuto de mais velhas e tinham autoridade sobre as novatas a quem administravam ou mandavam administrar punições ou agressões pelo facto de as novatas reclamarem dos trabalhos pesados ou pelo facto de exigirem retornar as suas casas ou zonas de origem. Foi apresentado um exemplo que meninas foram violadas ou violentadas a mando destas senhoras.»

«Uma das intervenientes, nos círculos de conversas apontou que em Mogovolas [um distrito da província de Nampula] os homens da RENAMO que cercaram a vila gritavam o nome de uma comandante. A voz de comando que respondia aos homens era de uma mulher. Afirma que não conseguiu ver a cara dessa mulher porque estava escondida, mas que foi possível perceber a existência de outras mulheres no grupo. Mas a maioria eram homens. Teve informações que na província de Nampula havia uma comandante da Renamo muito temida e que era muito violenta.»

Com isso, pode perceber-se que apesar do envolvimento da mulher nas dinâmicas e nos processos de luta de libertação nacional ter sido limitado por causa da dominação masculina, é possível identificar o *agency* da mulher naquele contexto. O mesmo fica difícil de se observar no caso da guerra civil – à semelhança do que Amélia *et al.* (2011: 15) faz alusão no texto *Movimento Feminista em Moçambique* – pelo facto de se resumir o papel da mulher à condição de vítima e objecto dos guerrilheiros da Renamo e também das forças governamentais. É preciso fazer-se este questionamento, se tivermos em atenção que um dos *leitmotiv* para a Renamo justificar a guerra também impactou a vida da mulher¹⁵, sobretudo a questão das aldeias comunais que (re)definiu, além de outras questões ideológicas e de segurança, novos moldes de acesso e cultivo da terra – principal fonte de reprodução social, maioritariamente sob responsabilidade da mulher (Borges Coelho, 1998; Medeiros & Matos, 2015; Fernando, 2020; Maloa, 2020).

A MULHER NOS CONFLITOS EM CABO DELGADO

A província de Cabo Delgado, particularmente os distritos de Mocímboa da Praia, Palma, Macomia, Meluco, Quissanga e Nangade têm sido alvo de ataques por parte do *al-shabaab*,

¹⁵ De acordo com o Censo Populacional de 1970 e de 1980, era a maioria, em comparação aos homens, nas zonas rurais (INE, 1970 e 1980).

desde Outubro de 2017.¹⁶ Desde que esses ataques iniciaram, diferentes pesquisas têm sido realizadas com o objectivo de compreender o fenómeno, desde as origens, natureza, perfil dos membros bem como dos seus alvos, estratégias de actuação, incluindo de recrutamento (Heyen-Dubé & Rands, 2021; Morier-Genoud, 2021; Macalane & Jafar, 2021; Chichava, 2020a, 2020b, 2020c; Alden & Chichava, 2020; Forquilha, Pereira & Habibe, 2019; Matsinhe & Valo, 2019; Bekoe, Buchard & Daly, 2020). Além de as pesquisas feitas tentarem compreender as dinâmicas dos conflitos em Cabo Delgado a partir da visão e acção do Governo (Bekoe, Buchard & Daly, 2020; Chichava, 2020c; Mangena & Pherudi, 2019; Matsinhe & Valo, 2019).¹⁷ Em relação ao primeiro aspecto – perfil dos membros e dos seus alvos, origens, estratégias de actuação e de recrutamento –, as pesquisas mostram que se trata de um fenómeno complexo em que o *al-shabaab* tem instrumentalizado a religião islâmica para justificar os seus ataques. Esse grupo, apesar de se identificar como muçulmano, distancia-se dos outros praticantes do Islão, particularmente nas zonas dos ataques, nos seguintes aspectos (i) comportamento distinto, proíbem as mulheres de praticar qualquer actividade fora de casa, incluindo a agricultura, (ii) indumentária, obrigam as mulheres a usar *burqa*, enquanto os homens usam calças curtas, (iii) penteado, os homens rapam a cabeça, usam um lenço e criam barba e, (iv) postura nas mesquitas, contrária à dos outros praticantes do Islão, entram nas mesquitas calçados, não usam o cofió e fazem a oração com os braços cruzados. Sobre as orações – diferentemente dos outros que fazem cinco orações por dia, particularmente os sunitas – esse grupo faz somente três orações por dia. Esse esforço de tentar massificar o Islão por meio da força tem como objectivo instalar um Estado islâmico baseado na *shari'a*. É de referir que esse processo de combate tem sido caracterizado por altos níveis de violência e destruição de infra-estruturas, sobretudo do Estado (Morier-Genoud, 2021: 8-13).

Essa dimensão religiosa aparece, nas diferentes pesquisas, associada às dinâmicas externas, ao referir que os *al-shabaab* têm ligações com as células terroristas dos países vizinhos, como, por exemplo, a Tanzânia, o Quênia, a Somália e o Congo, onde os seus membros foram receber formação islâmica e retornaram para Moçambique, particularmente para Cabo Delgado, para implementar a sua doutrina religiosa. Além de outras questões externas, como, por exemplo, a perseguição de que os grupos de terroristas que actuavam na Tanzânia e Quênia estavam a ser alvo por parte dos governos desses países, ao ponto de se refugiarem no Norte de Moçambique,

¹⁶ Em relação à cronologia dos ataques a Cabo Delgado, consultem-se, entre outros, Loureiro, Raquel (2019). “Cabo Delgado: Datas marcantes dos ataques armados”. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-datas-marcantes-dos-ataques-armados/g-47175754>. Acedido a: 21.10.2021 ou LUSA (2019). “Cronologia: “Violência em Cabo Delgado – principais datas”. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/cronologia-violencia-em-cabo-delgado---principais-datas-10462791.html>. Acedido a: 21.10.2021.

¹⁷ Importa referir que o fenómeno dos ataques em Cabo Delgado deve ser visto numa perspectiva holística, como sugere Weimer (2021), em que as tentativas para explicar o fenómeno devem ir além das dinâmicas locais de Cabo Delgado enquanto espaço que tem sido alvo das incursões dos *al-shabaab*. E isto passaria por dedicar alguma atenção a outros factores internos e externos que tem propiciado a ocorrência de conflitos em outros contextos de Moçambique, desde a proclamação da independência, em 1975.

por se mostrar um terreno fértil – em termos religiosos, económicos, sociais e políticos – para a sua instalação. São essas dinâmicas externas, em parte, que permitem estabelecer alguma relação com as designações – *al-shabaab* ou *ahlu sunna wa-jamo* – ao ponto de reivindicarem para si ou serem atribuídas pelas comunidades locais, sobretudo as afectadas pelos ataques (Bekoe, Buchard & Daly, 2020; Weimer, 2020; Forquilha, Pereira & Habibe, 2019; Heyen-Dubé & Rands, 2021; Morier-Genoud, 2021; Mangena & Pherudi, 2019; Matsinhe & Valo, 2019; Macalane & Jafar, 2021; Chichava, 2020a, 2020b, 2020c, Feijó, 2021b).

Além da questão religiosa, as pesquisas mostram que existe uma forte ligação entre os ataques e as questões de pobreza, manifestadas pelo sentimento de exclusão e marginalização social, económica e política das populações residentes no Norte de Moçambique, particularmente em Cabo Delgado. Esse aspecto tem sido considerado fundamental por Forquilha, Pereira & Habibe (2019); Matsinhe & Valo (2019); Heyen-Dubé & Rands (2021); Alden & Chichava (2021), Bekoe, Buchard & Daly (2020), Feijó & Maquenzi (2019) e Feijó (2020) para compreender os ataques, se tivermos em atenção que, por um lado, de acordo, por exemplo, com Forquilha, Pereira & Habibe (2019), os jovens recrutados demonstram um conhecimento superficial do *Alcorão*, constatação que tende a diluir a ligação entre as reivindicações de índole religiosa e os ataques em Cabo Delgado. E, por outro, de acordo, por exemplo, com Alden & Chichava (2021) e Heyen-Dubé & Rands (2021), que Cabo Delgado é uma das províncias do País com os maiores índices de pobreza.

Esta dimensão de exclusão e marginalização referida nas pesquisas aparece, de certa forma, reforçada mesmo quando os ataques são vistos a partir de uma perspectiva étnica, caracterizadas, sobretudo, por clivagens entre os Mwani e os Maconde, em que os primeiros reclamam exclusão e marginalização no acesso aos recursos e poderes na região em benefício dos segundos (Mangena & Pherudi, 2019; Forquilha, Pereira & Habibe, 2019). Talvez o que é importante aludir é que ao pensar os ataques em Cabo Delgado numa perspectiva étnica, é preciso não se limitar ao binómio Mwani e Maconde, ou seja, deve tentar compreender-se tendo em atenção a dimensão *intra* étnica, uma vez que entre os próprios membros do *al-shabaab* é possível identificar indivíduos pertencentes a diferentes grupos étnicos existentes em Moçambique, incluindo os Mwani e Maconde, bem como indivíduos de outras nacionalidades (Feijó, 2020 & 2021b; Macalane & Jafar, 2021).¹⁸

São esses aspectos – isto é, pobreza e exclusão – que, de acordo com Forquilha, Pereira & Habibe (2019), Bekoe, Buchard & Daly (2020), Heyen-Dubé & Rands (2021), Matsinhe & Valo, 2019; Alden & Chichava (2021), Mangena & Pherudi (2019) e Feijó (2021b), ajudam a

¹⁸ Esta dimensão *inter* e *intra* étnica é referenciada por Medeiros (2010) para o caso do genocídio no Ruanda, ao afirmar que para a compreensão desse genocídio é preciso ir além das rivalidades (mesmo que instrumentalizadas) entre os Hutus e Tutsis, na medida em que durante o genocídio ocorreram episódios de massacres entre os próprios Hutus em resultado das disputas por recursos. Esta situação permite colocar ênfase na dimensão socioeconómica nas análises sobre os conflitos étnicos.

perceber as dinâmicas de recrutamento dos *al-shabaab*. Dito de outra forma, de acordo com essas pesquisas, os *al-shabaab* recorrem ao sentimento de exclusão e marginalização, sobretudo da juventude e mulheres, aliciando-os financeiramente, com bens materiais, emprego e bolsas de estudo. Além dessa forma de recrutamento voluntário, essas mesmas pesquisas fazem referência, por um lado, ao carácter violento em que os *al-shabaab*, nas suas incursões, raptam jovens de ambos os sexos e, por outro, recorrem às mesquitas e madraças para recrutarem por meio da doutrinação. Por vezes, de acordo com Heyen-Dubé & Rands (2021), os recrutamentos nas mesquitas e madraças são também caracterizados por violência. Uma outra forma de recrutamento explorada pelos *al-shabaab*, de acordo com as pesquisas, são os laços de amizade, de familiaridade, incluindo a realização de casamentos.

Ainda sobre o recrutamento é importante referir que as pesquisas consideram que os *al-shabaab*, ao recrutar, tinham como objectivo – à semelhança do que aconteceu durante a luta de libertação nacional e a guerra civil –, por um lado, alimentar as suas fileiras de combatentes, e, do outro, servir de base para a reprodução social. Sendo que para o primeiro grupo são somente recrutados rapazes, enquanto as raparigas são recrutadas para o segundo grupo (Forquilha, Pereira & Habibe, 2019; Bekoe, Buchard & Daly, 2020; Heyen-Dubé & Rands, 2021; Matsinhe & Valo, 2019; Alden & Chichava, 2021; Mangena & Pherudi, 2019).

Em relação ao segundo aspecto – interpretação e resposta do Governo sobre o fenómeno – percebe-se, de acordo com as pesquisas, que as interpretações do Governo não diferem das que são feitas por entidades não-governamentais que têm feito pesquisas no terreno, isto é, consideram que esse fenómeno é produto da instrumentalização do Islão, mas que reflecte as questões de pobreza, exclusão e marginalização dos residentes na região Norte de Moçambique (Bekoe, Buchard & Daly, 2020; Chichava, 2020d; Mangena & Pherudi, 2019; Matsinhe & Valo, 2019). Essa interpretação mostra-se central para a compreensão dos ataques do *al-shabaab*, se observarmos os esforços que o Governo tem feito para combater o fenómeno por meio de investimentos na região, como se pode observar por meio da criação, em Agosto de 2020, da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN).¹⁹

Ao olhar para essas pesquisas, percebe-se que a mulher não tem sido o centro e prioridade nas pesquisas sobre os ataques em Cabo Delgado. E quando acontece, parte significativa da mesma é para responder à crise humanitária na qual a mulher – à semelhança de outros grupos, como crianças, idosos e deficientes – é retractada, por um lado, como vítima. Isto pode observar-se em Forquilha, Pereira & Habibe (2019); Bekoe, Buchard & Daly (2020); Heyen-Dubé & Rands (2021); Matsinhe & Valo (2019); Alden & Chichava (2021); Mangena & Pherudi (2019); Feijó (2021); Macalane & Jafar (2021), que a descrevem como vítima das dinâmicas dos ataques, sendo raptada, violada e explorada fisicamente. E, por outro lado, quando referenciada, é

¹⁹ Seria importante compreender quais os impactos do ADIN, desde a sua criação, na resolução dos conflitos na região Norte de Moçambique.

enquanto substantivo na distinção do homem, sem que seja problematizada, como se pode observar na forma como, por exemplo, Morier-Genoud (2021: 14) faz referência, ao afirmar que a mulher já fazia parte do processo de criação e consolidação da seita que deu origem ao *al-shabaab* em Moçambique, ao ser seguidora do Sheik Sualehe, por volta de 2007. Ambas as dimensões tornam a mulher invisível enquanto sujeito com agendas e interesses próprios e que lutam para a sua materialização.

Mesmo tendo constatado esses aspectos, é importante fazer referência ao trabalho de João Feijó (2021), “O Papel das Mulheres no Conflito em Cabo Delgado: Entendendo Ciclos Viciosos da Violência”, por dois motivos. O primeiro tem que ver com o facto de ser um dos poucos esforços empreendidos para compreender o que considero *agency* da mulher nos ataques do grupo *al-shabaab*, e, segundo, por permitir ilustrar como as lógicas de dominação masculina se reflectem nas análises sobre esse conflito, ao ponto de se representar a mulher enquanto vítima e invisível. Ou seja, nessa pesquisa, é possível identificar três dimensões da mulher, a primeira – à semelhança das outras pesquisas sobre Cabo Delgado – é da mulher enquanto vítima e vulnerável; a segunda, é a da mulher que optou por apoiar os *al-shabaab* nas actividades sociais, na esperança de ter como recompensa a sua liberdade, e; a terceira, diferentemente da anterior, é a da mulher que participa, forçadamente, nas dinâmicas dos ataques do *al-shabaab* juntamente com os homens.

Essa dimensão de “vítima”, também, parece ter dominado outra análise feita por Feijó (2021b) no relatório com o título “Caracterização e organização social dos machababos a partir dos discursos de mulheres raptadas”. Esse texto, à semelhança do outro texto de Feijó (2021a), apesar de ser um grande contributo para a compreensão das dinâmicas dos ataques do *al-shabaab* a partir do olho da mulher, o mesmo reproduz a narrativa de que a mulher é vítima – e de facto é, com certeza, uma das maiores vítimas dos ataques – mesmo nos casos em que é associada ao protagonismo nos actos macabros perpetrados pelo *al-shabaab*, como se de um acto unicamente forçado se tratasse. Esta perspectiva exclui a possibilidade da existência de qualquer *agency* da mulher nesses ataques do *al-shabaab*. Talvez haja uma explicação para a reprodução dessa narrativa, pelo menos para esse texto, se tivermos em atenção a forma como a informação foi recolhida. Isto é, ao usar os “voluntários de assistência humanitária” para recolher informação junto de mulheres que estiveram em cativeiro do *al-shabaab*, pode ter contribuído para que as mulheres entrevistadas limitassem a sua imaginação – pelo facto de se tratar de um contexto de ajuda humanitária – ao conflito em que são vítimas, sem capacidade para influenciar as dinâmicas (sobretudo ideologias), como forma de justificar a sua vulnerabilidade e, consequentemente, garantir a manutenção da ajuda humanitária. Esta é uma situação que negligencia (ou dificulta ou ainda impossibilita) identificar qualquer manifestação de *agency* da mulher nos ataques do *al-shabaab*.

Outro motivo que pode justificar a importância de questionar o *agency* da mulher no contexto dos ataques é o de a mulher, como faz referência Morier-Genoud (2021: 14), já fazer parte, desde o início, do processo de criação da seita que deu origem ao grupo do *al-shabaab*. Este facto deixa implícito que a mulher já podia ter os seus próprios interesses ao se juntar ao grupo. Principalmente porque a mulher, de acordo com Moreira (2020), é – historicamente – um dos grupos mais prejudicados nas intervenções para o desenvolvimento socioeconómico na região Norte de Moçambique, situação que torna propícia a ocorrência de manifestações de reivindicações, violentas ou pacíficas.

Ainda sobre o *agency* da mulher nos ataques do *al-shabaab* há a destacar que as mulheres desempenharam diferentes funções, o que podemos designar de “complementaridade de subordinação” tomando de empréstimo as palavras de Soihet, Soares & Costa (2001: 12), que consiste no apoio as actividades domésticas, no carregamento do material bélico na reprodução social, como esposa, no carregamento de mercadorias, no recrutamento, na espionagem e na observação. Mas também, de acordo com Feijó (2021a e 2021b), na organização e liderança de acções de violência em ataques ou na instrumentalização das mulheres raptadas. Então se a mulher desempenhou diferentes funções, parece-me redutor considerar que a mulher estava a ser única e exclusivamente objecto dos homens do grupo do *al-shabaab*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero importante que as análises sobre os ataques do *al-shabaab* tomem em consideração a perspectiva holística, em que o *agency* da mulher seja uma categoria de análise específica, sem com isso ser isolada e nem desligada das outras dinâmicas do conflito porque, como destaca Mitchell (2006), apesar de a mulher poder ser considerada uma categoria independente, não é isolada da humanidade, na verdade, é parte integrante da humanidade, em que influencia e é influenciada. Ao fazer isso, é importante que a mulher, enquanto categoria analítica, seja questionada além da condição de vítima e vulnerável – muito comum nas análises feitas até ao momento – para se tentar captar o seu *agency* nos ataques do *al-shabaab*. Por fim, considero que com isso poderá ser possível ter subsídios para alimentar a resolução do conflito na região Norte de Moçambique, porque poderemos compreender o fenómeno a partir da perspectiva dos diferentes intervenientes, com destaque para a mulher.

REFERÊNCIAS

- Alden, C. and Chichava, S. (2020) *Cabo Delgado and the Rise of Militant Islam: Another Niger Delta in the Making?* South African Institute of International Affairs.
- Amélia, L. et al. (2011) *Movimento Feminista em Moçambique*.
- Andrade, E.B. de (2021) “A questão da mulher em Buytendijk e Simone de Beauvoir”, *Phenomenology, Humanities and Sciences*, 2(1), pp. 100-110.
- Antigos Combatentes (1986) *Carta dos Antigos Combatentes*.
- Arnfred, S. (2015) “Notas sobre gênero e modernização em Moçambique”, *Cadernos Pagu*, 45, pp. 180-224.
- Arthur, M.J. (2008) “A propósito da discussão da proposta de lei contra a violência doméstica: de que vale ter um grande número de mulheres no parlamento?”, *Outras Vozes*, 22, pp. 1-8.
- Beall, J., Hassim, S. and Todes, A. (1989) “A bit on the side”? Gender struggles in the politics of transformation in South Africa”, *Feminist Review*, 33(1), pp. 30-56.
- Beauvoir, S. de (1967) *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Beauvoir, S. de (1970) *O segundo sexo: factos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Bekoe, D.A. and Burchard, S.M. (2020) *Extremism in Mozambique: Interpreting Group Tactics and the Role of the Government's Response in the Crisis in Cabo Delgado*. Institute for Defense Analyses.
- Bock, G. (1989) “História, História das Mulheres, História do Gênero”, *Revista de história e ciências sociais*, 4, pp. 147-178.
- Bonate, L. (2006) “Matriliney, Islam and gender in northern Mozambique”, *Journal of Religion in Africa*, 36(2), pp. 139-166.
- Borges Coelho, J.P. (2009) *A “Literatura Quantitativa” e a Interpretação do Conflito Armado em Moçambique (1976-1992)*.
- Borges Coelho, J.P. (1998) “State resettlement policies in post colonial rural Mozambique: the impact of the communal village programme on Tete province, 1977–1982”, *Journal of Southern African Studies*, 24(1), pp. 61-91.
- Bunker, L. (2018) “War accounts from Ilha Josina Machel, Maputo Province”, in Morier-Genoud, E., Cahen, M. and do Rosário, D. (eds.) *The War Within – New Perspectives on the Civil War in Mozambique (1976-1992)*. Rochester: James Currey, pp. 181-200.
- Butler, J. (2003) *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cahen, M. (2019) “Não somos bandidos” – a vida diária de uma guerrilha de direita: a Renamo na época do Acordo de Nkomati (1983-1985). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

- Cahen, M., Morier-Genoud, E. and do Rosário, D. (2018) *The War Within. New Perspectives on the Civil War in Mozambique, 1976-1992*. James Currey/Boydell and Brewer.
- Casimiro, I.M. (2001) “Repensando as relações entre mulher e homem no tempo de Samora”, in Sopa, A. (ed.) *Samora: homem do povo*. Maputo: Maguezo, pp. 127-135.
- CEEL/ISRI and Muleide (2020) *Impacto dos conflitos armados na vida das mulheres e raparigas em Moçambique – relatório de pesquisa de campo nas províncias de Nampula, Zambézia, Sofala e Gaza*. Maputo: Lawyers Without Borders.
- Chartier, R. (1995) “Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)”, *Cadernos Pagu*, 4, pp. 37-47.
- Chichava, S. (2020) “A Frelimo criou o ‘Al Shabaab’? Uma análise às eleições de 15 de Outubro de 2019 a partir de Cabo Delgado”, *Caderno IESE*, 18P.
- Chichava, S. (2020a) “As primeiras caras do ‘Al shabaab’ em Cabo Delgado: o caso de André Idrissa em Cogolo”, *IDeLAS IESE*, 134P.
- Chichava, S. (2020b) “Os primeiros sinais do ‘Al shabaab’ em Cabo Delgado: algumas histórias de Macomia e Ancuabe”, *IDeLAS IESE*, 129.
- Chichava, S. (2020c) “Quem é o ‘inimigo’ que ataca Cabo Delgado? Breve apresentação das hipóteses do governo moçambicano”, *IDeLAS IESE*, 127.
- Davis, A. (2016) *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Emirbayer, M. and Mische, A. (1998) “What is agency?”, *American Journal of Sociology*, 103(4), pp. 962-1023.
- Feijó, J. and Maquenzi, J. (2019) *Pobreza, desigualdades e conflitos em Cabo Delgado*. Observatório do Meio Rural. Relatório 76.
- Feijó, J. (2020) *Assimetrias Sociais Pistas para Entender o Alastramento do Jihadismo Islâmico em Cabo Delgado*. Friedrich-Ebert-Stiftung.
- Feijó, J. (2021b) *Caracterização e organização social dos Machababos a partir dos discursos de mulheres raptadas*. Observatório do Meio Rural. Relatório 109.
- Feijó, J. (2021a) *O Papel das Mulheres no Conflito em Cabo Delgado: Entendendo Ciclos Viciosos da Violência*. Observatório do Meio Rural. Relatório 114.
- Fernando, C.T. (2020) “As três (3) transformações históricas e políticas da Renamo e a causa interna da Guerra Civil em Moçambique”, *Oficina do Historiador*, 13(2), pp. 1-11.
- Geffray, C. (1991) *A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Edições Afrontamento.
- Geisler, G. (1995) “Troubled sisterhood: women and politics in Southern Africa: case studies from Zambia, Zimbabwe and Botswana”, *African Affairs*, 94(377), pp. 545-578.
- Habibe, S., Forquilha, S. and Pereira, J. (2019) *Radicalização Islâmica no Norte de Cabo Delgado – o caso de Mocimboa da Praia*. Maputo: Cadernos IESE, 17.

- Heyen-Dubé, T. and Rands, R. (2021) “Evolving doctrine and modus operandi: violent extremism in Cabo Delgado”, *Small Wars & Insurgencies*, pp. 1-30.
- Igreja, V. (2015) “Os recursos da violência e as lutas pelo poder político em Moçambique”, in Brito, L. *et al.* (eds.) *Desafios para Moçambique*. pp. 31-52.
- Instituto Nacional de Estatística (1970, 1980) *Censo Populacional de 1970 e de 1980*. Available at: <http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/1928-1980> (Accessed: 20 November 2021).
- Isaacman, A. and Isaacman, B. (1984) “The role of women in the liberation of Mozambique”, *Ufahamu: a journal of African studies*, 13(2-3), pp. 128-185.
- Jacobson, R. (2006) “Mozambique and the construction of gendered agency in war”, *Women’s Studies International Forum*, 29, pp. 499–509.
- Kruks, S. and Wisner, B. (1989) “Ambiguous Transformations: Women, Politics and Production in Mozambique”, in Kruks, S., Rapp, R. and Young, M.B. (eds.) *Promissory Notes: Women in the Transition to Socialism*. New York: Monthly Review Press, pp. 148-171.
- Ly, A. (2014) “Promise and betrayal: women fighters and national liberation in Guinea-Bissau”, *Feminist Africa*, 19, pp. 24-42.
- Macalane, G. and Jafar, J. (2021) *Ataques terroristas em Cabo Delgado (2017-2020): as causas do fenómeno pela boca da população de Mocímboa da Praia*. Pemba: Universidade Rovuma.
- Machel, S. (1973) *A libertação da mulher é uma necessidade da revolução e uma garantia de sua continuidade e condição de seu triunfo*. Tanzânia: Discurso de abertura da Primeira Conferência da Mulher Moçambicana.
- Makana, S. (2019) “Women in Nationalist Movements”, *Oxford Research Encyclopedia of African History*, pp. 1-18.
- Maloa, J.M. (2020) “As raízes sociais da violência na sociedade moçambicana contemporânea”, *AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, 4(4), pp. 57-74.
- Mangena, B. and Pherudi, M. (2019) “Disentangling Violent Extremism in Cabo Delgado Province, Northern Mozambique: Challenges and Prospects”, *Extremisms in Africa*, pp. 348-365.
- Mariani, B. (2012) “Discurso revolucionário moçambicano e a escrita do homem novo”, *Via Atlântica*, 21, pp. 59-74.
- Matos, E.A.C. de and Medeiros, R.M.V. (2015) “A transformação do espaço rural moçambicano rumo à socialização do campo”, *Revista da ANPEGE*, 11(15), pp. 31-64.
- Matsinhe, D. and Valoi, E. (2019) *The genesis of insurgency in northern Mozambique*. Southern African Institute for Security Studies. Report, 27.
- McClintock, A. (1991) “No longer in a future heaven: Women and nationalism in South Africa”, *Transition*, 51, pp. 104-123.

- Medeiros, I. (2010) “Serão explicáveis os conflitos violentos em África? Notas de leitura”, *Finisterra*, 45(89), pp. 181-204.
- Meneses, M.P. (2008) “Mulheres insubmissas? Mudanças e conflitos no norte de Moçambique”, *Ex aequo*, 17, pp. 71-87.
- Metz, S. (1986) “The Mozambique National Resistance and South African Foreign Policy”, *African Affairs*, 85(341), pp. 491-507.
- Minter, W. (1994) *Apartheid's Contras: An Inquiry into the Roots of War in Angola and Mozambique*. Londres/New Jersey: Zed Books.
- Mitchell, J. (2006) “Mulheres: a revolução mais longa”, *Revista Gênero*, Niterói, 7(1), pp. 203-232.
- Moagi, A.L. and Mtombeni, B. (2020) “Women in Pre-colonial Africa: Southern Africa”, *The Palgrave Handbook of African Women's Studies*, pp. 1-20.
- Molyneux, M. (2001) “Mobilisation without Emancipation? Women's Interests, the State and Revolution in Nicaragua”, in Molyneux, M. (ed.) *Women's Movements in International Perspective*. Institute of Latin American Studies Series. Palgrave Macmillan, London, pp. 38-59.
- Mondlane, E. (1995) *Lutar por Moçambique*. Maputo: Nosso Chão.
- Moreira, L.M.F. (2020) *Nada sobre nós sem nós”: Impacto da economia extractiva na vida das moçambicanas*. Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado.
- Morier-Genoud, E. (2021) *A Insurgência Jihadi em Moçambique. Origens, Natureza e Início*. Maputo: Cadernos IESE, 21P.
- Nkenkana, A. (2015) “No African futures without the liberation of women: A decolonial feminist perspective”, *Africa Development*, 40(3), pp. 41-57.
- Nzomo, M. (2013) “Women and political governance in Africa: a feminist perspective”, *Pathways to African Feminism and Development, Journal of African Women's Studies Centre*, 1(1), pp. 26-47.
- Osório, C. (2007) “Acesso e exercício do poder político pelas mulheres”, *Outras Vozes*, 21, pp. 1-8.
- Phillips, A. (2001) “De uma política de ideias a uma política de presença?”, *Revista Estudos Feministas*, 9, pp. 268-290.
- Pinho, O. (2015) “O Destino das mulheres e de sua carne: regulação de gênero e o Estado em Moçambique”, *Cadernos Pagu*, 45, pp. 157-179.
- Pinto, C.R.J. (2010) “Feminismo, história e poder”, *Revista de sociologia e política*, 18(36), pp. 15-23.
- Renan, E. (1997 [1882]) “Que é uma nação?”, *Plural, Sociologia*, 4, pp. 154-175.
- Santana, C.S. (2016) “O olhar da FRELIMO sobre a emancipação feminina”, *África (s)-Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África*, 3(5), pp. 157-168.

- Santana, J.S. (2009) “A Participação das mulheres na luta de libertação nacional de Moçambique em Notícias (REVISTA TEMPO 1975-1985)”, *Sankofa*, São Paulo, 2(4), pp. 67-87.
- Sheldon, K.E. (1990) “To guarantee the implementation of women’s emancipation as defined by the FRELIMO Party”: The Women’s Organization in Mozambique”, *Women and International Development*, 206, pp. 1-11.
- Vene, M. (2018) *Liderança Feminina no Estado Mataaka: Mitos e Poderes da Rainha Aciwaanjila de Majuuni (Séc. XIX-XX)*. Lichinga: Instituto de Investigação Sócio-Cultural – ARPAC.
- Vines, A. (2013) “Renamo’s Rise and Decline: The Politics of Reintegration in Mozambique”, *International Peacekeeping*, 20(3), pp. 375-393.
- Watson, L. (2016) “The woman question”, *TSQ: Transgender Studies Quarterly*, 3(1-2), pp. 246-253.
- Weimer, B. (2020) *Vampiros, Jihadistas e Violência Estrutural em Moçambique Reflexões sobre Manifestações Violentas de Descontentamento Local e as suas Implicações para a Construção da Paz*. Caderno IESE, 19P.
- Young, I.M. (1994) “Gender as seriality: Thinking about women as a social collective”, *Signs: journal of women in culture and society*, 19(3), pp. 713-738.
- Young, T. (1990) “The MNR/RENAMO: External and Internal Dynamics”, *African Affairs*, 89(357), pp. 491-509.
- Zamparoni, V.D. (2007) *De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique*. Edufba.
- Zimba, B. (2017) *A mulher moçambicana na luta de libertação nacional: memórias do Destacamento Feminino*. Maputo: Ministério dos Combatentes.

EXPLORAÇÃO DE AREIAS PESADAS NO DISTRITO DE CHIBUTO, UMA INCUBADORA DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Fernando Manuel Duvane

INTRODUÇÃO

Os grandes projectos têm enormes impactos económicos, financeiros e ambientais na vida das comunidades directamente afectadas e na organização territorial, e são caracterizados pela perturbação ou destruição criativa do território que originam. Estes impactos distribuem-se assimetricamente entre actores de todos os níveis: local, supralocal e global (Centemeri & Caldas, 2016).

Com a descoberta de reservas minerais em Moçambique, importantes para o desenvolvimento económico, o País tornou-se um destino de multinacionais especializadas na exploração deste tipo de recursos, sob domínio dos países centrais. Para consubstanciar, Mungoi (2012) afirma que «sempre que o núcleo capitalista existe e funciona como uma cunha controlada a partir de fora dificilmente regista-se a integração e benefícios suficientemente visíveis para as comunidades onde tais recursos são explorados».

A história mundial mostra que vários Estados e líderes políticos foram apoiados ou sofreram represálias, por adoptarem modelos de exploração e gestão dos seus recursos minerais a favor ou não de interesses externos, sobretudo os do Ocidente. Desta feita, a posse, exploração e gestão dos recursos minerais foram e são fonte de desenvolvimento, bênção, e fonte de conflitos nos e entre Estados (Zeca, 2013:4).

O presente ensaio, que surge da necessidade de compreender como são tratados os direitos consuetudinários e emanados na lei específica sobre o reassentamento resultante de actividades económicas, bem como o relacionamento entre os principais actores – Governo, investidores e comunidades –, tem como objectivo analisar os conflitos socioambientais resultantes da mineração de areias pesadas em Chibuto. Especificamente, traz um breve historial da exploração dos recursos minerais no Mundo em geral, em África e em Moçambique em particular; aborda as causas de conflitos socioambientais entre os actores e as estratégias de gestão de conflitos adoptadas, olha também para o nível de satisfação das famílias reassentadas e sugere mecanismos para o alcance da prosperidade. Para a sua produção, foi privilegiada a revisão bibliográfica e a entrevista à comissão de apoio ao reassentamento (CAR), ao Director

do Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas, trabalhadores da empresa mineradora Dingsheng e a própria direcção da empresa.

BREVE HISTÓRIA DA MINERAÇÃO NO MUNDO, EM ÁFRICA E EM MOÇAMBIQUE

Os recursos minerais são distribuídos, pelo Mundo, de forma desproporcional, e a sua exploração obedeceu a um certo gradualismo, começando na Europa, seguindo para os Estados Unidos da América, a América Latina e África. Segundo ICM (2012), o crescimento da exploração e do interesse de mineração em África está associado a factores como o esgotamento dos depósitos minerais de fácil acesso na Europa e nos EUA; os avanços tecnológicos que levaram à viabilidade da mineração de depósitos antes inacessíveis em regiões menos desenvolvidas; o desenvolvimento de grandes navios oceânicos que permitiram o transporte de maiores quantidades de minerais entre continentes; a demanda de minerais cada vez crescente, principalmente em países emergentes, como a China e a Índia (Armando, 2015).

A exploração de minérios em Moçambique (ouro, pedras preciosas, entre outros) remonta ao período pré-colonial e foi determinante para a fixação dos povos Bantu, que forçaram a fuga dos povos primitivos para as regiões mais distantes e de difícil acesso, pobres em recursos e ao mesmo tempo inapropriados para a prática da agricultura. A exploração mineira, mais tarde, assegurou a prosperidade comercial dos primeiros impérios e, depois, a fixação dos portugueses e o início do processo de colonização (Frei, Chaveiro & Macaringue, 2016).

Um marco importante do período pré-colonial em Moçambique é o estabelecimento de relações comerciais entre os povos árabes e os povos africanos entre os séculos IX e XIII. O País foi, durante muito tempo, destino de vários povos comerciantes, provenientes da região do Golfo Pérsico, que acabaram por se estabelecer definitivamente, primeiro como mercadores de ouro, depois de marfim e mais tarde de escravos. Além do desenvolvimento do comércio na região, a presença destes povos propiciou a prosperidade económica de reinos e impérios então existentes, bem como o surgimento das primeiras aglomerações humanas com características urbanas (*ibid.*).

A actividade mineira no período colonial iniciou-se com a exploração de ouro na província de Manica, e a descoberta de hidrocarbonetos nas províncias de Inhambane e Sofala. Nas últimas duas décadas de colonização, a mineração evidenciou-se com a descoberta de gás natural na Província de Inhambane e a exploração do carvão mineral em Tete (Armando, 2015). Depois da independência em 1975, as empresas de mineração reduziram a produção e outras fecharam devido à escassez de recursos financeiros e mão-de-obra qualificada para trabalhar nas empresas e à guerra civil (Armando, 2015). A mina de Chibuto, de acordo com a Enviestudos, Lda (2016), foi antes intencionada e concessionada a três mineradoras que

não chegaram a viabilizar a sua exploração: Corridor Sands, BHP Billiton e Delta Zambeze Consortium, respectivamente.

Em Moçambique, a exploração e o controle dos recursos minerais, desde sempre, estão associados à expropriação das comunidades locais das suas terras por onde se perpetuam as linhagens e se sacralizam as relações sociais (Frei, Chaveiro & Macaringue, 2016). A riqueza mineral de Moçambique tem sido explorada pelos megaprojetos, em grande parte, como matéria-prima para exportação (Castel-Branco, 2009 *apud* Frei, Chaveiro & Macaringue, 2016).

TIPOS, CAUSAS E ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Klare (2000) observa que

«A competição e o conflito em torno do acesso às principais fontes de materiais valiosos e essenciais – água, terra, ouro, pedras preciosas, especiarias, madeira, combustíveis fósseis e minerais de uso industrial – acompanham a trajetória da humanidade desde os tempos pré-históricos, tendo ganho seu nível mais preocupante a partir do avanço da industrialização, no Século XIX.» (Zeca, 2013)

Destarte, fica evidente que as nações mais atrasadas e detentoras de recursos naturais mais preciosos, como Moçambique, se encontram numa posição desvantajosa por várias limitações: baixo poder económico, recursos humanos não qualificados, limitada capacidade inovadora e limitado poder tecnológico. Além das limitações internas, os países pobres ficam privados de escalar níveis almejados de desenvolvimento devido a algumas barreiras impostas pela comunidade internacional. Como explica Jeffrey Sachs, estas barreiras, por exemplo, de natureza política, podem impedir o desenvolvimento económico de um país pobre quando um país poderoso impõe sanções comerciais a um regime que não gosta, com objectivo de enfraquecê-lo ou derrubá-lo, empobrecendo a população desse país (Sachs, 2005).

A mineração gera conflitos que chocam com o direito ambiental. Segundo Lopes (2013):

«a extracção dos recursos do subsolo, seja em minas a céu aberto ou subterrâneas, gera impactos significativos sobre o meio ambiente, como alterações das paisagens e contaminação dos solos e lençóis freáticos por produtos químicos utilizados no beneficiamento dos minerais.» (Lopes, 2013:12)

TIPOS E NATUREZA DE CONFLITOS

Herculano (2006) define cinco tipos de conflitos ambientais conforme a sua génese: (1) conflitos oriundos da “chegada do estranho”, (2) conflitos oriundos da percepção da presença do risco crónico e da deterioração de sistemas de vida, (3) conflitos oriundos da ocorrência

de acidentes e da luta pela sua remediação, (4) conflitos decorrentes da transformação da paisagem e das alterações climáticas e da perda das formas de vida, e (5) conflitos decorrentes das implicações de uma escolha para regulação e gestão.

Estes conflitos entrelaçam-se, ou seja, a chegada e implantação do estrangeiro ou *outsider* que, segundo Herculano (2006), tem como consequência a ruptura do modo de vida local, cria condições para a ocorrência dos restantes conflitos.

A decorrência dos conflitos em Chibuto tem a sua génese na entrada em funcionamento da mineradora Dingsheng Minerais, S.A (primeira das cinco categorias de conflitos na classificação de Herculano), associada ao alegado protecționismo do Governo para com a mineradora, o que fragiliza a aplicação da legislação sobre compensações e indemnizações pela perda de benfeitorias. Como consequência, em uma das sessões sobre os direitos dos afectados, foi frustrado o consenso entre os afectados e a empresa, apesar do apelo do Governo para que os afectados aceitassem a condição colocada pela empresa de redução dos quantitativos anteriormente acordados e fixados. Em parte, admite-se que esta cedência do Governo tenha contribuído para o incumprimento do plano de reassentamento (Director do SDPI¹).

CAUSAS DE CONFLITOS

Os conflitos de recursos naturais são divergências e disputas sobre o acesso, controle e uso dos recursos naturais, muitas vezes porque as pessoas têm diferentes usos para os recursos, ou querem geri-los de maneiras diferentes. Quando não resolvidos, podem transformar-se em violência, causar degradação ambiental, interromper projectos e prejudicar meios de subsistência (Soares, 2017:7).

Sambo (2020) explica que a fraca redistribuição dos proveitos nos locais de extracção tende a gerar um potencial de conflito no seio das populações directamente afectadas, devido à fraca absorção da força de trabalho local, os reassentamentos, os conflitos de terra, o acesso aos meios de sobrevivência e a depreciação das condições de vida das populações devido às condições impostas pelos projectos extractivos.

A comissão de apoio ao reassentamento (CAR) declara que nenhum membro das 275 famílias reassentadas beneficiou de emprego na empresa de mineração, contrariando a promessa feita pelos investidores durante as reuniões de consulta pública e registada no relatório do estudo do impacto ambiental elaborado pela Enviestudos, Lda (2016). Porém, a entrevista com a direcção da empresa e respectivo sector de gestão de recursos humanos afirma ter, até então, contratado para o seu quadro de pessoal 22 trabalhadores provenientes dos bairros afectados pelo projecto. Os trabalhadores demonstram alguma insatisfação no que diz respeito ao relacionamento com o patronato, que não é muito saudável, porém com tendência a melhorar, caracterizado por

¹ Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas.

desconfiança e maus tratos, incluindo violência física, obrigando-os a manter-se no posto por falta de melhores oportunidades. Não obstante, mostram alguma satisfação no pagamento das horas extraordinárias cujo valor é fixado em 200 % por cada hora. Todos os trabalhadores entrevistados declararam que o salário base para todos é de 10 300,00 Mt, prejudicando o pessoal de segurança que trabalha em regime de escala de 24 horas por dia, com efectividade de 3 a 4 dias por semana, perfazendo 72 a 96 horas por semana.

Existem vários factores geradores de conflitos, sendo os mais comuns as diferenças individuais, os diversos níveis de competência interpessoal, as diferentes visões de mundo, entre outros e emergem entre pessoas de um mesmo grupo, entre grupos, entre diferentes níveis organizacionais e entre organizações (Silva, 2019).

Das diferentes causas de conflitos definidas por Nascimento & Sayed (2002), são elencadas as que melhor se enquadram para os conflitos socioambientais e, para o caso em estudo, designadamente, «direitos não atendidos ou não conquistados; desejo de êxito económico; e expectativas não atendidas». Estas causas são manifestadas através de diferentes formas, das quais se pode destacar a falta de pagamento das compensações aos reassentados, com algum apoio do Governo através da manifesta indiferença à justa reclamação pública; a falta de contribuição da empresa para a dinamização da economia local, incluindo a integração no quadro de pessoal da empresa, de um reduzido número de membros das famílias afectadas, frustrando parcialmente, de acordo com a CAR, uma das expectativas criadas com a chegada do megaprojecto. A preocupação cresce com a contratação para funções não especializadas, como, por exemplo, condutor, de indivíduos provenientes de outros distritos como Chongoene e Xai-Xai.

Dizia um dos membros da CAR, lamentando:

«Nós escolhemos pessoas que estudaram, que têm visão, entre Engenheiros, Economistas e outros, que é o Governo, para velarem por tudo que se mostre não conforme, e é este mesmo Governo que apoia a redução do valor de compensação por árvore, de 12 000,00 Mt para 2000,00 Mt, embora tenha sugerido um reajuste para 3000,00 Mt, o que exacerbou a discussão até que a empresa assumiu o pagamento do valor inicial, mas que até então pouco acontece.»

As compensações foram pagas, satisfatoriamente, às famílias que perderam as suas terras na área hospedeira e a algumas do bairro Mudumeia, onde se localiza a fábrica (CAR). O actual gestor, em serviço há um ano, declarou desconhecer o número de famílias que beneficiaram de compensações e/ou indemnizações e não tem um número exacto das famílias reassentadas. Constatam dos outros acordos não cumpridos, que geram conflito, a construção do regadio na nova área de produção, o pagamento da diferença monetária para compensar o tamanho da casa que detinham, construção de latrinas externas, celeiro e cisterna (CAR).

ESTRATÉGIAS ADOPTADAS PARA A GESTÃO DE CONFLITOS

Os conflitos podem ser geridos de forma preventiva e reactiva. Centemeri & Caldas (2016) consideram a prevenção como um pressuposto normativo, segundo o qual a tomada de decisão deve ser democrática, em que diversas linguagens de valoração do ambiente e diversos formatos de conhecimento são efectivamente tidos em conta e incluídos como relevantes na definição dos objetivos a prosseguir colectivamente (Centemeri & Caldas, 2016). Corroborando com o aspecto normativo, Filho (2008) propõe duas formas de gestão preventiva de conflitos socioambientais: a participação pública em colegiados de decisão e a realização de audiências públicas. Estes pressupostos foram atendidos em observância ao previsto na legislação nacional (Directiva Geral para o Processo de Participação Pública no Processo de Avaliação do Impacto Ambiental – aprovada pelo Diploma Ministerial n.º 130/2006, de 19 de Julho, Regulamento sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental – aprovado pelo Decreto n.º 54/2015, de 31 de Dezembro e Regulamento sobre o Processo de Reassentamento resultante de Actividades Económicas – aprovado pelo Decreto n.º 31/2012, de 8 de Agosto).

A participação pública foi realizada em diferentes momentos, incluindo na fase do Estudo do Impacto Ambiental e elaboração do Plano de Reassentamento, culminando em acordos para responder às preocupações dos afectados.

Herculano (2006) define diferentes formas de gestão de conflitos, ocultação; repressão; manipulação política; confrontação; busca de parceiros e alianças; diálogo/cooperação; negociação/mediação; e criação de legislação para prevenção e remediação.

De acordo com a comissão de apoio ao reassentamento e o governo local, as audiências públicas, o diálogo e a negociação têm sido as estratégias usadas pelas comunidades afectadas, para procura de satisfação das suas preocupações, mas não se vislumbram os êxitos esperados. São formas amigáveis que se enquadram no chamado modelo de participação em parceria, que garante a representação dos envolvidos nas entidades decisoras (Horovski, 2006). Embora Hobbes e Rousseau considerem que o ser violento e o viver em conflito faça parte da natureza humana, e que resultem da organização social gerada pelos seres humanos, reconhecem que os conflitos devem ser contornados pela força do Estado, que é imposta e protege os seres humanos na sua vida conflituosa e perigosa, pelo entendimento e pelo contrato social (Gonçalves, Almuna & Follmann, 2019).

Todavia, devido à não satisfação dos seus direitos pela empresa, em alegado conluio com o Governo, a CAR é acusada de cooperar com a empresa mineradora para não pagamento das compensações. Esta acusação constitui uma das desvantagens da participação popular em modelo de parceria, caracterizada pelo surgimento de problemas relacionados às relações de confiança, gerando a aparência de que os representantes das comunidades locais foram cooptados. Ademais, as parcerias muitas vezes não conseguem resolver conflitos de interesses subjacentes (Horovski, 2006).

Assim, a CAR solicitou ao governo do distrito de Chibuto, em Setembro de 2021, autorização para uma manifestação pacífica, uma característica de modelo de participação adversarial, no qual, de acordo com Horovski (2006), os envolvidos não participam nas decisões e os seus interesses são manifestados por via de conflito. No entanto, passados seis meses sem resposta, numa reunião com os investidores e o governo local, a CAR exigiu a interrupção das actividades de mineração até que a empresa satisfaça todas as suas obrigações para com os afectados. As manifestações levam ao efeito previsto pelo FAO, isto é, «quando os conflitos não são resolvidos, podem se transformar em violência e interromper projectos» (Soares, 2017:7), podendo resultar na «criminalização dos movimentos de protesto, com repressões e prisões arbitrárias, ameaças, atentados e assassinatos de homens e mulheres que são defensores e defensoras dos bens naturais e de seu justo uso» (Gonçalves, Almuna & Follmann, 2019).

SATISFAÇÃO DAS FAMÍLIAS REASSENTADAS

Moçambique está a braços com a pobreza extrema. Assim, espera-se que a exploração dos recursos minerais contribua para a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida da população. A esse respeito, é fundamental examinar a exequibilidade da determinação do Governo de extrair e exportar o potencial de recursos naturais o mais rápido possível, supondo que isso irá contribuir positivamente para o crescimento económico e redução da pobreza (Castel-Branco, 2009). O Governo, antes da concessão às multinacionais extractivistas, devia apostar na formação do capital humano, factor de que depende a riqueza de uma nação, e investir no processamento local de minerais para a satisfação das necessidades do País em produtos acabados (Francisco, 2007; Selemane, 2009).

De acordo com Armando (2015:19), «os indicadores de economias de base mineral revelam má distribuição da renda, pouca diversificação económica, ganhos das exportações concentrados apenas nos produtos primários, além de taxas de crescimento dos sectores não minerais serem inferiores aos de outras economias não mineradoras» (Armando, 2015:19).

O artigo 10 do Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas (Decreto n.º 31/2012, de 8 de Agosto) não está a ser cumprido na íntegra; marcadamente pela falta de construção de infraestruturas sociais nas áreas reservadas para o efeito, como a escola, o hospital, e o mercado; localização dos campos de produção distante da área habitacional, sobretudo para os idosos. A escola e o hospital funcionam separados por uma parede, no local usado como estaleiro na altura da construção das casas para o reassentamento, uma acção contestada pelos beneficiários, por contrariar o plano de reassentamento que prevê a construção de infraestruturas de raiz. As áreas reservadas para infraestruturas sociais, por serem subaproveitadas são, actualmente, apreciadas e reivindicadas pelos reassentados para as ocuparem com novas moradias.

Cernea sugere um Modelo Teórico para o sucesso de um reassentamento, designado “*impoverishment risks and reconstruction model for resettling displaced populations*”, o qual preconiza que a reconstrução dos modos de vida deve assentar no acesso a terras cultiváveis e a trabalho gerador de rendimento (sobretudo nas situações em que nenhum dos dois, por si só, consegue assegurar o uso pleno dos recursos laborais das famílias); e na consulta e participação activa dos indivíduos potencialmente afectados (Cardoso, 2009).

Contrariamente a esta visão, à comunidade reassentada foi atribuída a terra menos produtiva. As melhores terras permaneceram nas mãos das famílias da comunidade hospedeira. Além de um trabalho rentável, aos reassentados foram prometidos 50 000,00 Mt, por família, para se reestabelecerem enquanto aguardam pela primeira colheita nas novas terras concedidas para a produção. A promessa fracassou, por motivos que nunca foram revelados pela administração da Dingsheng Minerais, S.A (CAR).

IMPACTOS RESULTANTES DA CONCESSÃO PARA A EXPLORAÇÃO MINEIRA

Para a exploração de recursos minerais com vista à melhoria da economia nacional e local, e das condições de vida e bem-estar das comunidades afectadas é fundamental que cada actor assuma com afinco e comprometimento a realização do seu papel, de forma a reduzir ou evitar a ocorrência de conflitos. Soares (2017) aponta que os países desenvolvidos continuam a explorar os recursos das antigas colónias, por serem países com instituições governamentais frágeis, sem tecnologia e pessoal especializado. Ainda sobre a fragilidade das nações, Bond & Fajgenbaum (2013) acrescentam também «*a baixa dotação de infraestruturas nos países africanos, o que tem aumentado os custos de investimentos e reduzido os lucros tributáveis, fraca capacidade de negociação pelos governos africanos com os investidores estrangeiros e má gestão da renda mineral repassada ao Estado*».

A instalação da mineradora Dingsheng Minerais, S.A, em Chibuto, afectou directamente cinco bairros, nomeadamente, Mudada, Mudumeia, Mutsicwane, Mussavene e Mabecwane (Enviestudos, Lda, 2016), porém, nas diferentes fontes de consulta não há uniformização e consistência de dados sobre as famílias afectadas. O Relatório de Estudo do Impacto Ambiental indica 236 famílias, o governo distrital tem registo de 500 famílias e, paradoxalmente, a empresa Dingsheng Minerais, S.A não consegue apresentar os dados discriminados, designadamente: quantas famílias foram directamente afectadas pelo projecto, quantas foram reassentadas e quantas estão ainda por reassentar. Em parte, esta situação resulta da constante mudança de administradores da empresa. Assim, no presente estudo, é considerado o número indicado pelo Governo (500 famílias), não só por ultrapassar o número de famílias já reassentadas (275 famílias) na “cidadela de Mwahamuza”, mas também por ainda existirem famílias que

continuam a residir na área concedida para mineração e por ser o governo local o responsável pela gestão dos dados demográficos da população local. A falta de dados uniformizados poderá, futuramente, criar discussões entre a comunidade e a empresa pois, enquanto as famílias não são transferidas para o bairro de reassentamento, novos lares podem surgir, que também exigirão o direito a casa, compensação e/ou indemnização, embora a empresa afirme que as comunidades estão informadas sobre a impossibilidade de beneficiar as famílias criadas depois dos levantamentos já realizados.

Na óptica de Frei (2019), a deslocação forçada da população resulta, por um lado, na perda de direito sobre as suas terras para o desenvolvimento de actividades económicas, como, por exemplo, a agricultura e a pecuária, para o auto-sustento familiar, a reprodução social e material, as diversas manifestações culturais, religiosas e simbólico-identitárias, e por outro lado, Frei, Chaveiro e Macaringue (2016:9) sustentam que a apropriação para a obtenção da mais-valia, além de expropriar as comunidades, ao mesmo tempo intensifica os conflitos sobre posse e segurança de terra e demais recursos no meio rural, que para a maioria das populações significam a base de sua reprodução social e (i)material.

No entanto, a expropriação, quando conduzida numa base técnico-legal, pode minorar o efeito do sofrimento por meio de criação de condições para a adaptação das comunidades às novas formas de convivência no novo assentamento, da introdução de novas actividades económicas de subsistência e/ou novas formas de produção agrícola.

No quadro dos direitos legalmente estabelecidos a favor dos deslocados, a CAR afirma que apenas uma fracção das famílias afectadas pelo megaprojecto de mineração beneficiou das devidas compensações, entre outros benefícios acordados com a empresa. Como resultado da violação de direitos e acordos, emergem conflitos entre as comunidades deslocadas, os investidores e o Governo, confirmando a tese de Centemeri & Caldas (2016), segundo a qual «[...] as decisões públicas que dizem respeito a projectos, planos e programas com efeitos significativos na economia, no território e no ambiente são sempre palcos de controvérsias públicas e, cada vez mais, de conflitos envolvendo a justiça social, económica e ambiental.»

A ausência, nas comunidades afectadas, de capital humano qualificado, para discutir aspectos relevantes sobre os benefícios resultantes da exploração dos recursos naturais para o desenvolvimento local, reduz a capacidade de negociação com vista ao alcance da almejada satisfação social. Segundo Gonçalves, Almuna e Follmann (2019), o diálogo contínuo dá-se entre os diversos discursos sobre a realidade e a forma colectiva de entendimento desta em uma perspectiva de compreensão e solução de problemas. Isso, porém, só será possível se a maioria da colectividade for constituída de homens autodirigidos, com uma linguagem competente que leve ao consenso. A exploração de recursos naturais exauríveis possui a capacidade de gerar fluxos de riqueza que vão além do lucro normal que remunera o capital utilizado no empreendimento, as chamadas *rendas económicas ou extraordinárias* ou *lucro extraordinário* que é «o lucro obtido em uma actividade

económica que vai além do lucro normal capaz de remunerar adequadamente o capital empregado» (Lopes, 2013). Este lucro, segundo o autor, é a parcela do negócio que muito interessa aos governos, empresas e comunidades onde ocorre a extracção produtiva de bens minerais.

Não se verificam, neste momento, sinais de utilização destes lucros para a melhoria do bem-estar das comunidades afectadas, reportando-se pela empresa a melhoria do acesso a água potável e das vias de acesso nos bairros ainda por reassentar, além das acções realizadas na área do reassentamento que são legalmente impostas.

No que se refere à expropriação da terra, a Enviestudos, Lda (2016) aponta que, para exploração das areias pesadas de Chibuto, foi concedida à Dingsheng Minerais, S.A uma área de 10 840 ha, divididos em dois blocos, Ocidental e Oriental. A perda de terra pelas comunidades a favor da mineração em Chibuto, além de gerar conflitos, de acordo com as palavras de Frei (2019) pouco se espera que *«a exploração dos recursos minerais [...] possa, de facto, contribuir para o desenvolvimento económico do território, bem assim na melhoria das condições de vida material das comunidades impactadas pelos megaprojectos de mineração»* (Frei, 2019:74).

Além disso, verifica-se também o aumento do custo de vida para os reassentados que mudaram o seu estilo de vida social e, como explica o Banco Mundial, os reassentamentos podem criar riscos económicos, sociais e ambientais graves. Devido ao desmantelamento dos sistemas produtivos, as pessoas enfrentam o empobrecimento quando perdem os seus activos ou as suas fontes de renda, por serem deslocadas para ambientes onde as suas habilidades produtivas podem ser menos aplicáveis e onde haja maior concorrência pelos recursos. As instituições comunitárias e as redes sociais são enfraquecidas, existe ruptura de grupos familiares e da identidade cultural, e a autoridade tradicional e o potencial de solidariedade são enfraquecidos ou perdidos (Machel, 2014).

No caso em estudo, os novos campos de produção localizam-se a cerca de 6 km, dificultando a sua exploração pelos idosos (entrevista com a CAR) que adoptam, como solução, a produção agrícola dentro do seu quintal; as famílias não possuem alternativas para sobrevivência, fora do cultivo da terra, e não existe nenhuma iniciativa da empresa mineradora orientada para a melhoria das condições de vida social e económica das famílias, como também de qualquer organização que apoia os reassentados em ideias de construção social que pudessem concretizar a esperança de verem os seus direitos satisfeitos, enquanto vítimas de uma deslocação comunitária forçada. Porém, nem tudo está mal com o processo de reassentamento, afirmando-se com alguma satisfação a qualidade da estrutura das casas, com água canalizada gratuita e energia eléctrica, serviços que outrora, a maioria dos afectados não tinha acesso.

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

De acordo com Frei (2019), os governos locais e as comunidades são considerados partes subalternas do processo ao invés de agentes activos. Frei (*ibid.*) fundamenta que estes agentes são sempre colhidos de surpresa com a presença dos megaprojectos de mineração nos seus territórios, com autorizações emitidas ao nível central, cabendo-lhes a execução e o fazer cumprir a lei.

Nestas condições, compreende-se a violação do direito de participação destas entidades na tomada de decisão e noutras acções inerentes a uma boa coabitação entre o proponente e a comunidade (principalmente), pois o governo local representa, para todos os efeitos, o nível central de governação. Cornely (1978) define participação como presença activa no designar e no escolher alternativas e caminhos e em ter possibilidades reais de utilizar toda e qualquer alternativa, bem como combiná-las. A participação gera a possibilidade de superação da injustiça social (Doniak, 2002).

Segundo Doniak (2002), as instituições de desenvolvimento usam e interpretam a participação de diversas maneiras: participação passiva, via extracção de informações, consultiva, por incentivos materiais, funcional, interactiva e por automobilitação. Destas, importa considerar, para este trabalho, três formas: a participação passiva (em que as comunidades foram, na fase embrionária do projecto, informadas sobre o que iria acontecer). Aliás, a história da exploração mineira de areias pesadas de Chibuto mostra uma sucessão de três diferentes operadores que não chegaram a lograr os objectivos; participação por incentivos materiais (em que as comunidades ofereceram a sua mão-de-obra, entregaram as suas terras e benfeitorias em troca de compensações monetárias); e participação interactiva (realizada por meio de cooperação mediante os planos de acção apresentados, discutidos e aprovados, colocando a comunidade no domínio das decisões). Junior & Martins acrescentam o empoderamento dos actores locais como outra forma de interpretação da participação, que consiste no desencadeamento de um processo de reflexão e transformação contínua das práticas pessoais e institucionais (Junior e Martins, 2012). Rich *et al.* (1995) preconizam que, nos processos participativos, os cidadãos devem ser parceiros e as informações produzidas de um modo compreensível ao cidadão médio. Mais do que ouvir e informar os cidadãos, as instituições devem responder às suas preocupações e incluir, nos órgãos de tomada de decisão, representantes dos cidadãos afectados (Horovscki, 2006).

Sucede, porém, que os frutos de participação das comunidades afectadas estão aquém da sua satisfação. No entanto, os prejudicados procuram, incessantemente, por soluções sobre a violação dos seus direitos legais e dos acordos firmados com a mineradora, sobretudo no que diz respeito à categoria de participação por incentivos materiais.

Esta situação, além de criar um sentimento de arrependimento por parte das famílias já deslocadas, poderá criar uma resistência por parte das famílias que ainda aguardam o seu reassentamento. A participação das comunidades através de reuniões de consultas públicas

geralmente é garantida apenas para o cumprimento do processo de legalização dos investimentos e, uma vez obtidas as autorizações, as comunidades são relegadas para o último plano.

Fica incubado aqui um mau relacionamento entre o megaprojecto e as comunidades afectadas e, por essa razão, estas comunidades ficam reféns da boa vontade da empresa para cuidar de qualquer responsabilidade social empresarial e cumprimento das suas obrigações para com os afectados, estando estabelecido um mau relacionamento que, de alguma forma, prenuncia uma violência a desencadear a qualquer momento.

PROPOSTAS PARA ALCANCE DA PROSPERIDADE

Havendo consciência de externalidades negativas pela exploração mineira, alguns autores, como Castel-Branco (2009), defendem a necessidade de a sociedade e a natureza serem compensadas pelos efeitos negativos potenciais da mineração, através de fundos de reserva destinados a compensar pela volatilidade dos preços de *commodities*, investimento em tecnologias mais “limpas” ou no manejo sustentável dos recursos em exploração, fundos adequados para financiar a relocação de comunidades, etc.

Para que se alcance a prosperidade, Moreno-Arrones (2013) propõe uma sinergia entre cinco pilares: Estado de Direito, mercado e economia, inovação tecnológica, governança verde e capital humano. A falta de um deles coloca em causa a força e resistência da estrutura.

Lopes (2013) propõe uma regra de utilização dos recursos com vista a maximização do bem-estar entre as gerações presentes e futuras. Para ele,

«O óptimo social é alcançado quando a taxa de crescimento dos preços do recurso é igual à taxa de juros da economia, sendo que a taxa de extracção eficiente do recurso natural deve ser igual a esta última. A movimentação nos preços e nos juros sinaliza como a velocidade de extracção deve ser modificada. Preços mais altos no futuro, por exemplo, indicam lucros mais altos também no futuro e desestimulam a extracção e uso dos recursos no presente.» (Lopes, 2013:5)

Nesta visão, o autor procura acautelar os governantes para uma tomada de decisão mais acurada sobre a exploração de qualquer recurso natural, tendo em vista os princípios de desenvolvimento sustentável. É nossa compreensão que o Governo tome decisões finais, sustentadas em estudos mais aprofundados que permitam comparar os benefícios de explorar para exportar em bruto e os benefícios de explorar com processamento local e exportar o produto acabado. Esta seria a resposta à questão colocada por Selemene (2009:19), sobre *«como se poderá utilizar os recursos do subsolo em indústrias locais, ou como se poderá acrescentar mais-valia localmente antes que tais produtos sejam exportados?»*.

A abordagem desta natureza dará maior vantagem ao País não só pelas oportunidades de emprego que seriam criados, mas também pela valorização do recurso, passando a agregar o “valor de uso” e “valor de troca” (Barros & Amin, 2006).

Assim, antes da assinatura dos contratos de exploração com as multinacionais extractivistas, deve ser desenhada uma cadeia de valor dos recursos minerais no mercado nacional e internacional, o que dotará o Governo de ferramentas fortes nas negociações para resultados favoráveis ao desenvolvimento económico e social, de modo que não sejam extraídos em obediência aos interesses estranhos a este objectivo nacional. Este método vai ao encontro da premissa de Sachs (2005) segundo a qual

«As regras internacionais do jogo na gestão económica não podem pôr, de propósito ou inadvertidamente, armadilhas nos primeiros degraus da escada, na forma de ajuda inadequada ao desenvolvimento, barreiras proteccionistas de comércio, desestabilização de práticas financeiras globais, leis de propriedade intelectual mal elaboradas e medidas semelhantes, que impedem o mundo da baixa renda de escalar os degraus do desenvolvimento.» (Sachs, 2005)

CONCLUSÃO

A instalação e operação de megaprojectos de extracção mineira representam uma esperança para o desenvolvimento económico do País e para a melhoria do bem-estar das comunidades directamente afectadas, mas que nem sempre se torna realidade. Dos cinco bairros localizados na área abrangida pela mina, três já foram transferidos para o bairro de reassentamento, a “Cidadela de Nwahamuza”, num total de 275 famílias, do global de 500.

O estudo mostrou que está instalado um ambiente conflituoso e desarmónico entre os actores devido ao incumprimento, por parte da mineradora, das obrigações e acordos assumidos, bem como por parte do Governo no exercício do papel de defensor da soberania a bem do seu povo, que, supostamente, sai a favor do investidor em prejuízo dos deslocados e, como consequência, o plano de reassentamento não é devidamente cumprido em vários aspectos: pagamento das compensações, construção dos equipamentos sociais, construção de infraestruturas complementares. Para solucionar os conflitos, a comissão de apoio ao reassentamento, constituído por membros da comunidade reassentada, procura sempre dialogar tanto com os representantes da empresa assim como com o governo local, porém, sem resultados esperados, e conforme o FAO prediz, a não resolução dos conflitos pode resultar em violência e interrupção dos projectos. Estes dois aspectos já são iminentes, pois as comunidades reassentadas requereram uma manifestação pacífica e exigem a interrupção da actividade mineira.

REFERÊNCIAS

- Armando, R. (2015). *Recursos Minerais e o Desenvolvimento Econômico de Moçambique*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- Barros, F. G. N. & Amin, M. M. (2006). *Os Recursos Naturais e o Pensamento Econômico*. Fortaleza: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural.
- Cardoso, I. M. B. C. (2009). *O papel de um empreendimento privado agrícola no reassentamento de população deslocada de guerra: O caso de Chibonzane em Moçambique*. Dissertação do Mestrado. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Castel-Branco, C. (2009). *Indústrias de recursos naturais e desenvolvimento: alguns comentários*. Boletim Ideias 10. Maputo: IESE.
- Centemeri, L. & Caldas, J. C. (2016). Megaprojetos, incomensurabilidade e decisão pública. In: L. Centemeri & J.C. Caldas (eds.). *Valores em conflito: megaprojetos, ambiente e território*. Coimbra: Edições Almedina.
- Doniak, F. A. (2002). *Participação Comunitária no Processo de Desenvolvimento Local. Estudo do caso do Município de Rancho Queimado*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Enviestudos, Lda – Consultoria Ambiental e Serviços (2016). *Relatório do ELA-Estudo do Impacto Ambiental. Projecto de Exploração da Ilmenite no Depósito de Areias Pesadas de Chibuto, Província de Gaza, Moçambique*.
- Filho, S. S. A. (2008). Conflitos Ambientais e os Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente. *eGesta*. 4 (2), 127–140.
- Francisco, A. Á. (2007). *Desenvolvimento Comunitário em Moçambique: Contribuição para a sua compreensão crítica*. Nova Jersey: Africa-America Institute.
- Frei, V. V. M. (2019). Megaprojectos de Mineração e o Ônus do “Desenvolvimento” nas comunidades locais da província de Nampula-Moçambique: o caso de Topuito. *Revista Sapiência Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais*. 8 (2), 60–92.
- Frei, V. V. M., Chaveiro, E. F. C. & Macaringue, E. J. (2016). *Mineração e apropriação da terra em Moçambique: algumas reflexões sobre o processo de expropriação das comunidades locais. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos*.
- Gonçalves, T. M., Almuna, E. A. & Follmann, J. I. (2019). Conflitos socioambientais: história, tempo e contexto. In: Planejamento e Gestão Territorial (ed.). *O Papel e os Instrumentos do Planejamento Territorial na Interface entre o Urbano e o Rural*. Santa Catarina: Editora UNESC. pp. 138–162.
- Herculano, S. (2006). *Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental, Fortaleza, 20 a 22 de Novembro de 2006*.

- Horovski, R. R. (2006). *Empoderamento: Definições aplicações*. 30º Encontro anual da ANPOCS 24 a 28 de Outubro de 2006 GT 18 – Poder Político e Controles Democráticos.
- Lopes, R. T. R. (2013). *Mineração e Desenvolvimento: uma análise da maldição dos recursos naturais para os estados brasileiros*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista.
- Machel, F. (2014). *Reassentamento Populacional na Implementação do Projecto das Áreas de Conservação: O Caso do Parque Nacional de Limpopo, Distrito de Massingir (2008 – 2013)*. Dissertação de Mestrado. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- Moreno-Arrones, J. M. (2013). *Natural Resources Governance as a Way to Achieve Prosperity of Nations facing the 21st Century Challenges*. Háskóli Íslands: Universitatis Islandiae Sigillum.
- Mungoi, C. A. (2012). A problemática de desenvolvimento em economias periféricas: Moçambique em perspectiva. *Revista Ciência Geográfica*. XVI (1), 4–118.
- Sachs, J. D. (2005). *O Fim da pobreza: Como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos*. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda.
- Sambo, M. (2020). Investimento directo estrangeiro e o desenvolvimento socioeconómico em Moçambique: dinâmicas, tensões e desafios. In: S. Forquilha (ed.). *Desafios para Moçambique 2020*. Maputo: IESE. pp. 281–309.
- Selemene, T. (2009). *Alguns desafios na Indústria Extractiva em Moçambique*. Maputo: CIP.
- Silva, L. S. V. da (2019). *Gestão de Conflitos e Técnicas de Negociação*. Indaial: Uniassselvi.
- Soares, D. P. A. (2017). *Impactos derivados da exploração dos recursos naturais: perspetiva dos alunos no contexto da educação para o desenvolvimento sustentável e direitos humanos*. Porto: Universidade do Porto.
- Zeca, E. J. (2013). *Moçambique: Exploração de Recursos Energéticos, Privação Relactiva, Conflito e Segurança*. Série de Artigos 1. Maputo: Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais.

CORREDORES DE DESENVOLVIMENTO, DESENVOLVIMENTO RURAL E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL EM MOÇAMBIQUE: PERSPECTIVAS COMUNITÁRIAS NO CORREDOR DE NACALA

Hélio Maúngue

INTRODUÇÃO

Moçambique é um país em processo de consolidação das suas estruturas democráticas, do seu tecido socioeconómico e de promoção do desenvolvimento socioeconómico. Nas últimas décadas, o País assiste à descoberta e exploração de recursos naturais, acompanhada por um certo entusiasmo quanto à sua contribuição na melhoria dos índices de crescimento e desenvolvimento. A par dessa descoberta, o País ainda não consegue que o principal ramo de actividade e de emprego, a agricultura, cumpra a função de promover uma transformação social que se reflecta na melhoria das condições de vida das populações. Cerca de 66,6 % da população vive em zonas rurais e a maioria depende da agricultura de subsistência. Esse ramo de actividade emprega cerca de 80 % da população e contribui com um quarto do Produto Interno Bruto (PIB).

No País, tal como em todo o continente africano, a questão da importância e da necessidade de uma transformação agrícola é característica e um desejo por se atingir. Neste sentido, a União Africana (UA) criou, em 2001, a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África/*New Partnership for Africa's Development* (NEPAD), que em 2007, adoptou os Corredores de Desenvolvimento (CD) como estratégia de desenvolvimento, principalmente na África Subsaariana. Estes manifestam-se como mecanismos primordiais para promover e atrair investimento privado e negócios no continente, na expectativa de que os investimentos coordenados catalisem a transformação agrícola, possibilitem a exportação de recursos naturais e promovam a integração regional (Byiers, Molina & Engel, 2016; Garcia & Kato, 2020; Laurance *et al.*, 2015).

A crise de alimentos de 2008 afectou severamente os países africanos, no entanto, causou várias respostas, incluindo *land grabbing* (expropriação ou usurpação de terras) e opiniões sobre a importância da agricultura, facto que levou à proposta de criação, pela Assembleia Geral

da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2008, do conceito de Corredores Africanos de Crescimento Agrícola/*African Agricultural Growth Corridor* (AAGC). No mesmo ano, o Fórum Económico Mundial/*World Economic Forum* (WEF) analisou a proposta do AAGC e anunciou um compromisso activo com a questão. O objectivo dos AAGC é transformar a agricultura tradicional em moderna e comercialmente viável, fornecendo infra-estruturas de transporte, como portos, estradas, ferrovias, irrigação e solicitando o investimento de empresas privadas em terras agrícolas no continente (Ikegami, 2015).

Neste sentido, os CD ganham destaque nos planos de desenvolvimento de Moçambique. No entanto, a iniciativa e foco em CD não é algo novo no País. No tempo colonial, era um catalisador para o desenvolvimento e investidas comerciais do colonialismo português, uma vez que a vantajosa localização geográfica do País permitia e permite aos países vizinhos, no *hinterland*, uma ligação com o resto do Mundo. Para Fonseca (2003), um conjunto de factores geoestratégicos, nos quais se incluem os corredores, conduziram a que o País, enquanto colónia, tivesse um tipo de desenvolvimento económico assente em pilares regionais e em prioridades do colonizador. Nesse período, os corredores eram mais corredores de transporte, sem nenhum enfoque na relação entre eles e a transformação agrícola, mas a aposta no sector de transportes era forte.

Moçambique é membro fundador da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral/*Southern Africa Development Community* (SADC), organização criada em 1980. Como membro é, entre outros aspectos, responsável pelo sector de transportes e comunicação da organização. Mesmo como responsável por esse sector, por cerca de quatro décadas, Fonseca (2003) evidencia que o País não conseguiu transformar os seus corredores em CD eficientes. Será que consegue transformá-los eficientemente em Corredores de Crescimento Agrário (CCA)?¹

Seguindo a lógica dos CCA, Gonçalves (2020) e Kato (2019) destacam que, no País, desde 2010, o Banco Mundial e o Governo de Moçambique, por meio do Ministério da Economia e Finanças (MEF), implementam a estratégia de desenvolvimento por meio de Polos de Crescimento Integrado (PCI), centrada na selecção de sub-regiões dos corredores para serem potencializadas, com o objectivo de melhorar o emprego rural e as economias do entorno dos mesmos. Neste sentido, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) 2011-2020², identifica seis corredores para a sua implementação, distribuídos pelas três macrorregiões do País: **Norte:** Corredor Pemba-Lichinga e Corredor de Nacala; **Centro:** Corredor da Beira e Corredor do Vale do Zambeze e; **Sul:** Corredor de Maputo e Corredor de Limpopo.

A região do Corredor de Nacala, foco desta reflexão, ocupa uma posição estratégica nos planos de desenvolvimento do País, uma vez que faz a ligação de serviços de logística com a

¹ Neste texto, Corredores de Desenvolvimento (CD) e Corredores Africanos de Crescimento Agrícola (AAGC) são tratados como sinónimos, sendo que, de agora em diante, os designaremos por Corredores de Crescimento Agrário (CCA).

² No decurso da pesquisa, este plano estava em processo de revisão e actualização para uma segunda fase de implementação.

mineração, a exploração de gás e a produção agrícola. Este corredor permite a convergência de vários actores³ (públicos e privados), actuaantes local e globalmente. A área compreende uma extensão de mais de 700 km, constituída de terra arável com chuvas regulares, solos férteis e com elevado potencial para expandir a produção agrícola (Aragão, 2017; Kato, 2019).

Com este texto, procuramos compreender os processos sociais que nos permitem vislumbrar a transformação social estimulada no e pelo Corredor de Nacala, apreendendo os impactos positivos e negativos do mesmo no que diz respeito à melhoria das condições de vida dos actores sociais locais, ao longo do corredor, na província de Niassa. Metodologicamente adoptamos um enfoque micro e participativo, que priorizou ouvir alguns actores “menos privilegiados” nos processos de definição sobre o que é, como atingir, quais os tipos, quais os intervenientes e actores-chave, etc., no processo de desenvolvimento. Isto para, por meio deles, poder ter a compreensão das dimensões locais dos processos globais, bem como para poder analisar como é que os factores socioculturais locais medeiam os efeitos das forças globalizantes, como são os corredores (Castles, 2002).

A pesquisa é qualitativa. Para colectar dados, usamos como técnicas a revisão de literatura, entrevistas semiestruturadas individuais e em grupos (em média, três participantes das associações de pequenos produtores contactadas). As entrevistas foram gravadas em áudio e depois transcritas para uma análise de conteúdo e temática. Para a realização do trabalho de campo e colecta de dados, três distritos da Província do Niassa foram visitados, nomeadamente Lichinga, que é também a capital da província, Mandimba e Cuamba. Devido à dimensão do Corredor de Nacala, ao extenso número de actores que nele operam e por questões logístico-financeiras, optamos por escolher essa província, a mais extensa do País e uma das mais “pobres”. O texto, além da presente introdução, faz um enquadramento do referencial analítico para compreensão da realidade em discussão; em seguida apresenta um breve contexto do surgimento e implementação dos CCA em África; para depois contextualizar sobre os corredores em Moçambique; posteriormente discute sobre as expectativas que são criadas em torno do corredor em algumas comunidades da província de Niassa e, por último, tecemos algumas considerações finais.

³ Em Agosto de 2024, o Governo de Moçambique anunciou a possibilidade de concessão de parte do porto de Nacala ao Malawi. Facto não bem recebido, por exemplo, pela Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) por alegadamente haver capacidade empresarial no País para efeitos. Este aspecto precisa ser acompanhado pela academia, pois é relevante para entender a posição estratégica do Corredor de Nacala, bem como para entender e questionar o papel e importância do Estado na promoção do desenvolvimento. Igualmente, pode fazer respaldo no questão do pouco orçamento público para atender as ambições de desenvolvimento do País.

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO RURAL COMO REFERENCIAL ANALÍTICO

As mudanças globais e a crescente importância dos fluxos e redes transnacionais em todas as áreas da vida social criam desafios às ciências sociais e humanas. Conceitos analíticos como transformação social, mudança social, reprodução social, ordem social, revolução social, desenvolvimento (e os seus vários desdobramentos, como, por exemplo, desenvolvimento rural, agrícola, local, sustentável, etc.), entre outros, bem como as categorias que possibilitam, são elementos que fazem parte da trajetória passada e presente das Ciências Sociais, no geral, e da Sociologia, em particular, na compreensão das sociedades e dos vários fenómenos sociais a elas inerentes. Essa compreensão vai de fenómenos relacionados com conflitos armados, questões ambientais (cheias, secas, ciclones, etc.), crises económicas e alimentares, fome, pobreza, etc., aos fenómenos relacionados às constantes mutações produzidas pela globalização, pela sociedade de consumo, pela sociedade de comunicação e informação, pelo desenvolvimento tecnológico, pela facilidade de transporte e comercialização, etc. Uma das importantes transformações, segundo Sassen (2016:17-18), grifo nosso:

«É a transformação material de áreas cada vez maiores do globo em zonas extremas para operações económicas cruciais. De um lado, assume a forma de uma terceirização global de manufaturas, serviços, trabalho administrativo, extração de órgãos humanos e aumento da produção de colheitas industriais, cada vez mais em áreas com baixos custos e regulamentação fraca. De outro lado, está a construção de cidades globais no mundo inteiro com espaços estratégicos para funções económicas avançadas. Isso inclui cidades construídas de zero e a renovação muitas vezes brutal de cidades antigas. A rede de cidades globais funciona como uma nova geografia da centralidade, que atravessa as velhas linhas divisórias Norte-Sul e Oriente-Occidente, assim como a rede de locais que oferecem bens e serviços terceirizados. [Neste processo ocorre] uma espécie de denso cenário local que contém as diversas condições de que as firmas globais necessitam, embora cada uma o faça em etapas muito diferentes do processo económico global (...).»

Relacionado aos processos da globalização e do incremento das ligações transnacionais, bem como as narrativas cuja pretensão é a de melhorar a qualidade e facilitar a vida em sociedade, encontra-se a actual aposta e investimento em Corredores de Desenvolvimento (CD) e Corredores de Crescimento Agrário (CCA) na África Subsahariana, no geral, e em Moçambique, em particular. Estes corredores, pelos processos que envolvem e pelos objectivos traçados, provocam transformações sociais de várias ordens nos países e regiões nos quais estão a ser implementados. Ocorrem, então, transformações espaciais – transformação de regiões com várias potencialidades económicas em Zonas Económicas Especiais (ZEE),

parques industriais, polos de desenvolvimento e/ou de crescimento, bem como CD e CCA (reabilitação e construção de infra-estruturas como caminhos-de-ferro, portos, estradas, sistemas de irrigação, sistemas de armazenamento, etc.) –, transformações nos processos de comercialização, transformações no tipo de empresas investidoras que se vão instalando, etc. O conceito, a ideia inicial, os objectivos e as narrativas por detrás do CCA de Nacala, como, por exemplo, a construção e a reconstrução de infra-estruturas para atender à agricultura, aposta em comercialização agrícola, projectar tornar a região um celeiro agrícola, caracterizar a região com potencialidades agrícolas idênticas ao Cerrado brasileiro, e discursos sobre a existência de terras “vazias” para a exploração agrícola comercial (Chome, Gonçalves & Scoones, 2020; Smalley, 2017) perspectivam transformações para a região. Essas narrativas, consequentemente, são justificadas pelo desejo de melhorar as condições de vida dos moçambicanos, em especial dos pequenos produtores, sendo que para tal há que engendrar uma transformação na forma de ser e estar desses sujeitos, ou seja, da forma como eles olham e desenvolvem a agricultura, propondo-lhes um novo *habitus* agrícola. Mas essa pretensão não se manifesta como um mecanismo que dialoga com as formas e culturas locais predominantes, de produção, de ser e estar.

Para Castles (2002), a transformação social implica o modo como a sociedade e a cultura se transformam em resposta a factores como crescimento económico, a guerra, convulsões políticas, industrialização, modernização agrícola, alterações relacionadas à descolonização, a formação do Estado-Nação e mudanças nos sistemas económicos, que induzem processos de mudança social e estrutural (Santos, 2016), isto é, “grandes transformações” (Polanyi, 2000) provocadas pela industrialização, pela modernização e pelas mudanças económicas (Castles, 2002). Ligado a essas transformações está o facto de que «as diferentes regiões do globo estão agora mais estreitamente ligadas do que jamais estiveram, não só como campos de troca, do comércio e das comunicações, mas também enquanto a ideias e ideais interativos» (Sen, 2010:9). Assim, estudar os processos do e no CCA de Nacala como um processo de transformação social é tomar essencialmente os factores nacionais e locais, mas sem deixar de lado a presença e a influência de factores transnacionais, visto que a presença destes, como parceiros do Estado moçambicano, se fazem sentir desde cedo na idealização do mesmo. Ou seja, tomamos este CCA como um processo de transformação da agricultura na região, bem como da transformação das condições de existência dos sujeitos aí residentes.

Todavia, é ao nível local que as transformações sociais e a manifestação deste CCA se fazem ou farão sentir. Como, por exemplo, alterações possíveis nos sistemas de produção e de distribuição, de acesso e de gestão da terra, as relações sociais e as práticas culturais que transformam as condições das comunidades locais, que é o centro da vida cotidiana. Algo válido quando as transformações sociais forçam pessoas a abandonar as suas comunidades e ir para outros locais, por exemplo, «quando se verificam mudanças nas práticas agrícolas

ou nos regimes de propriedade, ou na sequência do desenvolvimento de um programa de desenvolvimento que pode implicar a deslocação física das pessoas» (Castles, 2002:138). No entanto, essas populações podem, supostamente, beneficiar de emprego, ter melhor acesso ao mercado, ter as suas técnicas e práticas de cultivo melhoradas, bem como ter a pobreza rural reduzida. Podem também ser pressionados e/ou correr riscos de abandono das suas terras para dar lugar aos investimentos que dão corpo a esse desenvolvimento.

Assim, na proposta de transformação social no CCA de Nacala e das expectativas dos diferentes intervenientes, lê-se

«O futuro objectivo é aquele que o observador deve postular para compreender a conduta actual dos sujeitos sociais, o que não significa que ele coloca na consciência dos sujeitos que observa a consciência que tem de sua consciência: com efeito, o futuro objectivo pode não ser um fim conscientemente perseguido pelos sujeitos e constituir, entretanto, o princípio objectivo de suas condutas, porque está inscrito na situação presente desses sujeitos e em seu habitus, objectivamente interiorizada, disposição permanente adquirida numa situação, sob a influência dessa situação.» (Bourdieu, 1979:134)

Queremos analisar a importância, nesse processo, de actores colectivos que, fazendo e refazendo sua cultura, os seus modos de vida e as visões do mundo, elaboram condições de vida e também produzem transformações sociais, que podem ser pela alteração de uma ordem social estabelecida ou em perspectiva, aponta Thompson (1987) citado por Neves (1997). Assim, para as pretensões desta reflexão, a transformação social com vista à melhoria das condições de vida e de produção e, em consequência, uma expectativa de um “futuro melhor” para as comunidades visadas deve ser compreendida como parte de um processo que se deseja interactivo entre Estado-sociedade, no qual as partes estão conscientes do desejado.

Algo que pretendemos destacar com a perspectiva analítica aqui proposta é que o rural e o modo de vida das pessoas que habitam os espaços rurais não são processos sociais absolutos e acabados, mas algo que se transforma. Nessa transformação social, os processos sociais globais, transnacionais, nacionais e locais dialogam entre si. Ou seja, como aponta Castles (2002), a noção de transformação social, pelo contrário, não supõe qualquer resultado pré-determinado, isto é, nem tão pouco que se trata de um processo positivo ou negativo *a priori*. Neste sentido, aos estudarmos as transformações sociais do e no CCA de Nacala, como um processo de adaptação às estruturas agrícolas e de produção que são propostas na implementação do corredor, estamos cientes de que é preciso:

«Tomar por objecto primeiro da análise o processo de adaptação das disposições e das ideologias a estruturas económicas importadas e impostas, quer dizer, a reinvenção de um novo sistema de disposições, que se realiza sob a pressão da necessidade económica [de desenvolver a agricultura

moçambicana], não significa sucumbir nem ao subjectivismo psicologista que consistiria em considerar que as disposições dos sujeitos económicos engendram a estrutura das relações objectivas, económicas ou sociais, nem ao etnocentrismo essencialista (por vezes bastante associado ao subjectivismo) que tende a fazer do desejo de maximizar a utilidade ou a preferência ao princípio que governa toda actividade económica.» (Bourdieu, 1979:16), grifo nosso.

Portanto, em Moçambique, o estudo dos corredores de transporte é um mecanismo para o entendimento de como os mesmos se convertem em corredores de crescimento ou desenvolvimento, e como estes se transformam em CCA, pois esse processo pressupõe arranjos espaciais, nas relações sociais das populações e das actividades, ao longo dos eixos de circulação (Fonseca, 2003). Ou seja, a transformação dos corredores em CCA espelham «(...) processos de expansão do agronegócio, especialmente a construção de diferentes arranjos estabelecidos pelos sectores público e privado no meio rural, as mudanças nos “códigos” e no repertório de instrumentos para operar e validar esses processos» (Leite, 2019:305). Como é que essas questões beneficiam os mais pobres, os desprovidos de maquinário, de técnicas e tecnologias agrícolas consideradas modernas, bem como como é que eles se encaixam nesse processo?

O que procuramos nesta secção são os diálogos possíveis entre a ideia de transformação social e sua articulação com as ideias de desenvolvimento (rural) e dos corredores. Assim, entendemos que o desenvolvimento é um fenómeno e processo que possibilita mudanças e transformações em Moçambique, sendo que os CD e os CCA são apontados como parte dos meios que podem possibilitar a manifestação desse processo.

Contudo, assumindo que a pesquisa se centra em tópicos específicos inerentes ao Corredor de Nacala, temos presente que o processo de transformação social diz respeito a todos os aspectos de existência social e envolvem todos os níveis espaciais. Por isso, como coloca Fonseca (2003), a questão que deve ser colocada é que tipo de relação existe entre as redes de transportes e o desenvolvimento rural e agrícola, bem como como é que se desenvolve e em que medida pode ser colocado no planeamento da transformação social em Moçambique?

A IDEIA DOS CORREDORES DE CRESCIMENTO AGRÁRIO E APLICAÇÃO EM ÁFRICA

Países e regiões do Hemisfério Norte, denominados “desenvolvidos”, têm uma vasta experiência na implementação de iniciativas como as dos Corredores de Desenvolvimento (CD). No entanto, a sua idealização e implementação é um fenómeno recente no Hemisfério Sul e, por conseguinte, relativamente pouco estudado, apontam Nogales (2014) e Smalley (2017). No entanto, para Stein & Kalina (2019), a ideia dos CD como vias para concentrar

investimento agrícola tem sido apresentada como nova tendência na estratégia de promover o desenvolvimento rural no Hemisfério Sul. Como Iniciativas de Desenvolvimento Espacial (SDI), o continente africano adoptou os Corredores de Crescimento Agrário (CCA), somente depois de 2007, atrelados aos discursos de que se vai promover o desenvolvimento e a transformação das regiões visadas, via, dentre outros aspectos de modernização agrícola. Estas regiões tendem a viver uma escassez de recursos para fazer face à situação de pobreza e transformar as condições de vida das populações.

A ideia dos CCA foi apresentada pela primeira vez pela gigante norueguesa de fertilizantes, a *YARA International*, no fórum do sector privado da Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2008, em Nova Iorque, e também no Fórum Económico Mundial (FEM), em Davos, a que se juntaram representantes da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a Corporação Financeira Internacional/*International Financial Africa/ Alliance for a Green Revolution in Africa* (AGRA), a União Africana (UA), entre outros. Estas organizações também estabeleceram a Nova Aliança para Segurança Alimentar e Nutricional/*New Alliance for Food Security and Nutrition* (NAFSN) em alinhamento com as propostas dos corredores. No mesmo ano, o ex-secretário geral da ONU, Kofi Annan apelou para uma Revolução Verde africana e encorajou a criação de novas parcerias para colocar fim à negligência a longo prazo da agricultura africana (Bergius, 2016; Nogales, 2014; Paul & Steinbrecher, 2013; Kaarhus, 2018).

Contudo, segundo Obenland (2014), o conceito de desenvolvimento por detrás da nova aliança do G8 fundamenta-se num conceito simplista de “agricultura como negócio”. Este conceito ignora as realidades actuais da maioria das explorações agrícolas dos pequenos produtores em África, como, por exemplo, integração parcial do mercado, estratégias de diversificação produtiva, vulnerabilidade face aos choques ecológicos e de mercado, bem como a necessidade de estratégias políticas que respondam a estas realidades.

Os CCA lançados nos últimos anos, em África, são vistos como iniciativas para aumentar a produção agrícola e são apresentados como mecanismos vocacionados para promover cadeias de valor produtivas, como meios para se alcançar a Revolução Verde africana. Como modelos de desenvolvimento agrícola, os corredores também podem ser analisados no contexto da mudança de discursos políticos internacionais, nos quais as Parcerias Público-Privadas (PPP) para o desenvolvimento têm conquistado, actualmente, uma influência considerável no processo de desenvolvimento, destaca Kaarhus (2011).

Porém, para Chome *et al.* (2020), a discussão sobre os CCA centra-se no potencial de desenvolvimento económico e nos desafios da implementação dos mesmos, nos quais o fluxo de investimento estrangeiro é factor determinante no investimento em infra-estruturas. Para estes autores, o desenvolvimento dos corredores com esforços de planeamento e integração regional são apresentados como encorajando o investimento em infra-estruturas minerais

e agrícolas. Por outras palavras, ligar o desenvolvimento de infra-estruturas de transporte à agricultura e à exploração mineira significa que os principais constrangimentos dos países sem litoral podem ser desbloqueados e os potenciais de crescimento reforçados com a redução da pobreza a longo prazo. Isto porque os portos são umas das principais infra-estruturas dos CCA. Os discursos dos governos anfitriões, juntamente com o Banco Mundial (BM) e a FAO, sublinham constantemente que querem ajudar os pequenos produtores em questões de acesso ao crédito e aos insumos agrícolas e também no que respeita à protecção dos direitos da terra, bem como falam de grandes benefícios para eles e para as comunidades locais. O investimento em infra-estruturas dos corredores sugere que a produção é mais susceptível de se concentrar em produtos para mercados internacionais, em vez de ajudar as comunidades locais a praticar uma agricultura que possa garantir a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional local. Aqui, os pequenos produtores são colocados como subcontratados, em vez de fornecedores independentes de alimentos (Paul & Steinbrecher, 2013).

Gonçalves (2020) aponta que estudos recentes sobre CCA destacam uma natureza contenciosa, confusa e errática dos corredores. Para este autor, a análise do planeamento, implementação e efeitos dos CCA sugere que geram ansiedade sobre a terra, a existência de potenciais impactos ambientais, e que configuram dinâmicas de poder entre o capital internacional, elites políticas e económicas nacionais, elites locais/rurais, burocratas e pequenos proprietários. Nesse sentido, Enns (2018), abordando a agenda dos corredores em África, reforça a ideia de tensões e inconsistências na narrativa de que eles são vantajosos para todos, chamando a atenção para diversos impactos inesperados e, por vezes adversos, do desenvolvimento dos corredores em diferentes segmentos da população. Isso na medida que, para este autor, uma análise geográfica dos corredores aponta que a reorganização espacial que acompanha o desenvolvimento dos corredores permite que certos fluxos de capital, mercadorias e pessoas se movimentem mais facilmente por meio do espaço, mas introduz novas formas de exclusão e fraca mobilidade espacial para outros.

Perspectivados como geradores de crescimento económico, motores da modernidade em lugares considerados remotos e atrasados, os CCA são igualmente lugares de potencial acumulação, de alianças entre elites domésticas (nacionais e locais) com o capital empresarial privado nacional e internacional, de intervenção de instituições financeiras e “doadores” internacionais. Os projectos que orientam a criação dos corredores são frequentemente concebidos para fornecer mais do que um tipo de infra-estruturas, bem como para alimentar mais de um sector. Não é fácil convencer os investidores a financiarem infra-estruturas puramente para alimentar o sector agrícola, devido aos riscos envolvidos. Assim, em muitos corredores, a extracção mineral e o desenvolvimento agrícola tornam-se ligados e como parte do desenvolvimento dos corredores, principalmente na actual era de *boom* de recursos minerais e cultivo de *commodities* agrícolas (Chome, Gonçalves & Scoones, 2020). Este recente interesse

e implementação dos corredores carrega consigo processos e dinâmicas relacionais entre os diferentes actores e investidores na prossecução dos mesmos. Juntos, estão a reconfigurar as relações sociais, económicas e espaciais nos lugares em que existem corredores no continente africano. Ou seja, estas intervenções estão e vão trazer transformações que impactam positiva e negativamente nos lugares e nas pessoas desses lugares.

As abordagens espaciais que estes corredores reflectem estão articuladas com a iniciativa *Grow Africa*, lançada em 2011, pela UA, NEPAD (Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) e AGRA), FEM, o G8 (NAFSN) e o G20 como plataforma para promover PPP e/ou triangulares entre África, parceiros relacionados e o sector privado. Por meio desta iniciativa, a atracção de investimentos deve estar alinhada com os planos nacionais de investimento na agricultura e promover cadeias de valor agrícolas específicas no continente, em Moçambique, por exemplo, por meio do PEDSA e do Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA). O papel da iniciativa, entre outras questões, é ligar empresas transnacionais agrícolas sediadas em África com empresas nacionais, numa perspectiva de adquirir produtos localmente dos pequenos e médios produtores (Byiers, Molina & Engel, 2016; Fink, 2014; Kato, 2019; Nogales, 2014; Mosca, 2015; Obenland, 2014; Paul & Steinbrecher, 2013).

Neste sentido, cerca de 28 empresas multinacionais e agroindustriais globais, de várias áreas e interesses, em conjunto com o FEM, adoptaram, também em 2011, a Nova Visão para Agricultura/*New Vision for Agriculture* (NVA) que se enquadra na iniciativa *Grow Africa* (Nogales, 2014; Paul & Steinbrecher, 2013). Estas empresas são tidas como parceiras na implementação dos corredores no continente, principalmente pelo facto de os países africanos apresentarem pouco orçamento público para reabilitar e/ou construir os corredores e, consequentemente, recebem muita atenção e investimento financeiros expressivos, com a justificativa de transformar regiões supostamente “atrasadas”. A presença dessas empresas dá a dimensão transnacional e globalizada dos processos transformativos que ocorrem nos corredores africanos, no geral, e no sector agrícola, em particular.

Estas empresas representam toda uma cadeia de abastecimento de mercados globalizados, que vão desde sementes, fertilizantes, insumos químicos, produção, transformação, processamento, transporte e comércio até aos supermercados. Esse universo de empresas evidencia que os principais grupos industriais do sector de alimentos e agronegócios do Mundo estão cada vez mais interessados no continente africano. A rede de empresas e a indicação do país sede pode ser evidenciado no quadro seguinte:

Nomes das empresas	País sede/origem
Archer Daniels Midland Bunge Limited AGCO Corporation Cargill CF Industries Coca-Cola Dupont General Mills Kraft Foods Monsato PepsiCo The Mosaic Company WalMart	Estados Unidos da América (EUA)
BAYER AG Metro AG BASF	Alemanha
Uniliver Diageo	Reino Unido
Heineken Louis Dreyfus Company Rabobank Royal DSM	Holanda
Maersk	Dinamarca
Nestlé Swiss Reinsurance Syngenta	Suíça
SABMiller	Bélgica
Yara International	Noruega

Esta rede de empresas é composta por gigantes dos sectores nas quais operam individualmente, representando o interesse do capital internacional no continente africano, especificamente dos seus recursos e das potenciais facilidades de alcançar um mercado diverso e globalizado pelos corredores. Ou seja, o investimento que essas empresas aplicam levará à melhoria das condições de vida das populações nas quais os empreendimentos estão a tomar lugar ou seguirá uma lógica capitalista que pretende lucro e ganhos económicos para essas empresas – todos ganham ou uns ganham e outros perdem? Isto é algo que se deve explorar mais, uma vez que para Mosca (2015) e Nogales (2014), o envolvimento dos governos locais e das comunidades no desenvolvimento e nos planos de exploração dos corredores tem sido insuficiente, reflectindo-se mais para processos de priorização de megaprojectos agrícolas em detrimento do mercado interno, da segurança alimentar e soberania alimentar e nutricional, bem como da inclusão social.

Com essas empresas, são mais de 40 corredores que estão a despontar e que ocupam milhões de hectares de terras na África Subsaariana, divididos em três regiões, nomeadamente, África Austral, África Oriental e África Ocidental e Central. Estes corredores que proliferam por África, além das demais iniciativas estabelecidas para incentivar os CCA e das declarações dos países

africanos que visam fazer com que a agricultura seja prioritária por parte dos governos, também se relacionam com a declaração de Malabo, de 2014, sobre o CAADP e o compromisso para acelerar o crescimento agrícola e a transformação para partilha de prosperidade e melhoria das condições de vida. Essa declaração pretende catalisar o desenvolvimento agrícola no continente, particularmente por meio de infra-estruturas e ligações ao mercado. Isto significa aumentar os investimentos na agricultura, aumentar a produção, a produtividade e o emprego e, consequentemente, ligar a agricultura africana aos mercados regionais e globais, despertando o gigante adormecido da agricultura no continente (Byiers, Molina & Engel, 2016; The World Bank, 2009). Para Stein & Kalina (2019), estes corredores tornam a África Subsaariana um laboratório para iniciativas que pretendem associar os objectivos agrícolas a infra-estruturas de transporte, mineração e energia em regiões com investimentos em ascensão. No entanto, estes autores apontam que, embora muitas vezes considerados como uma invenção recente na era dos megaprojectos, os corredores são anteriores às tentativas académicas de os descrever, sendo que a forma como eles emergem actualmente nestas regiões do continente africano deve ser vista no âmbito de uma genealogia mais longa de desenvolvimento espacial, remetendo à exploração e ao controlo dos territórios durante a colonização.

OS CORREDORES DE DESENVOLVIMENTO E TRANSFORMAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

Moçambique dispõe de uma localização geopolítica e geoestratégica privilegiada, à qual se associam os corredores e as infra-estruturas dos mesmos. Uma leitura pela história do País revela que esse aspecto é muito antigo. Por exemplo, no século XVI, os portugueses estabeleceram relações comerciais com o Império Monomotapa (1325-1700), nas quais o factor localização sempre foi estratégico, sendo que era escala no comércio com a Índia e possibilitava distintas rotas comerciais (Kato, 2019).

No período colonial, os portugueses enraizaram as rotas comerciais como corredores que ligavam as colónias britânicas do *hinterland* com o Oceano Índico. Um facto histórico relacionado com a intenção portuguesa de fomentar corredores é a sua tentativa frustrada de estabelecer ligação entre as então colónias de Moçambique (Oceano Índico) e Angola (Oceano Atlântico), por meio de um corredor interior, chamado Mapa-cor-de-rosa, passando pela Zâmbia, Zimbabwe e Malawi, então colónias britânicas. Essa ambição levou à discussão sobre as possíveis fronteiras entre os dois colonizadores, culminando com um ultimato para que Portugal abandonasse a região disputada, o que frustrou a pretensão portuguesa (Fonseca, 2003; Kaarhus, 2018; Stein & Kalina, 2019).

Como apontámos antes, o País identificou e aposta actualmente em seis corredores, sendo que assumimos como os três principais os de Maputo, Beira e Nacala, nos quais se encontram

os três principais portos. Uma leitura dos três corredores mostra uma dinâmica comum aos restantes corredores da África Austral e Oriental, bem como da África Subsaariana, no que diz respeito à presença do capital transnacional e global, principalmente pela possibilidade de ligação com os mercados regionais e globais.

A leitura dos três corredores revela também que durante quase um século a estruturação da circulação moçambicana foi voltada para o exterior do seu território, por meio da construção dos seus principais portos e ferrovias, com o propósito de exportar e escoar a produção do *hinterland*. Segundo Fonseca (2003), a importância estratégica dos três corredores foi colocada em evidência durante a guerra civil. Porém, a actual política dos corredores parece querer dar continuidade a esse processo de se olhar para o exterior (Neto, 2017), principalmente porque desde a independência e o fim da guerra civil, a principal estrada e corredor de transporte, que liga o País de Norte a Sul (Estrada Nacional Número 1, N1), apresenta vários trechos sem condições para a transitabilidade de pessoas, mercadorias e bens.

Há muitas partes interessadas num corredor. Dessas partes, estão inclusos os governos nacionais, interessados na capacidade de o corredor facilitar o desenvolvimento do potencial económico não realizado numa determinada região do País, bem como para promover a integração regional com os países vizinhos e com o Mundo. Além dos governos, intervêm também instituições financeiras e “doadoras” que investem ou planeiam investir num corredor, bem como autoridades portuárias e aduaneiras, logística de transporte, consumidores, empresas e comunidades locais. No entanto, o peso dessas partes varia com a evolução do corredor, enquanto algumas estão presentes ao longo de todo o corredor, outras estão envolvidas apenas em determinadas fases (Hope & Cox, 2015).

O Corredor de Nacala despertou nos últimos anos atenção na África Oriental e Austral, bem como do “mundo”, originando muito debate e interesse da sociedade, muito por conta da tentativa de implantação nessa região do Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical no Norte de Moçambique (ProSAVANA). Com o ProSAVANA, projectava desenvolver-se a agricultura praticada ao longo do corredor e fazer surgir uma nova fronteira agrícola. Uma das coisas que este programa realçou e que atraiu o interesse da região são as potencialidades da terra agricultável existente, comparada ao Cerrado brasileiro. Estudos, trabalhos académicos, conferências, movimentos de contestação, entre outros eventos aconteceram nos três países envolvidos no programa, Japão, Brasil e Moçambique (JBM). No entanto, era um programa que se enquadrava nos discursos que justificam a recente aposta em África nos CCA.

Para Kato (2019), este corredor tem revelado ser um caso privilegiado de análise e um importante meio de expansão das fronteiras de acumulação de capital e de expropriação de terras, numa articulação PPP, na qual se reforçam as narrativas de desenvolvimento e de transformação da agricultura tradicional em moderna. Desde o início da construção do mesmo, surgem, ao

longo do corredor, dinâmicas de expropriação de terras e de conversão da terra de formas tradicionais de uso para formas mais comerciais. Sendo o Estado activo no planeamento e operacionalização, é quem define e institucionaliza os arranjos financeiros que permitem a construção de infra-estruturas, definindo o tipo de financiamento e/ou empréstimos, o grau possível de endividamento e como fazer uso dos empréstimos (Chome, Gonçalves & Scoones, 2020; Kato, 2019; Nogales, 2014). Para Kalina (2017), do ponto de vista do Estado moçambicano, o agrupamento de megaprojectos como CCA é uma forma de trazer mudanças substanciais à região do Corredor de Nacala, mas os investimentos dentro do corredor são uma forma oportunista de beneficiar da exploração dos recursos minerais e reforçam a percepção do Governo sobre o papel de vários actores no processo de desenvolvimento, incluindo o Estado, o sector privado e “doadores”.

Analizando este corredor e a reabilitação de uma das principais estradas que liga as províncias de Niassa e Nampula, a Estrada Nacional número 13 (N13), principal corredor de transporte rodoviário de passageiros e mercadorias entre essas províncias, Kalina (2017) aponta existir uma relação Estado-Cidadão que se caracteriza pela não participação das comunidades e populações, hierarquização e paternalismo. Aspectos que servem para afastar os cidadãos das iniciativas nacionais de desenvolvimento, facto que inibe os afectados pela implementação do corredor e a reabilitação da N13 de contribuírem substancialmente na negociação dos resultados do desenvolvimento local. Além disso, sendo o Corredor de Nacala a intervenção de desenvolvimento mais significativa que ocorre na região, este serve como extensão mais visível do Estado nas vidas das pessoas e comunidades afectadas.

Essa importância do corredor faz com que os “doadores”, como o Banco Mundial (BM) e o Departamento para o Desenvolvimento Internacional/ *Department for International Development* (DfID) do Reino Unido, acreditem que investimentos para reduzir os custos de transporte ao longo do corredor ajudariam e encorajariam maiores volumes de comércio, maior investimento em torno do corredor e maior diversidade económica. Assim, possibilitando a transformação económica com mais e melhores oportunidades de emprego tanto do lado do Malawi, do lado moçambicano, bem como dos países vizinhos que são alimentados comercialmente pelo corredor (Byiers, Karkare & Miyandazi, 2020).

Bruna (2019) destaca que as alianças estratégicas que se manifestam neste corredor, que apontamos acima pela lógica PPP, procuram proporcionar benefícios multilaterais, excluindo principalmente as populações e as comunidades mais pobres que representam a maior parte da população rural do corredor. Questiona a autora se os interesses dessas alianças coincidem com os interesses dos moçambicanos e se os mesmos promovem um desenvolvimento sustentável para a economia de Moçambique e para o bem-estar dos seus habitantes, como supostamente promovem nas economias de origem dos parceiros de cooperação e investidores. Neste sentido, o desenvolvimento rural e agrário coincidirá com o modelo

de desenvolvimento desenhado pelo investidor (do topo para base), caracterizado por uma acção capitalista de origem estrangeira de exploração dos recursos e numa aliança com elites políticas locais, enfatiza a autora. Neste sentido, como destacam Garcia & Kato (2016), todas as transformações e mudanças que acontecem no corredor anunciam a nova lógica de infra-estruturas e dos territórios que passam a estar mais interligados às dinâmicas dos mercados internacionais e aos megaprojectos agrícolas e de exploração de recursos minerais, do que aos ritmos da vida e da produção das comunidades atravessadas pelo corredor.

Embora o corredor se vá consolidar em torno da extracção do carvão, um dos principais motivos para a sua criação é impulsionar o sector agrícola e a agricultura, conectando às cadeias de valor globais. Esses elementos, a extracção mineira e o desenvolvimento agrícola fazem com que o Corredor de Nacala seja o principal e promissor projecto de desenvolvimento no Norte do País. No entanto, Kato (2019) resume três momentos que interferem e que se devem ter em conta na leitura das transformações sociais no Corredor de Nacala. **Primeiro:** anos 2000, destacado pelo *boom* de *commodities* e investimentos estrangeiros, com destaque do investimento brasileiro, principalmente da VALE, e a criação do Fundo Nacala; **Segundo:** 2017, destacando a recuperação do preço do carvão e seus problemas associados, liberação dos fluxos da economia e impactos em comunidades agrícolas e; **Terceiro:** 2019, manifestações, por parte da VALE de querer deixar as actividades em Moçambique; Aos quais acrescentamos um **quarto:** 2020, o fim do ProSavana e lançamento do SUSTENTA que ganhou âmbito nacional, pois era implementado, desde 2017, em alguns distritos das províncias de Nampula e Zambézia, que juntas cobriam mais de metade dos distritos nos quais o ProSAVANA seria implementado.

As três províncias que fazem parte do Corredor de Nacala são identificadas como tendo potencial agrícola enorme. Em conjunto, perfazem aproximadamente cerca de 10 milhões de habitantes, correspondente a quase 35 % da população total do País. Desses cerca de 10 milhões, a província de Niassa corresponde a 18,5 %, Cabo Delgado a 23,3 % e Nampula 58,2 %, por sinal a província mais populosa do corredor e do País. Quanto aos índices de pobreza, as três províncias têm taxas acima da média nacional (46,1 %), Cabo Delgado (50 %), Nampula (65 %) e Niassa (67 %). No que diz respeito aos índices de desnutrição crónica e insegurança alimentar, também se encontram acima da média nacional (43 %), sendo que Niassa possui uma taxa de 43,6 %, Nampula 50,1 % e Cabo Delgado 51,4 %, respectivamente. Estas três províncias estão entre as regiões mais remotas e pobres do País (ADIN, 2021; INE, 2019; INE, 2021; Kalina, 2017). Em trabalho de campo, Garcia & Kato (2014) constataram que, ao longo do corredor, os camponeses mantêm os seus sistemas de produção alimentar de base familiar, camponesa e comunitária, bem como desenvolvem os seus modos de vida, cultura e tradições. Ainda sobre a questão socioeconómica, apontam que a região apresenta também um cenário de ruas pouco asfaltadas, ausência de saneamento, a pobreza, as moradias precárias, a falta de mercados para a produção local e o elevado custo de vida que denunciam o grau de concentração

do crescimento económico e a distância que esse processo tem de uma marcha efectiva de desenvolvimento económico e social. O mau estado da rede rodoviária da região tem tido sérias implicações, particularmente para o sector agrícola, visto que grandes áreas do País, especialmente as zonas produtoras de excedentes alimentares do Norte, continuam mal integradas aos mercados nacionais. Consequentemente, ainda é mais barato para o Sul, maior consumidor de produtos agrícolas do País, importar alimentos da África do Sul, enquanto os excedentes alimentares no Norte tendem a ser exportados para países vizinhos e/ou para o estrangeiro pelo Porto de Nacala (The Economist Intelligence Unit, 2007).

A província de Niassa, dos seis corredores prioritários do País, é atravessada por dois Corredores de Desenvolvimento, designadamente o Corredor Pemba-Lichinga e o Corredor de Nacala. Nos dois corredores está patente a ideia de que é preciso desenvolver o País, as regiões e as comunidades. Além das narrativas relacionadas ao desenvolvimento do agronegócio que orientam o Corredor de Nacala, o Conselho de Administração do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) aprovou uma subvenção para a primeira fase de desenvolvimento de uma Zona Especial de Processamento Agroindustrial do Corredor Pemba-Lichinga. Um projecto transformacional, que visa melhorar a produtividade agrícola e desenvolver o agronegócio na província do Niassa. Ademais, esse projecto basear-se-á numa longa lista de intervenções do Banco no Norte do País, para o fornecimento de infra-estruturas e vai desbloquear, a partir desta província, o potencial agrícola do Corredor de Nacala (Carta, 2022).

A agricultura é uma das principais prioridades de desenvolvimento da província de Niassa. Existem mais de 21 milhões de hectares de terra agriculturável e com clima favorável à actividade agrícola. A estrutura económica é essencialmente agrícola, seguida da pesca. O peso da agricultura nessa estrutura é de cerca de 80 %, constituindo a principal e maior fonte de emprego e renda familiar, tal qual as restantes províncias do corredor. A agricultura predominante é de subsistência, tendo 47,1 % da população activa praticando e com uma taxa de ocupação de somente 7,1 % da área total da terra arável. Para alimentar o sector agrícola, a província dispõe de 35 sistemas de irrigação, dos quais 26 operacionais, com capacidade de irrigar 1223 hectares cada (Governo da Província do Niassa, 2017).

De acordo com os dados do Inquérito sobre Orçamento Familiar (IOF) – 2019/20, do total da população activa de Niassa, 87,2 % dedica-se à agricultura, silvicultura e pesca; 4,8 % ao comércio e finanças, 3,5 % a outros serviços e os restantes aos diversos sectores (extracção de minas, indústrias manufactureiras, energia, construção, transporte e serviços administrativos). Comparando com os dados do IOF (2014/15), houve um aumento da população activa nos sectores da agricultura, silvicultura e pesca, que era 78,1 %, enquanto o comércio e finanças (9,6 %) e outros serviços (7 %) reduziram (INE, 2021), o que reforça a importância que o sector da agricultura tem ou pode ter no processo de desenvolvimento da província.

O IOF (2019/20) não traz dados sobre incidência da pobreza nas províncias, mas o Governo da Província do Niassa (2017) indica que a incidência da pobreza em 2015 era de 63,3 %. Essa taxa de pobreza estava acima da média nacional que era de 59,6 %, sendo a mais alta do País. Essa taxa alta devia-se ao crescimento exponencial da população, à constante maleabilidade dos principais indicadores de pobreza e à limitação do poder de compra dos seus habitantes. No entanto, apesar da existência de um vasto leque de potencialidades naturais para impulsionar um desenvolvimento socioeconómico rápido e sustentável, a província ainda tem desafios nas componentes ligadas com *déficit* de infra-estruturas sociais e económicas básicas. Esse *déficit* influencia para uma lenta atracção de investimentos e financiamentos, fora dos elevados níveis de pobreza. Além, claro, de ser reflexo da ausência de políticas públicas para impulsionar o sector, no País como um todo.

Apesar da reconhecida e assumida importância da agricultura na economia da província, não existe uma atracção de investimentos para a agricultura comercial e indústria de agro processamento. Contribui para isso a inexistência de mecanismos funcionais de promoção e *marketing* das potencialidades de desenvolvimento da província; insuficiência de armazéns e silos para a conservação de produtos agrícolas; deficientes vias de acesso e de transporte a partir dos locais de produção até aos mercados, bem como grandes distâncias dos principais mercados, especialmente de consumo e da área de comércio; grande parte da população vive da agricultura, mas é apenas de subsistência; baixo aproveitamento do potencial de irrigação existente; falta de disponibilidade atempada e acessibilidade dos insumos necessários para alcançar as metas de produção, entre outros aspectos, destaca o Governo da Província do Niassa (2017).

As dificuldades que o principal sector da economia da província (e do País) apresenta, suplantadas poderiam potencializar o desenvolvimento da província, bem como aumentar as capacidades de uma vida saudável. Essas capacidades passariam, de acordo com o Governo da Província do Niassa (2017), pelo aumento da produção em grande escala e com qualidade para satisfazer as necessidades da demanda e garantir a segurança alimentar e nutricional da população; pelo aumento da cobertura de provisão de energia eléctrica na província de 17 % para pelo menos 37 %; pelo aumento da cobertura dos serviços de saneamento no meio rural de 32,7 % para 75 % e de 23,6 % para 90 % no meio urbano; pelo aumento da cobertura de provisão de água rural às comunidades de 42 % para 75 %; redução da distância média percorrida por um paciente para ter acesso aos serviços de saúde, que é de 15,2 km, contra os 8 km recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS); e expansão dos serviços financeiros e bancários nas zonas rurais.

Os aspectos e os desafios que a província do Niassa tem, que acima arrolamos, servem como indicativo da situação na “corrida” ao desenvolvimento no corredor, que não se difere do corredor como um todo. No entanto, para o Governo da Província do Niassa (2017), há um

certo optimismo por parte da província ao colocar a mesma na rota do desenvolvimento económico e social, nacional, regional e internacional e, consequentemente, contribuir para a melhoria das condições de vida das populações de Niassa, em particular, e do País, no geral. Aqui, a integração comercial e física da província na região Norte do País e com os países vizinhos (Malawi e Tanzânia), por meio dos corredores de Nacala e *Mutzwara*, são um elemento catalisador no processo de desenvolvimento. Esse aspecto é indicativo que tanto ao nível nacional como provincial há uma confiança e entusiasmo no modelo de desenvolvimento que tem os corredores como pilares, cuja implementação é sempre apontada como benéfica para as comunidades, mas sem indicação de como os modos de vida locais não serão “anulados” pelo modelo ou de como são integrados no modelo.

CORREDOR DE NACALA: POTENCIAL, PERSPECTIVAS E EXPECTATIVAS COMUNITÁRIAS EM NIASA

«Queremos também que este Corredor Logístico venha catalisar o surgimento de iniciativas empreendedoras que visem melhorar a qualidade de vida das populações ao longo do seu percurso.»
(Nyusi, 2017:5)

O Governo do dia tem no corredor, pelo extracto acima, uma componente que estimule iniciativas e investimentos que se manifestem por infra-estruturas e com as mesmas existe a esperança de que melhorem as condições de vida das comunidades atravessadas pelo corredor. Neste sentido, o corredor passa a ser visto como uma acção do Governo que serve “um propósito público” ou um “interesse nacional” de promoção de “desenvolvimento”.

Nas páginas que se seguem, vamos discorrer e discutir sobre os dados que a revisão da literatura e o trabalho de campo nos proporcionaram. Esses resultados são compreendidos como manifestações de processos de transformação social, de desenvolvimento e/ou de desejo do mesmo na província do Niassa como um todo, particularmente dos distritos e das comunidades que visitamos. Partimos do princípio de que as manifestações abaixo apontadas são e estão directa e/ou indirectamente relacionadas com as narrativas que promovem a implementação dos Corredores de Desenvolvimento e respectiva transformação em CCA, em África e em Moçambique.

É nossa pretensão olhar para a situação desta província no que concerne ao desenvolvimento rural e agrícola, à transformação social e à materialização das ideias dos CCA como um diálogo entre processos sociais locais, nacionais, transnacionais e globais que a perspectiva analítica antes apresentada se orienta. Ou seja, tomamos Niassa como um espaço localizado, do corredor, para entender as transformações sociais e económicas, especialmente para a análise da influência que essas transformações exercem e podem exercer sobre o sistema das

relações sociais, das diferentes disposições e das formas de ser e estar dos que habitam esse lugar, principalmente o seu meio rural (Bourdieu, 1979). Na medida em que um dos nossos entrevistados procura destacar que:

«Não se olha Niassa como um elefante adormecido, mas sim olhemos Niassa como mais um polo de Moçambique (...). Se for a reparar as imagens que dão no exterior de que Moçambique está a desenvolver, desenvolvimento é concentrado em Maputo, mas se nós andamos dentro de Moçambique vai sentir que nós ainda temos grandes desafios.»

A localização geográfica de uma comunidade rural, a sua base de recursos, a sua trajectória ao longo da história do País e outras características determinam o seu potencial de crescimento e desenvolvimento económico e social (Midmore *et al.* (2010). No entanto, Kalina (2017) evidencia que nenhuma parte do País está mais longe de Maputo, mais longe das influências modernizadoras exercidas pelo Governo central do que a região Norte (províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa), como, por exemplo, é das regiões menos electrificadas no País. Este facto é apontado como consequência, em grande parte, das limitações da rede de distribuição de energia eléctrica da região e à pobreza dos seus residentes. Este autor acrescenta que, embora as províncias tenham mostrado sinais de desenvolvimento económico em certos sectores, muito em conta da exploração de recursos e infra-estruturas nos últimos anos, a pobreza continua a ser generalizada.

O facto de a região Norte apresentar índices de desenvolvimento nada próximos ao Sul, principalmente de Maputo, evidencia aspectos de assimetrias regionais no País, pois indicamos que temos, por um lado, o Norte do País negligenciado e, por outro, Niassa ainda mais negligenciada. Para Whebell (1969), citado por Stein & Kalina (2019), a lógica subjacente à implementação e ao desenvolvimento dos corredores, no qual incluímos os CCA, tanto em economias consideradas avançadas, como em economias consideradas em desenvolvimento, é a de criar condições que impulsionem vantagens competitivas que resultam em investimentos. Principalmente em áreas nas quais o desenvolvimento não ocorreu “naturalmente”, com destaque para as regiões anteriormente negligenciadas. Os depoimentos seguintes reforçam essa situação de Niassa “negligenciada”, em termos de desenvolvimento agrícola que se advoga somente ser possível com entrada de investimentos:

«Mas o investimento se nós formos a comparar para Nampula, Chimoio, nós temos visto grandes investimentos na zona centro, principalmente em Chimoio, que também tem condições agroecológicas próximas de Lichinga, mas se formos a comparar em termos de investimento é muito pouco que há em Lichinga. Então eu ia olhar mesmo essa questão de investimentos que poderiam ser adicionais à produção que desincentivam àqueles que poderiam produzir mais... E aí também iria associar

a questão política, que acho que havendo uma política, Niassa sendo parte do nosso País, havendo interesse em potenciar esse desenvolvimento, então poderia ali haver alguma possibilidade de uma intervenção por parte do Governo e assim poderia talvez criar essa facilidade de outros investimentos poderem fazer um pouco mais do que temos visto. Então eu não vejo grande coisa, se não estas componentes.»

Se comparar Niassa com as outras províncias pode sentir que nós estamos a ficar atrás, porque isso tem a ver com os investimentos do País... orientação dos investimentos. Vou dar exemplo concreto, há 10 anos atrás Inhambane estava atrás de Niassa, hoje Niassa está atrás de Inhambane, porquê? Porque foi orientado investimento directo as pequenas e médias empresas foram fixadas primeiro para Inhambane, por essa razão que [em] Inhambane temos associações que processam a mandioca até ao último ponto da cadeia de valor, mas Niassa esses investimento ainda não chegaram, aí poderá servir no vosso ponto de estudo que é preciso orientar os investimentos para o Niassa.»

Niassa continua das províncias menos povoadas e desenvolvidas do País. O objectivo de fazer dessa província um modelo e exemplo na luta contra o subdesenvolvimento não foi alcançado, destaca Quembo (2017). No entanto, a pretensão de melhorar as condições de vida das populações é predominante nos discursos, programas e iniciativas políticas no País, no âmbito nacional e local. O investimento em iniciativas como as dos corredores não foge à regra.

A revisão da literatura e os dados do campo indicam que a confiança em iniciativas e investimentos estrangeiros, para o modelo de desenvolvimento desejado, estão, aparentemente, aquém das potencialidades agrícolas da província e do corredor como um todo. Nesse sentido, a fraca manifestação de investimentos e de iniciativas que são vistas como sinónimos de desenvolvimento, como podemos constatar nos depoimentos apontados anteriormente, é vista como estando a reforçar a ideia das assimetrias regionais no País e de que possivelmente não estamos diante de uma estratégia de desenvolvimento integrado olhando para o País como um todo.

Acredita-se que os CCA podem ter uma vasta gama de objectivos, desde o aumento de investimentos e da produção até à realização de mudanças de sistemas que liguem os pequenos produtores a cadeias de valor integradas (Byiers, Molina & Engel, 2016). No entanto, os investimentos, especialmente os de capital privado e/ou das PPP (nacionais e estrangeiras) tendem a ser os que mais assumem relevância, sobretudo em cenários e situações em que o investimento público é escasso para atacar o desenvolvimento da agricultura e outros sectores. Olhando para o CCA de Nacala como um todo, Catsossa (2020) aponta a existência de sinais de profundas transformações sociais e espaciais causadas pela entrada massiva de estratégias agrícolas (ou simplesmente de iniciativas viradas para o agronegócio), mas com fraca incidência na melhoria da pequena produção.

As entrevistas tendem a colocar como obstáculos à entrada de investimentos o problema das infra-estruturas, principalmente das estradas. Assim, a melhoria desse tipo de infra-estrutura, além de servir como transformação espacial da província e dos distritos atravessados pelo corredor é apontado como possível mobilizador para que entre, na região, capital agrícola privado (nacional e estrangeiro), sem sequer pensar na melhoria e benefícios dos sistemas produtivos locais. No entanto, olha-se para essas infra-estruturas sem pensar em como beneficiariam os locais, mas sim os investimentos de capital privado e estrangeiro.

Sobre a questão de estradas, por exemplo, Byiers, Molina & Engel (2016), destacam as condições delas entre os factores-chave que podem suscitar interesse pelos CCA, pois elas podem elevar os custos de transação e das trocas nos países em desenvolvimento, particularmente em África. Para estes autores, no continente a densidade de estradas pavimentadas ou asfaltadas é baixa, fazendo com que os custos de transporte estejam entre os mais elevados do Mundo, factor que coloca um enorme obstáculo ao investimento, crescimento da produtividade e integração ao mercado. Portanto, com foco nos mercados externos, advoga-se que a melhoria das estradas pode fazer com que os corredores propiciem oportunidades de reforçar os fluxos comerciais intra e extra-regionais ligando o mercado local, regional e nacional aos mercados internacionais. Referenciamos antes que Garcia & Kato (2014) apontaram, entre outros aspectos, as vias ao longo de Corredor de Nacala como pouco asfaltadas. Especificamente em Niassa, Neto (2017) reforça que cerca de 87 % das estradas eram de terra batida e a rede rodoviária da província é a menos asfaltada do território moçambicano. No entanto, para este autor, isso não significa que as estradas sejam consideradas as mais precárias do País. Acrescenta que quase 80 % das estradas são consideradas boas ou razoáveis, em contraste com outras províncias do corredor, que não possuem nem 20 % de estradas consideradas boas. Segundo a The Economist Intelligence Unit (2007), o mau estado das estradas na região tem implicações para o sector agrícola, porque as regiões que produzem excedentes alimentares no Norte do País estão mal integradas aos mercados nacionais. Contudo, o actual foco nos corredores e suas infra-estruturas tem um direccionamento mais para o exterior do País.

A N13, uma das principais estradas da província e que integra este corredor, que além de permitir a ligação entre a região Norte e Sul da província, também permite a ligação com a província de Nampula, estava em reabilitação, sendo que o último troço, Muita-Cuamba, foi recentemente terminado e inaugurado pelo Presidente da República. No entanto, ainda durante o trabalho de campo, constatamos que o distrito de Cuamba, um dos mais produtivos da província, considerado distrito celeiro e com título de capital económica, tinha as principais vias e as do centro do distrito igualmente em processo de colocação de asfalto. É preciso enfatizar que o distrito de Cuamba adquiriu esse estatuto em 1986 e passou à categoria de Município/Autarquia em 1998, participando assim das primeiras eleições para presidente de Município/Autarquia no País, portanto, foram precisas mais de três décadas para essa

asfaltagem. Algo que podemos verificar no depoimento que se segue, que ao mesmo tempo dialoga com a questão de assimetrias relativamente à construção de infra-estruturas:

«Vou dar outro exemplo muito visível, que é a reabilitação das vias de acesso, Inhambane está muito avançado, mas Niassa só agora estamos a correr, por essa razão que vê Cuamba ser asfaltado. Cuamba-Lichinga pelo menos conseguimos andar três/quatro horas de tempo, antigamente saía de Cuamba para Lichinga fazíamos 20h de tempo, é com possibilidade... saí eu, eu pessoalmente saí daqui 5 horas para chegar em Mandimba, que são sensivelmente 150 km, 5h do dia seguinte, acontecia [isso].»

No entanto, como aponta Fonseca (2003), a intervenção numa rede de transportes, como a construção ou reabilitação de uma infra-estrutura, pode ter efeitos positivos directos, efeitos negativos ou ter efeito neutro, nada se altera substancialmente sobre a região afectada. Sendo que, um projecto de uma infra-estrutura pode vir implementado não por razões económicas, ou seja, na sequência de uma avaliação custo-benefício positiva, mas por questões políticas e/ou sociais e de estratégia a longo prazo, acrescenta a autora. Nesse sentido, esse investimento nas estradas pode não ter que ver com o desenvolvimento dos produtores locais directamente, mas sim, preparar o terreno para a desejada atracção de investimento e de investidores estrangeiros. Os extractos seguintes evidenciam como a questão das estradas, para os entrevistados, são um empecilho para atrair investimentos e investidores na província:

«Depois como estamos também numa zona que, comparada com outras províncias, desprivilegiada em termos de localização para termos acesso, por exemplo, a zonas urbanas, é uma grande distância e isso também vai acarretando custos. Provavelmente esses investidores estejam a olhar neste sentido, se eu vou produzir lá, ele tem essa possibilidade de produzir no Niassa, ao mesmo tempo, Nampula onde ele facilmente tem acesso. Então ele vai jogar, então porque vou produzir no Niassa enquanto tenho essas todas dificuldades de acesso, tudo mais. Então ele opta... porque há disponibilidade de terra. Então ele vai produzir lá, ele aqui... Nós ficamos sempre à espera de que pelo menos esses centros, digamos, fiquem suficientemente ocupados e que não haja mais espaço e aí talvez comecem a pensar no Niassa. Então, acaba não ajudando o escoamento de produtos, por exemplo, para Nacala que é se calhar o mercado mais próximo para nós e acessível, e iria... isto iria crescer mesmo se houvesse investimentos por parte de grandes empresas que quisessem produzir como tal, mas o escoamento dos produtos se houvesse sempre (...).»

«Uma das coisas que não atrai os investidores são as vias de acesso, esse é o grande calcanhar de Aquiles. Só para transportar aqui produtos de Lichinga à Nampula ou Nacala os custos são muito elevados e as vias de acesso são muito precárias, mesmo das zonas de grande produção para as

zonas de concentração, que são os mercados, não é fácil. Então para um grande investidor vir a Niassa, pensa por duas vezes, como ir a Niassa, como chegar, e quando chega em Niassa devemos ter uma carta de projectos para não dar muito trabalho aos investidores. Acções concretas, um plano onde é que a zona para expansão... agro-pecuárias, termos uma espécie de reserva de Estado que é para implementar os projectos. Então, só para os custos de transação daqui a Nacala via terrestre ou via linha férrea ou via-férrea são muitos altos, rondava no princípio, quando foi aberta a linha férrea estava mais ou menos 50 dólares por vagão, se não estou em erro, agora baixou a 30 dólares. Isso não é fácil, tens aqui três operações: ter de levar o produto do armazém para estação, estação para Nampula, Nampula ter que tirar da estação para o armazém.»

Se as estradas e outras infra-estruturas são tomadas como activadoras de investimentos na província, e de tal modo a tirar do suposto “esquecimento”, melhorar a sua posição na corrida ao desenvolvimento (no Corredor de Nacala e no País) e com isso proceder a transformações sociais, essa prioridade deve ser atacada em conjunto com os diferentes actores e interessados no desenvolvimento. Mas para tal, devem incluir-se as comunidades de maneira democrática e que elas tenham voz, deve ser prioridade, principalmente os pequenos produtores, de modo que o desenvolvimento destes não seja preterido em relação ao viés mais comercial e de exportação da agricultura. Na medida em que os projectos dos CCA têm priorizado megaprojectos agrícolas, deixando de lado o mercado interno, a garantia de segurança e soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional, bem como da inclusão social, espelhando um desenvolvimento excludente (Mosca, 2015; Nogales, 2014).

A ideia de corredores, como corredores de transporte, é antiga em Moçambique e tem o seu destaque no período colonial, com a construção das infra-estruturas que os envolvem. A transformação dos corredores em Corredores de Desenvolvimento (CD) e/ou económicos aconteceu na década de 1990 do século xx. No entanto, a transformação ou adopção do foco agrícola nos mesmos é algo com menos de duas décadas, portanto, relativamente novo. De tão novo que é raro ouvir ou ler algo oficial no País com referência aos CCA. Nem mesmo o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrícola (PEDSA), um dos principais instrumentos para o desenvolvimento da agricultura no País, que apontamos antes, tem os seis corredores nacionais como prioritários, não coloca esses corredores como CCA. Nem uma busca em páginas *web*, como, por exemplo, do Portal do Governo e do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), a designação aparece. Pode ser que se subentenda falar de CD como se estivesse a falar de CCA, mas não são a mesma coisa.

Nas nossas pesquisas por documentos oficiais não tivemos acesso a um documento, mesmo que generalizado, que se considere orientador sobre a implementação dos mesmos no País. Existem documentos e declarações regionais e continentais que o País segue. Neste sentido e em conformidade com a política da Nova Parceria para o Desenvolvimento de

África (NEPAD), principalmente pelas directrizes orientadoras dos Corredores Africanos de Crescimento Agrícola (AAGC) e do Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), os CCA em África foram entendidos como uma iniciativa especial de desenvolvimento que combina investimento, infra-estruturas e desenvolvimento socioeconómico das áreas por eles servidos. Existe, no entanto, potencial para que os corredores tenham impacto na agricultura em todo o continente. Muitas áreas continuam ocupadas por agricultores de subsistência com baixos rendimentos, os quais se deseja que sejam ligados aos mercados por meio de investimentos em infra-estruturas (Byiers, Molina & Engel, 2016; Nogales, 2014).

Para Stein & Kalina (2019), os emergentes CCA são frequentemente apontados pelos que os projectam, planeam e estudam como espaços existentes e actualizados. Contudo, empiricamente, o que é exactamente um corredor, como ele é imaginado e conceptualmente vivenciado diariamente é ao mesmo tempo subjectivo e variável. Essa convivência manifesta visões de mundo que dialogam com as expectativas que são construídas sobre o futuro, que fazer parte do corredor pode trazer. As mesmas, em algum momento, podem ou não articular-se com as narrativas que justifiquem a aposta num modelo de desenvolvimento sustentado pelos corredores. Nessa perspectiva, as iniciativas de desenvolvimento rural, como os CCA, são analisadas como um dos instrumentos de acção do Estado (e dos seus parceiros) e de expressão de visões de mundo em torno de recursos, de regras definidoras e consolidadoras de interesses específicos (Neves, 1998). É especificamente ao nível local que as transformações sociais e as conquistas do desenvolvimento, que o modelo adoptado almeja, se fazem ou farão sentir. Os depoimentos que se seguem evidenciam como a ideia dos CCA está ao nível dos funcionários públicos do sector da agricultura por nós entrevistados, bem como como para eles se articula com o pequeno produtor:

«Sei pouco dessa política. Mas sei um pouco ao alto nem, mas acredito que isso vai impulsionar de certa maneira as populações camponesas principalmente e não só... Primeiro deve-se partir na consciencialização das próprias populações, divulgar sobre o que é isso, como é... o que é que vai ser esse investimento do corredor de Nacala, o que é que vai... qual será o input para esses distritos e as províncias abrangidas. Enquanto não se sensibilizar, informar as pessoas, capacitar o que é que vai ser não haverá aderência por parte do produtor. Eu acho, por mim mesmo, que deve haver essa sensibilização, havendo sensibilização e acrescentando valor, havendo input de insumos agrícolas e mais, acredito que [vai] impulsionar no aumento de renda familiar, produtividade e assim para diante, e a pessoa pode mudar de vida... Eu não sei se já foi divulgado esse documento nessas zonas, eu pessoalmente li pouco, agora nunca estive envolvido nesse processo directamente, não sei se já foi divulgado o documento, não sei se as pessoas foram sensibilizadas sobre esse documento, sei um pouco, já li em algum [lugar] esse documento, foi uma vez, foi por curiosidade...»

Os corredores [em] nível de... é uma boa ideia e isso facilitaria aos produtores, temos aqui, por exemplo, o caso de Niassa temos dois corredores, Pemba-Lichinga e Pemba-Nacala (...). Não têm a noção que estão no corredor, na verdade são poucos que têm essa informação que estão dentro de um corredor. A divulgação é muito pouca, o número é menor das pessoas que têm conhecimentos dos corredores. Tem de divulgar o que é isso de corredor, quais são as vantagens, porque elas não sabem o que é um corredor, então esse é um trabalho que deve ser levado a cabo dia após dia, tendo em conta o nosso grupo-alvo são menos letrados. Alguns têm conhecimento porque estão próximos da via, se tu fores a ver logo ao longo da estrada estão a pôr lá as suas casas. Tem uma... a estrada antiga quando se passou agora a estrada alcatroada, eles já mudaram da zona onde estavam, estão junto...a ver o desenvolvimento, estão a aproximar-se ao desenvolvimento. Então, pouco a pouco eles vão tomando conhecimento o que é isso de corredor...»

Falar do corredor de desenvolvimento é uma área vasta e falar de corredor de desenvolvimento na área agrícola ou agrário tem que ver com aquilo que são actividades de campo, em particular aquilo que os produtores fazem, sendo a fonte de aumento de renda das famílias rurais, a base está assente na actividade agrícola. Na verdade, alguns produtores têm essa informação de corredor de desenvolvimento agrário... O que eu consigo ouvir deles, em Cuamba passou um projeto, esses da CLN [Corredor Logístico de Nacala], em que eles fazem a distribuição de insumos agrícolas, em seguida no momento de produção de sequeiro eles montam alguns [Campos de Demonstração de Resultados] CDR's. É uma forma de transmissão de técnicas, mas usando variedades melhoradas, como vários feijões. Eu já vi feijão pouco fino e grosso, já vi com eles a soja.»

Estes pronunciamentos, no primeiro momento, reforçam o que apontámos antes, de não existir um documento nacional que seja orientador do que é e de como se desenha a implementação dos CCA no País. Apesar de os entrevistados saberem que a província é atravessada por dois corredores, bem como das comunidades saberem que são atravessados por eles. É visível que os mesmos tendem a apresentar argumentos de que o corredor beneficiará, em algum momento, positivamente, o pequeno produtor. No entanto, não existe articulação com a narrativa de que os corredores atrairiam investimentos em agronegócio, sobre a transformação dos vários hectares em agricultura industrial e comercial, disponibilidade de maquinaria agrícola, insumos, nem das possibilidades de ligação e integração a mercados regionais e globais, como destaca a literatura (Batistella & Bolfé, 2010; Ikegami, 2015; Kaarhus, 2018; Paul & Steinbrecher, 2013; Smalley, 2017). Portanto, não se vislumbra nesses pronunciamentos uma articulação coerente sobre o conceito de CCA e nem do papel do Estado nesse processo, mesmo apontando-os como mecanismo para uma transformação estrutural da agricultura, isto é, mudança de uma agricultura de subsistência para comercial.

Assim sendo, esse corredor não expressando melhorias nos sistemas de produção das comunidades no entorno, pode igualmente manifestar formas distintas de expropriação de terras das populações rurais, que pouco têm em comum com a agricultura, como, por exemplo, desapropriação para fábricas, represas, zonas económicas especiais, parques industriais, indústrias de processamento, projectos de mineração, infra-estruturas privatizadas e projectos de habitação (Levien, 2014). Que implicam sempre deslocamentos físicos de pessoas e suas casas, como consequência de um programa de desenvolvimento (Castles, 2002). Ou seja, a desapropriação é «um processo interno e contínuo do desenvolvimento capitalista de qualquer país» (Levien, 2014:31). As falas seguintes, como as anteriores, continuam a não apontar elementos fortes para sustentar que existe uma ideia generalizada e comum sobre o que se entende por CCA, mas sim sobre os CD. No entanto, em algum momento, os pronunciamentos apresentam alguma ambiguidade no que concerne o entendimento por parte dos pequenos produtores de qual é a ideia dos corredores e, especificamente da componente agrícola dos mesmos.

«Bom, um e outro pode saber que está no corredor de desenvolvimento, mas precisa de um trabalho para o produtor... para poder sensibilizar, explicar, quer dizer, dar uma informação ao pequeno produtor em relação a este corredor, qual é a vantagem que o pequeno produtor pode tirar em relação a este corredor de desenvolvimento. Então, o produtor nem todos têm essa informação, mas precisam que eles estejam informados através dessas actividades que estão sendo realizadas nas associações e na cooperativa...»

«Essa parte aí, acho que já sabemos que nós estamos dentro do corredor de desenvolvimento que é esse, dizem, corredor de desenvolvimento de Nacala, nós já sabemos que nós estamos lá também, porque as nossas associações também estão dentro do corredor e somos capazes também de darmos essa informação que nós também, nesse corredor...»

E,

«Os dois corredores para nós são importantes, o corredor de Pemba está a facilitar [neste] momento, está a facilitar os camponeses escoar seus produtos em Pemba, [escoar daqui da província] vai para Pemba em Cabo Delegado, estamos a assistir isso. Se não fosse o conflito que existe lá, por causa que existem alguns produtores... pode não ir, mas os de Pemba saem lá com camiões e vêm comprar os produtos aqui e levam para lá. E o corredor de Nacala, também é um corredor estratégico, por exemplo, nós levamos produtos para Nampula, embora que havia perspectiva que o corredor de Nacala, por causa do ProSAVANA, mas um projecto que não aconteceu nada, só aconteceu outras províncias, estamos a falar de Nampula, mas aqui em Niassa não sentimos, sentimos um pequeno só... não sentimos tanto mais no projecto, mas também é um dos corredores que a gente confia, são corredores que a gente confia também esses dois, são corredores importantes para nós...»

Em outro nível dos entrevistados, a ideia dos CCA também não aparece clara e não segue a lógica e as narrativas que justificam a implementação dos mesmos em África e em Moçambique. Aqui mantém-se a ideia padronizada de corredor de transporte, de crescimento e/ou CD, na qual a questão da facilidade aos países do *hinterland*, para aceder ao Mundo comercialmente pelo mar, em algum momento é destacada. Numa primeira linha de argumentos, neste nível, observamos a manifestação de um cepticismo e crítica ao modelo de desenvolvimento que tem os corredores como ferramentas, porque se olha para o Corredor de Nacala como um investimento que acolhe a indústria mineira e sem interesses em atender a agricultura e ao pequeno produtor, como podemos constatar na seguinte fala:

«Yah, bem isso, isso... é aquela questão de perspectiva de modelo de desenvolvimento. Na verdade, a ideia dos corredores de desenvolvimento só para deixar um pouco patente isso, ele está sendo pensado (...), não no desenvolvimento horizontal, mas sim vertical, isto é, há uma tendência de se olhar o desenvolvimento de Moçambique (...) em Moçambique totalmente ajustado ao aproveitamento geográfico, olhando para questão do oceano, países do hinterland, quer dizer, há esta dependência e nós ficamos amarrados a isso. Yah, é um pouco difícil avaliar os impactos por uma razão muito simples, porque a linha férrea não foi construída na perspectiva de acomodar o cam-pesinato, é pura e simplesmente um corredor para o escoamento do carvão que sai de Moatize para Nacala, por causa da navegação, não sei quê, por causa das confusões que tinham lá na Beira, não sei quê, quê...»

Bem como o facto de o corredor ainda não ter investido em infra-estruturas, fora as vias de acesso, para atender a agricultura, como se observa na fala seguinte:

«Na situação que colocou mesmo sobre corredor, e por ser corredor é uma mais-valia esta, mas é essa parte que ainda nos preocupa bastante, o que é que está a falhar por ser corredor, o que está a falhar? Mas infelizmente o que é que está a acontecer com o nosso Moçambique que está sendo requisitado para prestar serviços de vias de acesso para o hinterland, mas, no entanto, aqui não há coisa visível nesta matéria, não está se a olhar para isto. Então, não se percebe alguém pensar em colocar o corredor de Nacala e montar lá todo o aparato, o aparelho possível para galvanizar a agricultura, o que é que precisa (...) e a partir do porto de Nacala, e encontrar infra-estruturas ferro-portuárias para receber, se vem o adubo de forma primária ou se vem o adubo de forma misturada nas indústrias e dizer tem lá, isso não existe...»

Enquanto as duas falas acima se manifestam críticas e cépticas sobre o papel do Corredor de Nacala no desenvolvimento agrícola, elas reforçam a visão de Selemane (2017:16) que toma a estratégia de desenvolvimento deste corredor como um todo, como mal sucedida devido

ao *modus operandi* neocolonial que os empreendimentos e grandes investimentos estrangeiros seguem, ou seja, a tentativa de implantar grandes projectos agro industriais em vastas áreas, sem consideração pela configuração territorial e nem socioeconómica dos locais nos quais os investimentos são realizados. Principalmente porque, para o autor, «a par da empresa Portos do Norte, o conjunto dos investimentos realizados no Corredor de Nacala serve para consolidar o padrão extrovertido da economia moçambicana: são empreendimentos que servem mais a interesses de fora do país do que de dentro». Na mesma perspectiva, para Smalley (2017), o desenvolvimento dos corredores só é possível porque actores dos sectores extractivos (e do agronegócio) foram capazes de expressar os seus objectivos estratégicos em termos espaciais. Este facto permitiu-lhes alinhar as suas ambições de expansão para novos territórios ou novos mercados com interesses dos governos nacionais e dos “doadores” internacionais.

Enquanto os governos vêm a disponibilização de infra-estruturas rurais como a chave para atrair investimentos, a componente de transporte dos CD continua, portanto, a ser um elemento central na sua concepção, destaca Smalley (2017), bem como no entendimento que os nossos entrevistados apresentam deles. Assim, essa ideia generalizada dos CD, na componente corredores de transporte ou suas infra-estruturas, reforça a ideia apontada antes pelos entrevistados de que Niassa não tem investimentos agrícolas e adicionais, tanto para estimular o crescimento económico, como expandir serviços sociais na província, por falta de estradas (Kalina, 2017).

Os pequenos produtores, nas suas associações, são os principais actores do processo aqui pesquisado, os quais tendem a ser os “menos ouvidos” e participantes nos processos de planificação, desenho e implementação de projectos de desenvolvimento e suas possíveis transformações. Assumimos que, em função do nível de instrução e formação académica, os membros das associações entrevistadas não apresentaram um discurso coerente e de quem sabe que é parte, principalmente, do que é um CD e a sua transformação em CCA. No entanto, ajuda a entender como as narrativas sobre os mesmos pouco dialogam com aquilo que são as ideias e os ideais por parte dos pequenos produtores entrevistados, bem como que os mesmos não estão conscientes do que se deseja implementar. Os pronunciamentos que se seguem evidenciam como está a visão de mundo desses actores sobre os corredores:

«Faz corredor... porque dantes a pessoa não conseguia deslocar-se [para] fazer seus negócios, mas agora com a estrada assim é corredor de desenvolvimento porque você ter negócio, você corre tempo e hora, vai vender...»

«Ouvia dizer, mas nunca participei, mas nunca participei, só ouvia dizer que há corredor de desenvolvimento, uma vez ouvia na rádio, outro nas outras pessoas, nunca assisti...»

«Normalmente, como dizer... como gostamos desse barulho [do comboio passando e dos camiões da empresa que reabilita a N13] porque o trabalho que se está a fazer é importante para nosso país...»

«Não, não pode falar mentira... Não passa corredor... passa comboio. Lá, a estrada é esse que seguiu essa recta aqui que quase nós estamos entre Lichinga e Marrupa, estamos no meio, meio é essa área. Agora a estrada que passou para Lichinga é esse, estrada que passou para Marrupa é esse, nós estamos aqui no meio, sim...»

E,

«Corredores de movimento, de desenvolvimento. Sim, ouvimos. Só esse corredor de movimento, só movimento associativo que ouvimos, movimento... Esse corredor, não sei se estou a entender, pode me explicar um pouco...»

Os relatos acima mesmo revelando uma ambiguidade em apresentar a ideia de CD e a inclusão da sua componente agrícola, deixa evidente um certo uso por parte dos entrevistados das infra-estruturas (estradas e caminhos-de-ferro) para fazer algumas actividades diárias. No entanto, estes relatos, bem como os de outros actores antes destacados, não apontam certezas sobre os pequenos produtores saberem que fazem parte do corredor. Esse facto indica a necessidade de encontrar os melhores termos de inclusão nos processos de desenvolvimento destes actores, que a ideia dos corredores propõe. Isso passa por ir além de melhoramento e/ou construção de infra-estruturas antes destacadas, mas de passar a informação que um CCA é mais do que um corredor de transporte, mas sim um conjunto de infra-estruturas e actividades que procuram melhorar a agricultura que se pratica nos lugares que são implementados, bem como melhorar as condições e qualidades de vida das comunidades em seu entorno.

Igualmente, esses relatos revelam que não são capazes de articular essa ideia generalizada de CD como corredores de transporte, com a construção de outras infra-estruturas importantes para a ideia dos CCA. Como, por exemplo, a existência de silos ou armazéns, infra-estruturas de processamento e transformação de produtos agrícolas produzidos nas regiões nos quais se localizam, bem como da ligação dessas infra-estruturas com a pequena produção. Sem deixar de lado o facto de o Estado não disponibilizar essas infra-estruturas, até ao momento, pode estar à espera que o sector privado lidere o processo, sendo que para tal vai ser preciso passar pelas terras das comunidades. Ou seja, se ao Estado cabe a gestão da terra, também a ele cabe desapropriar os sujeitos que nela se encontram em prol de um fim social ou económico chamado progresso ou desenvolvimento nacional, o famoso é para o “bem de todos” (Camana & Almeida, 2019). Portanto, a ideia de transformação do Corredor de Desenvolvimento de Nacala em um CCA não deve ignorar que a transformação do sistema dos modelos culturais e dos valores existentes nessas comunidades não devem ser vistos como resultado de uma combinação

lógica entre os modelos “importados” e os modelos originais/locais. Mas sim consequência das transformações sociais e económicas, que só se realizam pela mediação da experiência e da prática dos diferentes actores e das suas visões de mundo em relação ao modelo de desenvolvimento que se pretende implementar (Bourdieu, 1979).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação que nos fez elaborar esta reflexão sobre a perspectiva teórica que articula os processos de transformação social, de desenvolvimento rural e agrícola e de implementação dos Corredores de Crescimento Agrário (CCA), está relacionada com o facto de procurarmos compreender como estão as condições socioeconómicas e as visões de mundo dos pequenos produtores na província do Niassa, no Corredor de Nacala. Para tal, tivemos de adentrar nas experiências e vivências cotidianas das associações de produção criadas com o objectivo de colmatar certos obstáculos e desafios inerentes à actividade. Assim, assumimos que é privilegiadamente ao nível local e do maior subsector da escala de produção que as transformações sociais que o modelo de desenvolvimento que adopta os CCA como estratégia se fazem ou farão sentir.

Longe de elaborarmos uma análise acabada sobre as narrativas que justificam a implementação desses corredores no País, com o texto procuramos apresentar alguns elementos para um entendimento sociológico sobre o cotidiano das comunidades visitadas, bem como da relação desses processos com as narrativas sobre os corredores. As considerações finais aqui apresentadas são parte da compreensão proposta. No entanto, entender as condições socioeconómicas desses actores é uma forma de estabelecer um diálogo com a sociedade como um todo. Ou seja, o entendimento das transformações sociais desejadas ou ocorridas são igualmente um processo de compreensão das transformações sociais locais, nacionais, regionais e globais em lugares nos quais se vão implantando os CCA.

Os nossos dados indicam que, no País, a ideia dos corredores como corredores de transporte é antiga e parte da estratégia de dominação e colonização portuguesa. Com a independência, esses transformam-se em Corredores de Desenvolvimento e, mais recentemente, é incorporada a vertente agrícola, adoptando a designação de corredores de CCA. No entanto, mesmo que sustentados pela mesma base de infra-estruturas de transporte e logística, não são a mesma coisa. Os últimos são considerados meios de atrair investimentos para promover o desenvolvimento e transformação estrutural do sector agrícola das regiões envolventes, bem como do País como um todo.

Mesmo com a evolução transformativa desses corredores, no que diz respeito ao CCA de Nacala, os nossos dados indicam que a noção do que é e se a grande maioria dos entrevistados sabem que são parte integrante do mesmo é, de forma, genericamente fraca ou inexistente,

principalmente se articulados com os objectivos de sua implementação. No entanto, o facto de ser um modelo de desenvolvimento relativamente recente, bem como da não existência de um documento oficial do Governo Moçambicano que seja orientador sobre a ideia dos mesmos, pode estar na razão desse quadro ténue de conhecimento, principalmente entre os pequenos produtores. Ou seja, o conhecimento de investimentos de capital estrangeiro e a ideia de corredores é algo ao nível do topo dos entrevistados e muito pouco na base, o que revela uma fraca participação desse processo, bem como de exclusão nas discussões sobre o desenvolvimento por parte dos pequenos produtores.

Assim, há uma necessidade de massificar a mensagem sobre este modelo de corredores e de desenvolvimento, principalmente entre os pequenos produtores de subsistência, procurando com que o mesmo se articule aos objectivos presentes e futuros destes últimos. Essa desarticulação remete para uma lógica de desenvolvimento não endógena, bem como estes correm riscos de ter de lidar com os efeitos perversos e inesperados de um modelo de desenvolvimento que não conhecem, ou seja, as perspectivas futuras dos visados podem não ter um fim conscientemente desejado pelos mesmos, bem como poderão ter de conviver com consequências imperceptíveis desse desenvolvimento.

Ademais, as entrevistas destacam as vias de acesso como um dos principais obstáculos para a fraca atracção de investimentos na província. Um dos obstáculos é o pouco investimento em infra-estruturas logísticas de apoio a produção, como, por exemplo, silos e armazéns que tem influenciado negativamente o processo produtivo dos pequenos produtores. Portanto, há uma intervenção fraca do Governo em infra-estruturas que atraíam investimentos e, consequentemente a província continua esquecida, negligenciada, espelho das assimetrias regionais e aparentemente excluída do processo de desenvolvimento.

Todavia, a região do Corredor de Nacala é actualmente um território que experimenta enormes transformações e mudanças, além das infra-estruturas de transporte que suportam o corredor, mas também pelas novas configurações socioeconómicas que demandam pesquisas actualizadas que permitam a leitura da complexidade em que a região se vai tornando. Portanto, devemos continuar a pesquisar sobre como está a implementação desse e outros corredores no País, facto que faz desta reflexão inacabada e incompleta.

REFERÊNCIAS

- ADIN (2021). *Agência de desenvolvimento integrado do Norte: Âmbito Geográfico (Cabo-Delgado, Niassa, Nampula)*. Disponível em: <https://adin.gov.mz/>.
- Aragão, F. (2017). *Vozes de Nacala: uma análise sobre as potencialidades e limites da articulação contra o ProSavana*. Dissertação de Mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- Batistella, M. & Bolfe, E. (2010). *Paralelos: Corredor de Nacala*. Campinas: Embrapa.
- Bergius, M. (2016). Expanding the corporate food regime: the Southern Agricultural Growth Corridor of Tanzania. *Journal of Agrarian Change*. 10 (1), 119–129.
- Bourdieu, P. (1979). *O desencantamento do mundo*. São Paulo: Perspectiva.
- Bruna, N. (2019). Reflexões sobre o modelo de desenvolvimento rural e cooperação no Corredor de Nacala. *Cadernos de Estudos Africanos*. (37) pp.185–211.
- Byiers, B., Karkare, P. & Miyandazi, L. (2020). *A political economy analysis of the Nacala and Beira Corridors*. ECDPM Discussion Paper 277. The Netherlands: ECDPM.
- Byiers, B., Molina, P. & Engel, P. (2016). *Agricultural Growth Corridors: Mapping potential research gaps on impact, implementation and institutions*. Rome: CGIAR.
- Camana, A. & Almeida, J. (2019). Da insustentabilidade do desenvolvimento: Os discursos da produção de “vazios” no âmbito de um programa de cooperação internacional. *CIVITAS*. 19 (12), 391–408.
- Carta (2022). BAD aprova cerca de 50 milhões de USD para catapultar agro-negócio no Niassa. *Carta de Moçambique*. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/economia-e-negocios/item/9621-bad-aprova-cerca-de-50-milhoes-de-usd-para-catapultar-agro-negocio-no-niassa>.
- Castles, S. (2002). Estudar as transformações sociais. *Sociologia, Problemas e Práticas*. (40) pp.123–148.
- Catsossa, L. (2020). O avanço da fronteira agrícola brasileira e nova (des)ordem no rural moçambicano: uma análise a partir do PROSAVANA. *Desenvolvimento, Fronteiras e Cidadania*. 4 (5), 16–42.
- Chome, N., Gonçalves, E. & Scoones, I. (2020). Demonstration fields’, anticipation, and contestation: agrarian change and the political economy of development corridors in Eastern Africa. *Journal of Eastern African Studies*. 14 (2), 291–309.
- Enns, C. (2018). Mobilizing research on Africa’s development corridors. *Geoforum*. (88) pp.105–108.
- Fink, M. (2014). *Constraints and opportunities for horticultural smallholders in the Nacala Corridor in Northern Mozambique*. NADEL. *Essay on Development Policies*.
- Fonseca, M.P. (2003). Os corredores de desenvolvimento em Moçambique. *Africana Studia*. (6), 201–230.

- Garcia, A. & Kato, K. (2014). A história da caça ou pelo caçador? Reflexões sobre a inserção do Brasil na África. *Tensões Mundiais*. 10 (18,19), 145–171.
- Garcia, A. & Kato, K. (2020). A road to development? The Nacala corridor at the intersection between brazilian and global investments. In: V. Satgar (ed.). *BRICS and the New American Imperialism: global rivalry and resistance*. Johannesburg: Wits University Press. pp. 105–123.
- Garcia, A. & Kato, K. (2016). “Políticas públicas e interesses privados: uma análise a partir do corredor de Nacala em Moçambique.” *Caderno CRH*. 29 (76), 69–86.
- Gonçalves, E. (2020). Agricultural corridors as ‘demonstration fields’: infrastructure, fairs and associations along the Beira and Nacala corridors of Mozambique. *Journal of Eastern African Studies*. 14 (2), 354–374.
- Governo da Província do Niassa (2017). *Plano Estratégico do Niassa 2018-2029 (PEN 2029)*. Lichinga: Governo da Província do Niassa.
- Hope, A. & Cox, H. (2015). *Development Corridors*. London: EPS-PEAKS/DFID.
- Ikegami, K. (2015). Corridor Development and Foreign Investment in Agriculture: Implications of the ProSAVANA Programme in Northern Mozambique. An international academic conference 5 6 June 2015, Chiang Mai University. In: *Land grabbing, conflict and agrarian environmental transformations: perspectives from East and Southeast Asia*. 2015 Chiang Mai University.
- INE (2021). *Inquérito sobre Orçamento Familiar – IOF 2019/20*. Maputo: INE.
- INE (2019). *IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017, Resultados Definitivos*. Maputo: INE.
- Kaarhus, R. (2011). *Agricultural Growth Corridors Equals Land-grabbing? Models, Roles and Accountabilities in a Mozambican case*.
- Kaarhus, R. (2018). Land, investments and public private partnerships: what happened to the Beira Agricultural Growth Corridor in Mozambique? *Journal of Modern African Studies*. 56 (1), 87–112.
- Kalina, M. (2017). *Citizen, state, and the negotiation of development: the Nacala development corridor and the N13 highway rehabilitation programme*. Tese de Doutoramento. Durban: University of KwaZulu-Natal.
- Karl, P. (2000) *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro, Campus.
- Kato, K. Y. M. (2019). Traçando a saída para o desenvolvimento: o caso do Corredor de Nacala em Moçambique. *Estudos Sociedade e Agricultura*. 27 (2), 229–254.
- Laurance, W. *et al.* (2015). Estimating the environmental costs of Africa’s massive “Development Corridors.” *Current Biology*. (25), 3202–3208.
- Leite, S. P. (2019). Dinâmicas de terras, expansão do agronegócio e financeirização da agricultura: por uma sociologia das transformações agrárias. *ReLaER*. 4 (7), 302–323.

- Levien, M. (2014). Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. *Sociologia & Antropologia*. 4 (1), 21–53.
- Midmore, P. *et al.* (2010). The evaluation of rural development policy: macro and micro perspectives. *EuroChoices*. 9 (1), 24–26.
- Mosca, J. (2015). Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas. In: J. Mosca (ed.). *Sector familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora. pp. 51–98.
- Neto, P. F. (2017). The consolidation of the Angola-Zambia border: violence, forced displacement, smugglers and Savimbi. *Journal of Borderlands Studies*. 32 (3), 305–324.
- Neves, D. P. (1997). *Assentamento rural: Reforma agrária em migalhas*. Niterói: EDUFF.
- Neves, D. P. (1998). O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: A.D.D. Ferreira & A. Brandenburg (eds.). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR. pp. 147–168.
- Nogales, E. G. (2014). *Making Economic Corridors Work for the Agricultural Sector*. Rome: FAO.
- Nyusi, F. (2017). *Infra-estruturas de base produtiva como factores de dinamização e diversificação da nossa economia. Intervenção de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da inauguração do Corredor Logístico de Nacala, no Distrito de Nacala-à-Velha, Província de Nampula*. Maputo: Presidência da República.
- Obenland, W. (2014). *Corporate influence through the G8 New Alliance for Food Security and Nutrition in Africa*. Bonn: Global Policy Forum.
- Paul, H. & Steinbrecher, R. (2013). *African agricultural growth corridors and the New alliance for Food Security and Nutrition. Who benefits, who loses?* EcoNexus.
- Polanyi, K. (2000). *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.
- Quembo, C. (2017). *O poder do poder: a operação produção e a intervenção dos improdutivos urbanos no Moçambique Socialista*. Lisboa: Alcance Editores.
- Santos, R. S. P. dos (2016). Desenvolvimento econômico e mudança social: a Vale e a mineração na Amazônia Oriental. *Caderno CRH*. 29 (77), 295–312.
- Sassen, S. (2016). *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Selemane, T. (2017). *A economia política do corredor de Nacala: consolidação do padrão de economia extrovertida em Moçambique*. Observador Rural 56. Maputo: OMR.
- Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Smalley, R. (2017). *Agricultural growth corridors on the Eastern Seaboard of Africa: an overview*. Working Paper 1.
- Stein, S. & Kalina, M. (2019). Becoming an agricultural growth corridor: African megaprojects at a situated scale. *Environment and Society*. (10), 83–100.

- The Economist Intelligence Unit (2007). *Resources and infrastructure: Transport, communications and the Internet: Country Profile – Mozambique*. Gale Academic.
- The World Bank (2009). *Awakening Africa's sleeping giant: prospects for commercial agriculture in the Guinea savannah zone and beyond*. Washington, D.C: The World Bank.
- Thompson, E. P. (1987). *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- UNAC & GRAIN (2015). *Os usurpadores de terras no Corredor de Nacala: Uma nova era de luta contra plantações coloniais no norte de Moçambique*. Barcelona: GRAIN.
- West, J. & Haug, R. (2017). Polarised narratives and complex realities in Tanzania's Southern Agricultural Growth Corridor. *Development in Practice*. 27 (4), 418–431.
- Whebell, C. F. J. (1969). Corridors: a theory of urban system. *Annals of the Association of American Geographers*. 59 (1), 1–26.

